

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

LUCIANE NORONHA MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ESTRATÉGIA MARÍTIMA INDIANA PÓS-GUERRA FRIA:**  
***Do Status Quo ao Imperialismo***

Rio de Janeiro

2017

LUCIANE NORONHA MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ESTRATÉGIA MARÍTIMA INDIANA PÓS-GUERRA FRIA:  
Do *Status Quo* ao Imperialismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientador: Contra-Almirante (Ref<sup>o</sup>) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

Rio de Janeiro  
2017

O48s Oliveira, Luciane Noronha Moreira de  
A Estratégia Marítima Indiana pós-Guerra Fria: Do Status Quo ao  
Imperialismo/ Luciane Noronha Moreira de Oliveira. \_\_ Rio de Janeiro, 2017.  
107f. : il.

Orientador: Reginaldo Gomes Garcia dos Reis.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-  
Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.

1. Estratégia Naval. 2. Índia – Política externa. 3. Oceano Índico –  
Aspectos estratégicos. I. Reis, Reginaldo Gomes Garcia dos. II. Escola de Guerra  
Naval (BRASIL). III. Título.

CDD 359.030954

LUCIANE NORONHA MOREIRA DE OLIVEIRA

**A ESTRATÉGIA MARÍTIMA INDIANA PÓS-GUERRA FRIA:**

***Do Status Quo ao Imperialismo***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

---

Contra-Almirante (Ref<sup>o</sup>) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis – Escola de Guerra Naval  
Orientador

---

CMG (Ref<sup>o</sup>) Prof. Dr. Claudio Marin Rodrigues – Escola de Guerra Naval

---

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo – Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2017

Para estarmos seguros em Terra, devemos  
ser supremos no Mar.

(Jawaharlal Nehru, 1950)

## RESUMO

A Índia é um país com tradição marítima de mais de quatro mil anos. Segundo os Vedas hindus antigos sobre a criação do universo, o mundo começou pelo mar. Apesar da importância das atividades relacionadas ao mar para a formação da sociedade indiana, o pensamento estratégico naval da Índia só viria a aflorar, de fato, após a Guerra Fria. As ameaças do terrorismo e da presença chinesa crescente no Oceano Índico foram dois aspectos que impulsionaram o anseio pela posse da Marinha de “Águas Azuis”. A segurança das linhas de comunicação marítimas passou a ser um imperativo para o Estado, que tem aumentado, desde 1990, o orçamento da Marinha da Índia. Simultaneamente, vem incrementando o setor de construção naval para atender ao objetivo de fortalecimento do Poder Naval. Hoje, a Índia é um emergente econômico e militar. Para sustentar tais anseios, o país reformulou suas Doutrina e Estratégia, de forma a deixar explícita sua vontade de ser um *global player* de peso no campo militar. A dissertação tem, como finalidade, a análise das etapas desse pensamento estratégico naval indiano no período pós-Guerra Fria. Com base em documentos oficiais, análise de política externa e referências bibliográficas acadêmicas, pretende-se demonstrar como as ditas “novas ameaças”, combinadas com a situação econômica favorável e a condução das relações exteriores impactaram a visão indiana sobre a segurança marítima, de forma ampla e significativa.

**Palavras-Chave:** Índia. Oceano Índico. Segurança Marítima.

## ABSTRACT

India is a country with over four thousand years of maritime tradition. According to ancient hindu Vedas concerning the creation of the universe, the world as we know began through the sea. Despite the importance of sea-related activities to the formation of indian society, the naval strategic thinking of India had only been aroused after the Cold War. The threats of terrorism and the increasing chinese presence in the Indian Ocean were aspects that boosted the longing for a “Blue Water” Navy. The security of sea lines of communication has become an imperative for the State, which has been increasing, since 1990, the Indian Navy’s budget, as well as investing in the naval construction sector, to strenghten its Naval Power. Today, India is an economic and military emergent. To sustain these aspirations, the country reformulated its Doctrine and Strategy, so that its will on becoming a military global player would be explicit. This dissertation has the purpose to analyse the evolution of the refered indian naval strategic thinking in the post-Cold War period. Based on official documents, foreign policy analysis and academic bibliographyc references, the intent is to show how the so-called “new threats”, combined with favorable economic situation and the conduct of international affairs, in this context, impacted the indian vision on maritime security in a broad and distinguished manner.

**Keywords:** India. Indian Ocean. Maritime Security.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Hierarquia de conceitos e doutrinas .....	21
Figura 2 – Linhas de comunicações marítimas da Índia .....	33
Figura 3 – Comércio entre China e Índia durante os primeiros 13 anos do século XXI.....	54
Figura 4 – Instabilidade no Sul da Ásia.....	57
Figura 5 – <i>Choke points</i> globais do tráfego de petróleo .....	61
Figura 6 – O projeto do Corredor Econômico Índia-Paquistão.....	69
Figura 7 – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Índia entre 1990 e 2015....	73
Figura 7.1 – A relação entre produção e demanda por petróleo e derivados na Índia.....	73
Figura 8 – Principais fontes de importação de petróleo da Índia, em 2007.....	79
Figura 9 – Localização do Porto de Chabahar.....	85
Figura 10 – <i>Choke Points</i> e linhas de comunicações marítimas adicionadas à Estratégia Marítima de 2015.....	87
Figura 11 – Fornecedores de Petróleo da Índia 2014-2015.....	88
Figura 12 – Novos contornos dos entornos primário e secundário da Índia.....	89



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BJP	Bharatiya Janata Party
CPEC	China-Pakistan Economic Corridor
DTTI	Defense Technology and Trade Initiative
IEA	Information Exchange Agreement
INIP	Indian Naval Indigenisation Plan
IONS	Indian Ocean Naval Symposium
IOR	Indian Ocean Region
JeM	Jaish-e-Mohammed
LeT	Lashkar-e-Taiba
LTTE	Liberation Tigers of Tamil Eelan
MTCR	Missile Technology Control Regime
SCO	Shanghai Cooperation Organisation
TICTN	Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares
TNP	Tratado de Não-Proliferação

## SUMÁRIO

1 – Capítulo I - Considerações iniciais: Conceitos e Referenciais Teóricos .....	7
1.1 Introdução .....	7
1.2 Referenciais teóricos.....	11
1.2.1 Hans J. Morgenthau .....	11
1.2.2 Alfred Thayer Mahan .....	14
1.3 Conceitos importantes .....	19
1.4 Metodologia .....	21
2. Capítulo II – A Trajetória Contemporânea da Índia: Pensamento Estratégico e Política Externa.....	24
2.1 Cultura e Pensamento Estratégico Indiano .....	24
2.2 Pensamento estratégico naval indiano: As quatro tradições.....	28
2.3 Paradigmas da Política Externa Indiana: Da Partição à Contemporaneidade ..	34
2.3.1 Paradigmas de Relações Internacionais da Índia .....	34
2.4 A Índia pós-Guerra Fria: Política Externa e Desafios Estratégicos.....	41
2.5 Considerações acerca da Política Externa Indiana Pós-Guerra Fria.....	56
3. Capítulo III – Segurança e Estratégia Marítima da Índia .....	59
3.1 Características gerais da região do Oceano Índico .....	59
3.2 A presença de potências extrarregionais .....	60
3.2.1 Os Estados Unidos .....	60
3.2.2 França.....	62
3.2.3 Japão .....	64
3.2.4 República Popular da China .....	65
3.3 A Índia e o Oceano Índico .....	68
3.3.1 A busca pela Marinha de “Águas Azuis”: Considerações iniciais .....	70
3.3.2 A Estratégia Marítima Indiana de 2007: O Prelúdio para a Política Imperialista .....	73
3.3.3 A Estratégia Marítima de 2015: Consolidação da Política Imperialista e do Projeto de Poder Indiano .....	80

4. Capítulo IV - Conclusão .....	90
Referências Bibliográficas.....	97

# 1 – Capítulo I - Considerações iniciais: Conceitos e Referenciais Teóricos

## 1.1 Introdução

O início da década de 1990 representa um marco na história mundial. A queda do Muro de Berlim, em 1989, representava, também, a aceleração do declínio da União Soviética (URSS), cuja extinção ocorreria dois anos mais tarde. O bloco capitalista ocidental, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), foi interpretado, naquela época, como vitorioso do período que ficou conhecido como Guerra Fria (1947-1991), marcado, entre outros aspectos, por corridas armamentistas e pela busca por áreas de influência.

A mudança de conjuntura, exposta anteriormente, atingiu a Índia de forma contundente. Alinhada ao antigo bloco soviético, o país havia criado uma relativa dependência econômica e militar em relação à ex-URSS. O colapso soviético obrigou a uma reformulação da política externa indiana, incluindo-se a política de defesa e a estratégia vigente.

O contexto da Marinha de Guerra Indiana, no início da década de 1990, é visto como o mais desfavorável da história da instituição desde a Independência, em 1947 (HIRANANDANI, 2009, p. 27). Primeiramente, a grande seca de 1987 havia gerado um cenário de calamidade e crise alimentar, que se arrastou até meados da década seguinte. Em segundo lugar, o colapso do bloco soviético, o aumento no preço do petróleo decorrente da Guerra do Golfo (1990-1991)<sup>1</sup> e a subsequente crise financeira indiana de 1991 levaram ao corte de orçamento para os projetos navais<sup>2</sup>. Por fim, havia uma negligência histórica dos líderes políticos indianos em relação à dimensão marítima de poder. Conforme exposto pelo Almirante Arun Prakash<sup>3</sup>, a Índia percebeu, de forma tardia, a importância da elaboração de um pensamento nacional em questões de segurança:

Lamentavelmente, no caso da Índia, nós sofremos historicamente de um vácuo intelectual no que tange ao pensamento estratégico – e é por este motivo, que após 60 anos de República soberana, nós não temos uma posição oficial a respeito dos objetivos nacionais. Esta é uma deficiência cultural que não apenas nos privaram de uma tradição saudável de debates e discursos estratégicos, como também tiveram efeito prejudicial nas questões

<sup>1</sup> [http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo\\_golfo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_golfo.shtml). Acesso em 12/01/2016.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>3</sup> Arun Prakash é almirante quatro estrelas da reserva e ex-comandante da marinha indiana no período compreendido entre 2004-2006.

de segurança interna, bem como de política externa. (PRAKASH apud. HOLMES; WINNER; YOSHIHARA, 2009, p. 169. Tradução da autora)<sup>4</sup>.

Apenas a partir do fim da década de 1990, verifica-se o redirecionamento significativo das prioridades nacionais, mais especificamente da necessidade de mudança de abordagem frente a questões marítimas, como o aumento do terrorismo e da presença de potências extrarregionais na região. A partir da administração de Atal Bihari Vajpayee (1998-2004), do partido conservador *Bharatiya Janata Party* (BJP), o interesse nacional passou a ser definido sob a égide de uma política externa mais assertiva, que precisaria do apoio de um poderio militar capaz de projetar a Índia como grande ator do sistema internacional (SCOTT, 2008, p. 4). O impulso para a adoção dessas premissas tinha, principalmente, um componente interno: a obsolescência dos meios da Marinha de Guerra Indiana. Jaswant Singh, então ministro das Relações Exteriores, proferiu a seguinte crítica em sua obra *Defending India* (1999, p. 127): “Atualmente, a Marinha Indiana enfrenta uma crise em termos de sua força em níveis de declínio acelerado, falta de financiamento, e programas de construção de navios de guerra limitados” (tradução da autora)<sup>5</sup>.

O sucessor de Vajpayee, Manmohan Singh (2004-2014), manteve o apoio aos programas de modernização da Marinha da Índia. O crescimento econômico pujante do período permitia não apenas maior demanda por recursos, como também garantia o crescimento do orçamento para Defesa. O ímpeto na busca da almejada “Marinha de Águas Azuis” daquele país estava diretamente relacionado, por sua vez, com as necessidades de acesso e segurança de rotas marítimas, especialmente aquelas usadas para o transporte de recursos energéticos. Em suma, o poder marítimo passa a ser uma extensão inseparável da própria política externa indiana (SCOTT, 2008, p. 5). Paralelamente, o crescimento da presença chinesa no Oceano Índico e no Sul da Ásia por meio dos investimentos em projetos de portos em países da região, despertava receio e desconfiança, que serviram de componente ideológico para apoiar o pensamento estratégico indiano.

No ano de 2007, a Marinha de Guerra Indiana reuniu todas essas questões no documento da Estratégia Marítima. Intitulada “*Freedom to Use the Seas*”, o objetivo era sistematizar e delimitar o uso e o alcance do poder marítimo e naval do país, levantar quais são

---

<sup>4</sup> Do original: “Regrettably, in India's case, we have historically suffered from an intellectual vacuum as far as strategic thinking is concerned, and that is why, after sixty years as a sovereign republic, we lack a clearly articulated statement of national aims and objectives. This is a cultural handicap which has not just deprived us of a healthy tradition of strategic debate and discourse, but also had a deleterious impact on internal security as well as foreign policy issues at the national level”.

<sup>5</sup> Do original: “Today, the Indian navy faces a crisis in terms of its rapidly declining force levels, lack of sufficient funding, and limited warship construction programmes”.

as áreas focais (*choke points*) e bases, identificar ameaças e traçar planos de modernização e desenvolvimento de programas de construção naval para o período de 15 anos a partir da publicação do documento<sup>6</sup>. Há dois níveis de análise para esse contexto: o interno e o externo.

A dinâmica interna da Índia sofrera vasta metamorfose a partir de 1990. Para além dos eventos financeiros externos, como a crise fiscal grave do início da década, e das ameaças de potenciais rivais – principalmente a China e o Paquistão –, mencionados anteriormente, que impactaram de forma negativa o país, a burocracia interna estava cada vez mais consolidada com o aperfeiçoamento gradual da democracia. No que tange ao poder marítimo, o fortalecimento burocrático das instituições teve como consequência direta a melhoria da gestão de programas navais e o revigoramento da Marinha de Guerra. Ademais, a ascensão do nacionalista Vajpayee inflamou a questão do prestígio do país no exterior. Diante da importância dada às questões marítimas, durante esse período, criou-se o senso de que uma grande Marinha com capacidade de operar a longas distâncias da costa era sinônimo de uma grande potência – status que a Índia buscava (e ainda busca) desde sua emancipação. Diferentemente do que ocorre com o Exército ou com a Força Aérea, a Marinha é compreendida como uma força de projeção de poder internacional, com maior espaço de ação e flexibilidade em relação às fronteiras internacionais<sup>7</sup>.

O contexto regional em que se insere a Índia é outro aspecto de suma importância para análise. Como já mencionado, a presença crescente da China no Oceano Índico representa uma ameaça aos interesses nacionais indianos, intrinsecamente ligados ao comércio marítimo. O surgimento do termo “Colar de Pérolas”, denotando a tentativa chinesa de estabelecer bases e facilidades logísticas em portos com litoral para o Índico é o primeiro fator para mudanças na estratégia indiana. A geografia da região é propícia a choques de interesses geopolíticos de ambos os países. Dessa forma, a ascensão da Marinha da Índia representa o esforço de contrabalanceamento de um rival histórico. A consequência direta pode ser exemplificada tanto pelo próprio documento da Estratégia Marítima de 2007, quanto pelo aumento do interesse da Índia em fazer-se presente em áreas de interesse chinês – como o Mar do Sul da China<sup>8</sup>.

O Paquistão também representa uma ameaça, desde a Partição de 1947, seja pelo seu envolvimento no conflito da Caxemira, seja após delinear seu interesse em adquirir arsenal

---

<sup>6</sup> Todavia, o documento foi atualizado antes do prazo, em 2015.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 9.

nuclear, na década de 1980<sup>9</sup>. Apesar de não possuir força naval significativa, o atentado de 2008, em Mumbai, mostrou que o terrorismo de grupos jihadistas, como o *Lashkar-e-Taiba* (LeT) – autor do referido ataque –, do país vizinho não pode ser desconsiderado. Em outras operações seguintes, com menor êxito, grupos radicais ligados ao LeT conseguiram acesso ao território indiano por via marítima<sup>10</sup>.

Todas as questões mencionadas servem de base para a elaboração desta dissertação, cuja finalidade é a análise das etapas do pensamento estratégico naval da Índia após a Guerra Fria. Esta dissertação será dividida em três capítulos: O primeiro, composto pela introdução, conceitos importantes, referenciais teóricos e metodologia. O segundo capítulo analisa o pensamento e a cultura estratégica da Índia e sua política externa pós-Guerra Fria. No terceiro capítulo, discute-se a Segurança Marítima do Oceano Índico e os documentos oficiais da Estratégia Marítima da Índia (2007 e 2015). O último capítulo, com a conclusão, compreende as considerações acerca do processo de consolidação do projeto de poder Imperialista indiano. A pergunta que norteia a pesquisa como um todo é: Como se desenvolve, no caso da Índia, o processo de transição da política de poder de Status Quo para a Imperialista, no âmbito do Oceano Índico no pós-Guerra Fria?

A escolha por esta temática e sua relevância podem ser compreendidas, primeiramente, pela importância da Índia no âmbito do sistema internacional: sexta maior economia do mundo<sup>11</sup>, maior importador de armamentos do mundo<sup>12</sup>, terceiro maior consumidor de energia no mundo<sup>13</sup>, sétimo maior arsenal nuclear do globo<sup>14</sup>. Todos estes dados relacionam-se diretamente com a busca da Índia por maior proeminência nos assuntos internacionais e nos foros multilaterais que representem algum ganho diplomático e estratégico. Alguns exemplos são a Organização da Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR, na sigla em inglês), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul).

---

<sup>9</sup> Que seria atingido na década seguinte, com o sucesso do primeiro teste nuclear paquistanês, em 1998.

<sup>10</sup> A região da Caxemira e da fronteira terrestre em Wagah, apesar de não estar completamente sob controle, já está amplamente militarizada, fazendo com que esses grupos busquem o mar como mais uma forma de chegar à Índia. Há algumas referências na Estratégia Marítima (2007) sobre tentativas de terrorismo marítimo, também, no Mar Arábico, contra embarcações petroleiras da Índia e pescadores. Como não foi, até então, registrado um grande incidente desses dois tipos, a questão dos grupos radicalistas permanece em primeiro plano.

<sup>11</sup> *India Overtakes Britain as the World's Sixth-Largest Economy*, Foreign Policy. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/12/20/india-overtakes-britain-as-the-worlds-sixth-largest-economy/>>. Acesso em 27/03/2017.

<sup>12</sup> Relatório SIPRI *Arms Transfer Database*, fevereiro de 2017.

<sup>13</sup> BP Statistical Review 2016 – *India's energy market*.

<sup>14</sup> “Stockpiles of Nuclear Weapons around the world – in data”, The Guardian. <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/11/stockpiles-of-nuclear-weapons-around-the-world-in-data>>. Acesso em 27/03/2017.

Em segundo lugar, a despeito de todos estes fatos relevantes apresentados, a produção acadêmica brasileira sobre assuntos relacionados ao campo dos Estudos Indianos ainda é escassa. Considerando, por fim, que é provável que haja incremento de presença da Índia na América Latina e no Oceano Atlântico – que é de interesse primário para o Brasil – faz-se necessário conhecer e analisar as motivações e interesses do Estado indiano, a fim de estabelecer possibilidades de uma agenda bilateral produtiva.

## 1.2 Referenciais teóricos

### 1.2.1 Hans J. Morgenthau

Como mencionado na introdução, esta dissertação tem o objetivo de assinalar a evolução do pensamento estratégico naval indiano em um período de tempo definido – no caso, após a Guerra Fria –, partindo do estudo dos documentos oficiais e do contexto de política externa da Índia. Desse modo, faz-se relevante o uso de material bibliográfico referente à Teoria de Poder e relações internacionais. A escolha de “*Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*”, de Hans Morgenthau, se encaixa no contexto supracitado<sup>15</sup>. A obra em questão, além da sustentação teórica e conceitual do trabalho, pressupõe diversos aspectos presentes na política externa indiana.

O livro está dividido em dez partes, nos quais o autor discorre, de forma sequencial, sobre a teoria realista das relações internacionais, Poder político e suas tipificações, o exercício da política externa dentro do sistema internacional visualizado pelo autor e, por fim, sobre diplomacia. A partir das leituras da obra, pretende-se que seja possível, nos próximos capítulos, o melhor entendimento da lógica de política externa, e, por conseguinte, da política de defesa da Índia.

A teoria realista emana do princípio de imperfeição do mundo, fruto da natureza dos homens que nele habitam. Para a compreensão e o aperfeiçoamento desse mundo, os

---

<sup>15</sup> Hans Morgenthau (1904-1980) tem importância para o campo da Ciência Política e Relações Internacionais por ser pioneiro na sistematização, por meio de uma teoria positivista, do pensamento político realista. A seleção da obra em questão importa para a definição de Poder – já que se trata de uma dissertação que lida com a variável Poder Marítimo –, e porque sua abordagem de política internacional aproxima-se com aquela que a Índia adota, política e academicamente, desde a Guerra Sino-Indiana de 1962.



envolvidos precisam trabalhar com as forças que atuam naturalmente sobre a sociedade, não contra as mesmas<sup>16</sup>. Os conflitos de interesses são inevitáveis e não é possível atingir uma moral única e universal – esta deve ser aproximada a um padrão tal que torne possível a administração e contenção de choques em uma sociedade pluralista (MORGENTHAU, 1993, p. 3). Essa balança de princípios diversificados, na prática, tem como fim, segundo o autor, “realizar o menor mal ao invés do bem absoluto”<sup>17</sup>.

Considerando a natureza humana conflituosa – tema recorrente, aliás, nas narrativas filosóficas antigas da Índia – e a impossibilidade de alcançar o bem absoluto, os seis princípios do realismo político são, conforme enumerados pelo autor<sup>18</sup>: 1) A crença no vigor de leis objetivas, cujas bases estão diretamente ligadas à natureza humana; 2) O principal aspecto que norteia o realismo político na esfera do sistema internacional é o interesse, definido em termos de poder. Esse conceito será abordado de forma mais detalhada mais adiante; 3) O interesse definido pelo poder é uma categoria objetiva universalmente válida, mas sua significação é subjetiva a cada realidade distinta. Em outras palavras, o poder e o interesse estão presentes em todas as políticas externas, mas cada país tem sua própria interpretação do que esses termos representam na esfera internacional. Com a diversidade de culturas políticas presentes no sistema internacional, a balança de poder, presente em qualquer situação de pluralismo político, também se torna volúvel e passível de alterações. 4) O realismo político admite a existência de uma constante luta entre a moral do governante e a moral individual. Esse aspecto, que remonta a teoria clássica de Maquiavel (1469-1527), prevê que o estadista não pode ser ludibriado por ideologias pessoais ou paixões. O Estado tem uma moral imutável baseada apenas no cumprimento de sua função vital: a sobrevivência da instituição e da população por ele conduzida. Entretanto, os defeitos naturais do homem fazem com que nem sempre seja possível governar de forma puramente objetiva. Para esse conflito interior, Morgenthau sugere que a melhor forma de contê-lo é a prudência, que é a consideração das consequências dos atos políticos de um estadista. 5) A moral de um país não pode e não deve ser identificada como universal. Esse item está diretamente relacionado com o terceiro tópico e sugere evitar que os estadistas assumam posições megalomaniacas. O item número 6 é conclusivo, condensando todas as ideias expostas anteriormente, com o intuito de diferenciar o realismo de outras escolas de pensamento, particularmente, a liberal.

---

<sup>16</sup> O autor faz a colocação em contraposição à teoria liberal (ou idealista), cuja crença baseia-se na possibilidade de mudança de possíveis traços negativos dos indivíduos e na universalidade de valores e da moral.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>18</sup> Op.cit.

O ponto de convergência entre todos esses princípios e conceito mais importante é o Poder, termo esse que permeia, de forma direta ou indiretamente, toda a discussão que será desenvolvida nesta dissertação. Morgenthau faz uma definição geral inicial, com influência da teoria do sociólogo Max Weber (1864-1920), que afirma que:

Poder compreende qualquer coisa que estabelece e mantém o controle do homem sobre o homem. Assim, o Poder engloba todas as relações sociais que servem a esse fim, da violência física até as mais sutis ligações psicológicas pelas quais uma mente controla a outra. Poder engloba a dominação do homem pelo homem, tanto quando é disciplinado por fins morais e controlado por salvaguardas constitucionais, como nas democracias ocidentais; quanto quando é essa força indomada e bárbara, que encontra suas leis em nada mais do que a própria força e sua única justificativa em seu engrandecimento (MORGENTHAU, 1993, p. 11. Tradução da autora)<sup>19</sup>.

Levando este conceito para a esfera internacional, surge, então, o termo Poder Político. Segundo Morgenthau (1993, p. 29), independente da explicação religiosa, filosófica ou econômica, o Estado busca, antes de qualquer outra coisa, Poder para garantir ou ampliar seu espaço no sistema internacional. Mas o que é o Poder Político, por definição? A definição presente em *Politics Among Nations* afirma que:

Poder político é uma relação psicológica entre os que o exercem e aqueles sobre os quais ele é exercido. Este dá, ao primeiro, o controle sobre certas ações do segundo, pelo impacto que o primeiro exerce sobre a mente do segundo. Esse impacto deriva de três fontes: a expectativa de benefícios; o medo de desvantagens; o respeito ou amor pelos homens ou instituições. Pode ser exercido por meio de ordens, ameaças, autoridade ou carisma de um homem ou de uma instituição, ou uma combinação de quaisquer destes (MORGENTHAU, 1993, p. 30. Tradução da autora)<sup>20</sup>.

Adotando a premissa de Morgenthau, segundo a qual o sistema internacional é anárquico e que os Estados buscam Poder para garantir seus interesses nacionais, o posicionamento político e o tipo de política externa que o Estado pretende desenvolver assumem relevância. Em contexto de constante disputa por Poder, Morgenthau identifica três tipos de padrão de política a partir dos objetivos da mesma: a manutenção de Poder existente

---

<sup>19</sup> No original: "Power may comprise anything that establishes and maintains the control of man over man. Thus Power covers all social relationships which serve that end, from physical violence to the most subtle psychological ties by which one mind controls another. Power cover the domination of man by man, both when it is disciplined by moral ends and controlled by constitutional safeguards, as in Western democracies, and when it is that untamed and barbaric force which finds its laws in nothing but its own strenght and its sole justification in its aggrandizement."

<sup>20</sup> No original: "Political power is a psychological relation between those who exercise and those over whom it is exercised. It gives the former control over certain actions of the latter through the impact which the former exert on the latter's minds. That impact derives from three sources: the expectation of benefits, the fear of disadvantages, the respect or love for men or institutions. It may be exerted through orders, threats, the authority or charisma of a man or of an office or a combination of any of these."

ou Política do *Status Quo*; o aumento de Poder ou Política do Imperialismo<sup>21</sup>; e, por fim, a demonstração de Poder de modo a mantê-lo ou maximizá-lo, ou Política de Prestígio (MORGENTHAU, 1993, p. 50).

O conceito de Imperialismo, conforme trabalhado ao longo do livro de Morgenthau, é trabalhado por vários autores ao longo da história, que deram à sua significação diversas ideias – em alguns casos, limitando-o à relação com o colonialismo europeu dos séculos XIX e XX na África e na Ásia. Neste caso, o autor trabalha o Imperialismo, em linhas gerais, como qualquer política do Estado que tenha por finalidade maximizar seu Poder no Sistema Internacional – o que não pressupõe, necessariamente, o estabelecimento de uma relação metrópole-colônia ou eventos similares que sejam identificados no tempo presente. A opção em adotar a análise de Morgenthau, nesta questão, e que aparece, inclusive, no título do trabalho, é sustentada pela aproximação dessa visão com aquela estudada nos documentos oficiais da Índia, que será apresentada no terceiro capítulo. A partir de então, este problema será retomada, após a exposição do caso da Índia, de modo que seja possível identificar estas categorias de Políticas de Poder na questão da projeção de poder indiana sobre o Oceano Índico.

### 1.2.2 Alfred Thayer Mahan

*“A história do Poder Marítimo é, frequentemente, embora não somente, uma narrativa de disputas entre nações, de rivalidades mútuas, de violência frequentemente culminando em guerra”*<sup>22</sup>. Com essa frase, Alfred Mahan (1987, p. 3) expõe diretamente, logo na introdução de sua obra mais famosa, do que se trata o Poder Marítimo: sobre as tentativas de dominação do espaço marítimo por parte de alguns países. O poder marítimo é outra questão de suma importância para este trabalho, uma vez que o tema refere-se à Segurança Marítima da Índia e, entre outros aspectos, a competição de poder no Oceano Índico. Este conceito será definido na seção 1.3.

A segurança dos suprimentos provenientes do comércio marítimo dependia, segundo Mahan, do máximo esforço possível para a negação do mesmo privilégio a outros países, seja por métodos legais e pacíficos, ou pela força. Conflitos de interesses levavam à guerra, mas a

<sup>21</sup> O autor menciona que há uma vulgarização acadêmica do termo “imperialismo”, decorrente da carga negativa que o período histórico de mesmo nome, do século XIX. Entretanto, o termo é mais amplo e, nesse caso, não possui relação com o neocolonialismo europeu.

<sup>22</sup> No original: “The history of Sea Power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war”.

forma de fazer guerra foi, por sua vez, também drasticamente aperfeiçoada graças ao investimento no Poder Marítimo. Dessa forma, Mahan diz que a história do Poder Marítimo é, sobretudo, uma história militar. Sendo esse tipo de Poder intrinsecamente ligado à esfera militar, faz-se necessário um estudo sobre o passado de grandes guerras e líderes – segundo Mahan, embora a guerra seja modificada em seu *modus faciendi* pela tecnologia, o âmago do conflito e de certos conhecimentos permanece praticamente inalterado. Essa premissa é reconhecida e levantada pelos documentos da Estratégia Marítima da Índia, como será apresentado no terceiro capítulo.

É sob esse pano de fundo em que é escrita sua obra mais conhecida – *The Influence of Seapower Upon History* – que versa sobre a ascensão do Império Britânico como potência naval no século XIX. Segundo Mahan, tal desenvolvimento da *Royal Navy* é fruto do investimento nos meios para proteção das rotas de comércio no mar e do declínio de rivais, como França e Holanda. Analisando as conquistas imperialistas britânicas, a obra visava sustentar seu argumento de que os Estados Unidos também deveriam dar importância ao Poder Marítimo, principalmente por questões comerciais.

O contexto norte-americano, ao contrário do britânico, era menos favorável. O fim do século XIX é marcado por crise econômica e social. Apesar da publicação do livro de Mahan preceder esse período, suas ideias foram difundidas por políticos e intelectuais, que almejavam uma política externa mais vigorosa e a busca por mercado consumidor estrangeiro em um momento complexo para os EUA<sup>23</sup>.

Este último ponto é importante para a compreensão da teoria do referido autor. Uma das maiores preocupações expostas na obra supracitada de Mahan é a conquista de novos mercados, em um período de rápida expansão industrial e de imperialismos que geravam exclusividade de comércio entre colônia e metrópole. Para atingir esse objetivo, eram necessários três elementos: marinha mercante forte, capaz de transportar os bens norte-americanos para qualquer ponto do planeta; marinha de guerra capaz de proteger as linhas de comunicação contra possíveis inimigos; e bases navais como ponto de abastecimento e de projeção de poder entre os pontos de partida e chegada. Esses três aspectos serão analisados a seguir.

Linhas de comunicação, segundo o autor, são rotas de comércio preferenciais escolhidas pelos países, pelos mais diversos motivos históricos (MAHAN, 1987, p. 26). O mar representaria uma enorme estrada cheia de perigos – o que não anularia sua superioridade

---

<sup>23</sup> O *U.S. Department of State* faz uma breve explanação desse contexto em: <https://history.state.gov/milestones/1866-1898/mahan>.

como ambiente de transporte comercial frente à opção terrestre. Citando o exemplo da Holanda, no século XVII-XVIII, Mahan dá como justificativa para essa afirmação a má qualidade das rodovias, os roubos frequentes de carga no continente e as guerras.

Outro aspecto importante é a segurança dos portos. Segundo a obra *The Influence of Seapower Upon History*<sup>24</sup>, “Os navios que velejam para ou de algum lugar devem ter portos seguros para os quais retornarem, e o quanto possível, serem seguidos pela proteção de seu país durante a viagem”<sup>25</sup>. Essa proteção, como já mencionado anteriormente, deve ser feita pela Marinha de Guerra. No caso dos EUA, a análise feita pelo autor é que as tendências isolacionista e pacifista do país levam à negligência em relação à esquadra – padrão comum em outros casos nos quais não há identificação ou reconhecimento de ameaças estratégicas reais. Quando a marinha mercante voltasse a ter relevância, naturalmente, a esquadra também ressurgiria. Outro fator que poderia impulsionar tendências agressivas no mar seria a criação de um Canal na América Central, que daria, aos norte-americanos, acesso facilitado ao comércio com o Pacífico. Esse seria, posteriormente, o Canal do Panamá.

Já as colônias, segundo Mahan, são os pontos de refúgio e abastecimento durante a viagem. Os portos estrangeiros só servem como opção útil e viável em tempos de paz – daí a prioridade dada à aquisição de colônias, que nada mais são, por definição do próprio Mahan, terras tomadas pelo diálogo ou pela força (1987, p.87). Esses territórios serviam, inicialmente, como locais de descanso, manutenção e reabastecimento de suprimento para as embarcações que ali estacionavam, crescendo de tal modo que seu desenvolvimento passara a depender do controle e das políticas da então metrópole.

Atualmente, a questão da posse de colônias não faz mais parte da configuração das relações de Poder entre Estados. Este conceito foi substituído pelo estabelecimento de bases navais em regiões de interesse – que seguem a mesma lógica de entreposto logístico para suporte da Esquadra (FRIEDMAN, 2001, p. 62). Embora os navios de guerra atuais sejam mais autônomos que aqueles vistos por Alfred Mahan, a presença do Estado no além-mar continua sendo relevante, particularmente para tempos de conflito. O uso base aérea no

---

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> No original: “The ships that thus sail to or fro must have secure ports to which to return, and must, as far as possible, be followed by the protection of their country throughout the voyage.”

território ultramarino britânico Diego Garcia, por exemplo, foi o diferencial para a intervenção dos EUA no Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait, em 1990<sup>26</sup>.

Esse pensamento complementa o que Mahan (1987, p. 28) expõe em sua obra, em que a conquista de colônias e bases era justificada pela longa duração das viagens, pela ausência de lei em ambiente marítimo e pela presença de marinhas estrangeiras rivais. Dessa forma, a natureza das bases – comercial ou militar – era determinada pelo caráter estratégico da localidade dessas possessões. O Cabo da Boa Esperança, as Ilhas Maurício e de Santa Helena eram, por exemplo, sobretudo, voltadas para a Defesa, não para o comércio.

As bases do Poder Marítimo, segundo Alfred Mahan, são aquelas ligadas aos aspectos naturais e humanos de um território: a posição geográfica, configuração física, extensão territorial, número e caráter da população; e caráter das instituições governamentais. Além disso, o autor frisa que as ações de determinados indivíduos, ao longo dos anos, também é um fator determinante na constituição de um poder marítimo (1987, p. 28).

A posição geográfica determina a dispersão ou concentração das forças navais. Países que não convivem com inseguranças no continente em que estão inseridos e não têm aspirações expansionistas têm vantagem, pois direcionam seus esforços na constituição de um poder marítimo. O exemplo dado por Mahan compara a condição favorável da Inglaterra frente à França e à Holanda. Nesse último, a exaustão do poderio naval ocorreu rapidamente, devido à necessidade de manter um grande exército em suas fronteiras e às guerras contra países vizinhos. Já o caso francês é peculiar, dado que não havia um padrão específico: ora a política era continental e expansionista, ora marítima. Disso decorre um grande gasto, que, segundo Mahan, “*seria amenizado com o uso mais inteligente da posição geográfica [da França]*” (MAHAN, 1987, p.29). A dispersão das forças navais francesas – que deviam estar tanto no Oceano Atlântico quanto no Mar Mediterrâneo – era, na verdade, uma vulnerabilidade, já que a esquadra mediterrânea precisava passar pelo Estreito de Gibraltar, domínio britânico. A Inglaterra, pela sua posição insular, era favorecida pelo fator analisado. A concentração das forças em seu próprio litoral representava uma vantagem frente a possíveis rivais em sua região e colaborou para o robustecimento tanto da Marinha Mercante quanto de Guerra.

Outra particularidade que surge é a importância do controle dos Estreitos. Comparando características estratégicas do Mediterrâneo com o Mar do Caribe, Alfred Mahan analisa a posição geográfica dos EUA em relação à região da América Central, no

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 66

caso de construção de um Canal. A prospecção que o mesmo fazia era a mudança de um mero terminal comercial para um dos pontos mais importantes do mundo. Essa transformação, por sua vez, significava que as grandes marinhas europeias estariam mais próximas do litoral norte-americano. A posição dos EUA, conclui, seria similar àquela ocupada pela Inglaterra no Canal da Mancha, e a dos países europeus em relação a Suez.

Já a conformação física é relevante para o estabelecimento de portos eficientes. Um litoral recortado e de fácil acesso é favorável para a construção de portos e bases que assegurem o acesso ao mar. Um país com litoral, mas sem portos ou bases não possui comércio marítimo próprio. O exemplo fornecido por Mahan em sua obra é o da Bélgica (MAHAN, 1987, p. 29), quando ainda era uma província espanhola e austríaca. Em uma guerra perdida para a Holanda, uma das condições impostas aos belgas foi o fechamento do porto de Antuérpia, submetendo o comércio marítimo daquele país aos interesses holandeses. A quantidade de portos de águas profundas e a comunicação com as águas interiores é uma vantagem, se houver segurança.

O conceito de extensão de território contemplado por Mahan não é, necessariamente, o número de quilômetros quadrados da qual dispõe um país. Como a intenção do autor é a pesquisa e a análise de elementos do poder marítimo, a extensão que importa é a do litoral. Essa característica está diretamente conectada com o tamanho da população – a costa deve ser guarnecida de forma proporcional. O exemplo histórico dado por Mahan refere-se à Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865). O Sul dispunha de grande território e litoral, porém com pouca experiência no mar, bem como uma população proporcionalmente menor. Dessa forma, o Norte foi capaz de realizar e manter um bloqueio naval contra o Sul, apesar da desvantagem geográfica e populacional (MAHAN, 1987, p.32). O tamanho da população, nesse sentido, não atua apenas na segurança litorânea, como também como efetivo capaz de manter uma Esquadra em reserva.

O caráter nacional influencia na moral dos homens envolvidos com os interesses nacionais. Esse fator está ligado ao último elemento da teoria de Mahan, que é a característica das instituições. O autor argumenta que o governo, em tempos de paz, pode impulsionar as indústrias nascentes e possíveis negócios em países estrangeiros. Em uma guerra, o governo é responsável pela consolidação e manutenção de sua Marinha, que deve ter um tamanho proporcional aos próprios interesses (MAHAN, 1987, p. 40). A instituição, por sua vez, cria o que o autor chama de “espírito de corpo”, através de um ambiente de trabalho saudável. A mesma lógica vale para as possessões extraterritoriais.

### 1.3 Conceitos importantes

O segundo aspecto importante a ser discutido no presente trabalho é a definição dos conceitos que serão frequentemente abordados nos próximos capítulos. A Doutrina Marítima da Índia (2009) oferece o arcabouço conceitual necessário para a formulação da Estratégia Marítima do país.

A estratégia nacional é dada como o plano para o emprego dos meios de poder disponíveis, que, junto com a política de segurança nacional, servirá para atingir certos objetivos que visam aos interesses nacionais. Em suma, a estratégia diz respeito aos meios e aos fins de determinado instrumento (FRIEDMAN, 2001, p. 9). Os interesses nacionais dependem, por sua vez, dos valores do Estado e do povo que o compõe, e do projeto de poder da instituição (ÍNDIA, 2009, p. 4). A clareza da estratégia nacional é importante, pois dá base para a elaboração das doutrinas militares e, por conseguinte, das estratégias militares. A doutrina militar apresenta as premissas básicas para o planejamento estratégico, no que tange ao suporte aos interesses nacionais e aos objetivos de segurança nacional<sup>27</sup>.

Os interesses nacionais da Índia estão descritos no Preâmbulo da Constituição (1950), e estão centrados nos seguintes pontos: 1) manutenção da soberania, integridade e unidade territorial; 2) manutenção do caráter secular e democrático da República da Índia; 3) garantir ambiente interno e externo seguro para o Estado indiano e seus habitantes; 4) assegurar o bem-estar econômico e sociocultural da população e da Nação.

A partir dessas considerações, a política de segurança nacional da Índia serve para prevenir e defender o país de possíveis obstáculos internos ou externos na busca pelos interesses nacionais. Em suma, a hierarquia de conceitos e doutrina, na Índia, segue a lógica a seguir:

---

<sup>27</sup> Idem, p. 5.



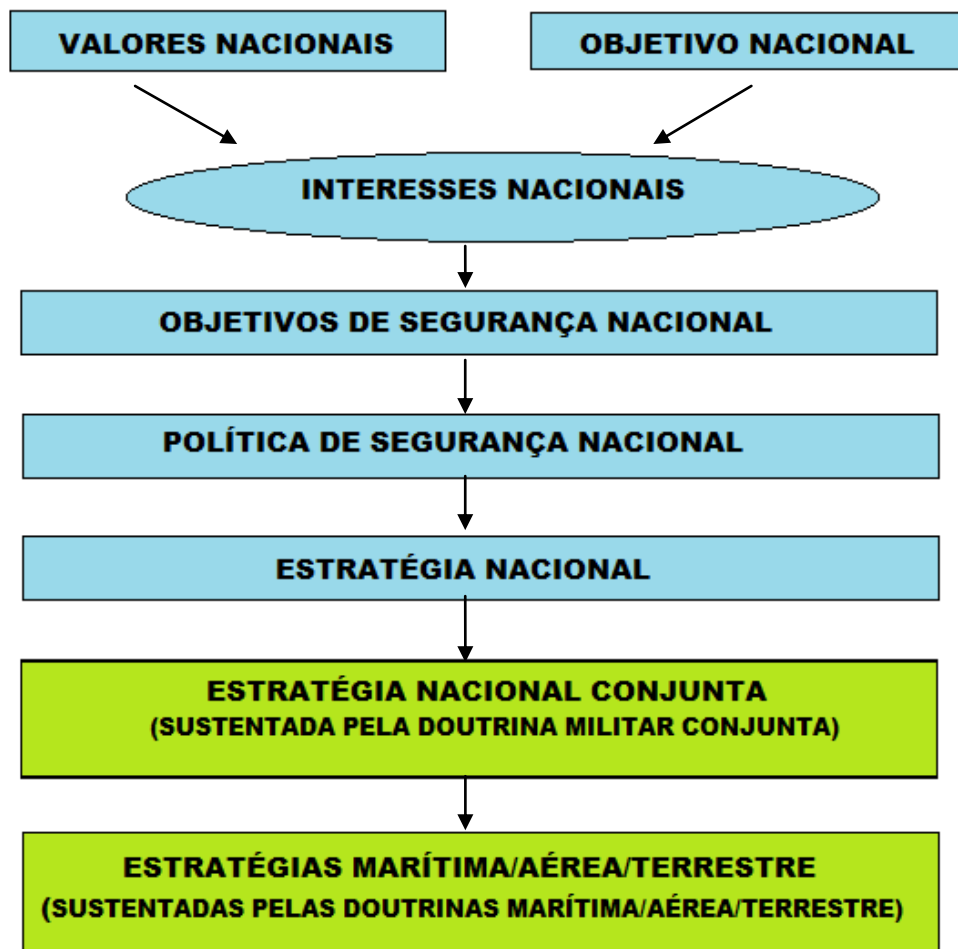


Figura 1: Hierarquia de conceitos e doutrinas. Elaboração própria a partir do diagrama da Doutrina Marítima da Índia (2009, p.5).

No que tange ao Poder Marítimo, a Doutrina de 2009 (p. 10) define este conceito como “a habilidade de uma nação de usar os mares para salvaguardar e fazer progredir seus interesses nacionais”<sup>28</sup>. A Doutrina Marítima compreende a aplicação da teoria sobre Poder Marítimo em determinado tempo e espaço (TILL, 2009 p. 46). A Estratégia Marítima é a ferramenta através da qual o Poder Marítimo de um Estado é desenvolvido para atingir os objetivos nacionais, conforme a Estratégia Nacional. A Marinha de Guerra, por sua vez, é o instrumento primordial e a manifestação do Poder Marítimo de um Estado. Sua função é salvaguardar a navegação dos mares, proteger os navios de possíveis ameaças e negar o uso do mar a países hostis<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> No original: “Maritime Power is the ability of a nation to use the seas to safeguard and progress its national interests”.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 11.

A partir do exposto, a Doutrina Marítima da Índia afirma que o conceito mais importante é o “Controle do Mar”. A partir desse termo estrutura-se toda a atividade da Marinha Indiana<sup>30</sup>. Segundo o documento,

Controle do Mar denota uma condição na qual se é capaz de utilizar uma área marítima definida, por um período de tempo definido, para os próprios propósitos e, ao mesmo tempo, negar seu uso aos adversários. (...) O Controle do Mar não é um fim em si mesmo. É um meio para um fim maior e, muito frequentemente, um pré-requisito para outras operações e objetivos marítimos, incluindo projeção de poder, proteção das linhas de comunicação, interdição das linhas de comunicação e operações anfíbias. (ÍNDIA, 2009, p. 77. Tradução da autora)<sup>31</sup>.

O conceito de “Negação do uso do Mar” também tem destaque nos documentos oficiais, constituindo o ato de negar ao adversário o uso de certa área marítima por um período de tempo. O principal meio para essa ação é o submarino, sobretudo em áreas focais próximas a bases navais inimigas. Outra opção, segundo a Doutrina Marítima da Índia de 2009 é a minagem, mais apropriada para águas rasas<sup>32</sup>. Para além da tarefa de salvaguardar regiões marítimas de interesse, a negação do uso do mar também pode ser usada para dificultar a logística militar de um rival, em caso de conflito, por meio da interdição de linhas de comunicação<sup>33</sup>.

É necessário concluir que a Doutrina Marítima da Índia (2009) perpassa por vários outros conceitos, para inúmeros tipos de situação e operações. Os que foram expostos no presente trabalho, neste item, foram selecionados de acordo com a relevância, tanto para a análise da Estratégia quanto para a proposta da dissertação em si.

#### 1.4 Metodologia

O método de pesquisa deste trabalho é o estudo de caso, com foco em *process-tracing*. Segundo Alexander George e Andrew Bennett (2005, p. 5), tal metodologia constitui-

<sup>30</sup> Ibidem, pp 11-12.

<sup>31</sup> No original: “Sea Control denotes a condition where one is able to use a defined sea area, for a defined period of time, for one’s own purposes, and at the same time deny its use to the adversary.(...) Sea Control is not an end in itself. It is a means to a higher end and very often a pre-requisite for other maritimes operations and objectives, including power projection, SLOC protection, SLOC interdiction and amphibious operations”.

<sup>32</sup> Idem, p. 78.

<sup>33</sup> Outros conceitos são trabalhados na Doutrina Marítima da Índia. Para o presente trabalho, Controle do Mar e Negação do Uso do Mar foram selecionados dada a relevância e a frequência maior com que aparecem na Estratégia Marítima.

se como “análise de algum aspecto de um episódio histórico para desenvolver ou testar explicações históricas”. O contexto escolhido é o pós-Guerra Fria, até 2016. O aspecto que se pretende analisar é a evolução do pensamento estratégico naval, por intermédio da relação entre os fatos e os documentos da Estratégia Marítima da Índia.

*Process-tracing* é uma ferramenta para estudos qualitativos que visa à análise sistemática de fatos componentes de um processo (COLLIER, 2011, p. 823). Dentro deste aspecto, o pesquisador necessita do estudo da história e de documentos, entre outras fontes (GEORGE; BENNET, 2005, p. 6). O referido método empenha-se na identificação de fatores que, interligados, geram um processo. As observações feitas acerca de características internas de um caso são estudadas, de modo a permitir que o resultado final seja discernível. Diferente de outros métodos comparativos, as observações devem ter correlação, e cada etapa do *process-tracing* de um caso requer perguntas que sirvam para guiar a pesquisa.

No caso desta dissertação, o método do *process-tracing* é útil, uma vez que o objetivo é analisar como, no período pós-Guerra Fria, desenvolve-se o pensamento estratégico naval indiano na direção do Imperialismo, de acordo com o conceito desenvolvido por Morgenthau. Muitas teorias foram escritas a respeito da dependência da Índia em relação ao mar, particularmente, o comércio marítimo. Todavia, uma análise sequencial da história e da política externa da Índia no período mostra que outros eventos interferiram na mudança de mentalidade do país, no que tange à sua relação com o mar, e na adoção de premissas já expostas por Mahan em sua principal obra. Dessa forma, torna-se relevante identificar que eventos foram esses e como os mesmos estão correlacionados à conjuntura atual.

Como mencionado na introdução, a pergunta de pesquisa é: Como se desenvolve, no caso da Índia, o processo de transição da política de poder de Status Quo para a Imperialista, no âmbito do Oceano Índico, no pós-Guerra Fria? Para responder ao questionamento, após a elucidação de conceitos básicos e das referências acadêmicas feitas neste capítulo, a próxima fase visará à análise de aspectos pertinentes ao processo em questão. No universo de variáveis possíveis para estudo, foram selecionadas aquelas consideradas mais relevantes para o entendimento e a resposta ao problema exposto, e que já eram previstos nas teorias de Mahan e Morgenthau. Primeiramente, cultura e pensamento estratégico, em seus entendimentos mais amplos, a partir do qual se desenvolve a análise específica do pensamento estratégico naval indiano pós-Guerra Fria. Em segundo lugar, a política externa indiana do pós-Guerra e seus paradigmas, uma vez que o contexto e a inserção internacional da Índia definem as estratégias

militares e que seus paradigmas partem de pressupostos de Hans Morgenthau, apresentados anteriormente.

No estudo da dinâmica de relações internacionais, a historicidade da Índia, importante para o método do *process-tracing* e para os autores dos referenciais teóricos, demonstrará como se deu a relação do país com questões de segurança nacional durante sua história contemporânea. As bases da política externa indiana servirão para identificar quais são suas aspirações no sistema internacional, e que tipo de Poder e de interesses são vigentes em sua agenda, com base no exposto sobre a teoria realista de relações internacionais e nos documentos oficiais da Marinha Indiana; e sua correlação com os escritos de Alfred Mahan.

Após as questões referentes à cultura, pensamento estratégico e política externa, segue-se para a análise do recorte geográfico escolhido para o trabalho, a Região do Oceano Índico (IOR, na sigla em inglês), que é de interesse imediato para Délhi. Dessa escolha, advém a necessidade de explicitar a importância deste espaço tanto no âmbito global, quanto especificamente para a Índia; a enumeração dos principais países extrarregionais presentes na região; e o que cada um representa, em termos de oportunidade ou ameaça, para a agenda estratégica da Índia. O que se segue a isso é o estudo acerca da Estratégia Marítima da Índia propriamente dita, que abarca os conceitos e a visão de mundo que tangenciam todos os subtemas selecionados e aqui descritos.

Para a conclusão, acredita-se que a partir da junção das pesquisas dessas variáveis componentes, em consonância com o referencial teórico, seja possível responder à pergunta inicial e estabelecer uma linha de raciocínio lógico sobre o processo em curso de transição da Política de Status Quo para a Imperialista, levada adiante pela política externa e pela Marinha da Índia.

## 2. Capítulo II – A Trajetória Contemporânea da Índia: Pensamento Estratégico e Política Externa

### 2.1 Cultura e Pensamento Estratégico Indiano

A cultura estratégica é um dos fatores mais relevantes no processo de formação e análise do pensamento militar de um país e, por este motivo, é um dos aspectos relevantes para a análise do processo de estabelecimento da Política Imperialista da Índia. Mahan (1987, p. 43), citou este item como um dos que mais influenciam na decisão do Estado em fortalecer seu Poder Marítimo e, por conseguinte, Naval.

Embora o termo pareça, à primeira vista, autossugestivo, sua definição encontra divergências dentro da comunidade acadêmica, uma vez que cultura engloba inúmeras possibilidades e manifestações, muitas vezes imateriais.

No caso deste trabalho, o conceito de cultura estratégica baseia-se naquele descrito por Jack Snyder e endossado por Colin Gray, no qual:

Cultura estratégica pode ser definida como a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas, e padrões comportamentais adquiridos por membros da comunidade estratégica nacional através de instrução ou imitação, e compartilhado entre si; no que tange à estratégia<sup>34</sup>. (GRAY, 2006, p. 9. Tradução própria)

Dentro do campo das Relações Internacionais, correntes denominadas de culturalistas são, comumente, atreladas a teorias construtivistas ou contrárias ao realismo. Esta premissa, todavia, não se sustenta, uma vez que a cultura não é fator dissociável da sociedade e nem configura como aspecto renegado pelas correntes realistas. Colin Gray (2006, p. 13) complementa esta visão ao mencionar que a história geopolítica de uma região é determinante para a construção da cultura local, e, por conseguinte, de tradições estratégicas e militares. Por fim, a cultura é uma das fontes principais de valores morais – aspecto considerado relevante para teóricos realistas tradicionais, como Morgenthau.

A cultura de um determinado país, combinada à política, à economia, à diplomacia e à força militar formam o que se chama de Grande Estratégia (BAJPAI; BASIT; KRISHNAPPA, 2013, p. 1). Este conceito, sistematizado em 1941 por B.H. Liddel Hart,

---

<sup>34</sup> No original: “Strategic culture can be defined as the sum total of ideas, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of a national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other with regard to strategy.”

originalmente restringia seu significado à questão tática e logística do conflito e da estratégia. Segundo o autor: “*O papel da Grande Estratégia é coordenar e direcionar todos os recursos de uma Nação para alcançar o objetivo político da Guerra*” (LIDDEL HART, 1991, p. 188). Considerando a guerra uma extensão da política do Estado, o papel da Grande Estratégia, segundo a visão de Liddel Hart, é antecipar o cenário no pós-Guerra, particularmente em questões que envolvam recursos, finanças e possíveis ganhos territoriais para o Estado<sup>35</sup>.

Ao longo das décadas que se seguiram à definição de Liddel Hart, o termo Grande Estratégia foi reinterpretado, de modo a se adequar a outros contextos históricos. A reinterpretação do significado dos conceitos é parte fundamental do processo histórico e reflete o entendimento do ser humano em seu contexto. Reinhart Koselleck (1992, p. 135) afirma, em seu ensaio “A História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”<sup>36</sup>, que a possibilidade de pensar distintas realidades só é possível se houver um fato linguístico, o *Begriff* (conceito). A história social e o foco de análise do pesquisador é o que permite a reinterpretação e adequação de conceitos a novas perspectivas, uma vez que as relações sociais não são estáticas.

Com isso, a partir do conceito original, autores como Luttwak (2009, p. 409), em 1987, expande o significado para incluir outros aspectos importantes para a formulação da Grande Estratégia, como a política externa e as variáveis que influenciam diretamente na mesma. Desse modo, é possível diferenciar Liddel Hart de outros autores, como Luttwak, pela noção básica de Grande Estratégia. No caso de Liddel Hart, a ideia por trás do conceito está relacionada à limitação do mesmo para explicar a preparação de recursos do Estado para a guerra. Sendo assim, sua definição ocorre por meio do alto escalão do governo e das Forças Armadas. No caso de Luttwak, a Grande Estratégia perpassa a necessidade de pensar diversos fatores que não necessariamente são discutidos apenas no âmbito da elite política, e que permitem sua validade, também, para tempos de paz (SAYLE, 2011, p. 3).

No caso indiano, esta definição mais abrangente exposta por Luttwak é a mais aceita, levando-se em conta a produção acadêmica da Índia acerca do tema, uma vez que a definição da estratégia da Índia não é pensada apenas para tempos de conflito armado e a importância que é dada à cultura pela elite política e a opinião pública, de modo geral. A importância da análise de aspectos culturais e morais pertinentes à Grande Estratégia da Índia são dadas por

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 205

<sup>36</sup> O ensaio é fruto da transcrição de uma das palestras proferidas por Reinhart Koselleck.

duas questões principais. Em primeiro lugar, com o “*Shift para o Indo-Pacífico*”<sup>37</sup>, países com crescimentos econômico e militar pujantes – e detentores de armamentos nucleares –, como a Índia, passam a despertar curiosidade da comunidade acadêmica, no sentido de buscar elucidações sobre as intenções deste país no sistema internacional. Internamente, o debate sobre a Grande Estratégia da Índia ganha espaço apenas após a Guerra Fria, com a queda da ex-URSS e a conseqüente instabilidade e urgência por reformas políticas demandadas. Como mencionado no capítulo anterior, a política externa da Índia era dependente da cooperação econômica e militar com os soviéticos. Em segundo lugar, o estudo dos componentes, referidos anteriormente, da Grande Estratégia da Índia permitem melhor compreensão da Estratégia Marítima daquele país, que será abordada no próximo capítulo, bem como conjecturar possíveis perspectivas futuras<sup>38</sup>.

O caso indiano é emblemático, neste sentido, uma vez que o tema carece de interpretações não-ocidentais. Alguns autores, como Rahul Bhonsie e Kanti Bajpai, esforçaram-se para explicar a cultura estratégica daquele país, a partir de características específicas da sociedade indiana. A análise cultural-histórica e geopolítica, segundo a abordagem desses autores, é imprescindível para entender, por exemplo, por que a Índia relutou em elaborar seu primeiro documento formal da Estratégia Marítima (2007), que será discutida no próximo capítulo. Nota-se que, em nenhum dos casos, há negação da explicação pautada na questão regional complexa e nas animosidades que se seguiram à Descolonização (1947)<sup>39</sup>.

Em primeiro lugar, a dificuldade em manter planejamentos de longo prazo resultou na postergação e prolongamentos excessivos de prazos em projetos considerados estratégicos. Em segundo lugar, pautas relacionadas à Segurança costumam ser decididas em grupos limitados dentro do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Interior e Ministério das Finanças (BHONSLE, 2007, p. 90)

Para melhor compreender o processo de formação do pensamento estratégico indiano contemporâneo, faz-se necessário, de antemão, analisar os pilares que influenciaram tal

---

<sup>37</sup> O conceito do “*Shift para o Indo-Pacífico*” vem da comunidade militar e acadêmica, sobretudo estadunidense, referindo-se ao deslocamento do eixo de poder mundial do Atlântico para o Indo-Pacífico, a partir do governo de Barack Obama, nos Estados Unidos.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>39</sup> O intuito dos autores mencionados que discorrem sobre o estudo da cultura estratégica indiana é complementar a visão mais difundida na Academia dos Estudos Indianos, que explica a conjuntura geopolítica conflituosa do Sul da Ásia somente a partir dos eventos que se seguiram à Independência da Índia e do Paquistão (1947). Segundo os mesmos, a demora em elaborar planejamentos formais e dar a devida importância ao Poder Marítimo são questões que não podem ser explicadas apenas pela descolonização, cabendo analisar as raízes históricas e culturais para tais comportamentos.

transcurso. George Tanham (1992, p. 5) enumera quatro fatores principais que ajudam a elucidar como a Índia pensa Poder e Segurança: a geografia; o aprofundamento do estudo, pelas elites, da história local; a estrutura indiana sócio-cultural e de crenças; e o período de colonização britânica (*Raj*).

A geografia atribuiu ao subcontinente indiano uma visão de “entidade estratégica única”, com divisões internas meramente topográficas<sup>40</sup>. O caráter singular da percepção geográfica pelas lideranças indianas resultou em uma ênfase ao localismo e, de certa forma, em uma visão externa limitada. A estrutura sócio-cultural e de crenças reforçou este ideal, no enaltecimento da unidade territorial do subcontinente, na acomodação às realidades, por meio das castas, e na facilidade de absorção de novas teorias e culturas, em caso de contato estrangeiro.

Ainda segundo Tanham (1992, p. 7), a “redescoberta” da história é um dos fatores centrais que constituíram a tradição política indiana antes, durante e, principalmente, depois do processo de descolonização. O resgate dos momentos históricos de união territorial sob os grandes impérios da era pré-*Raj* serviu como ferramenta para o discurso de legitimação da unidade territorial, mencionada anteriormente. Os casos mais emblemáticos remetem a estruturas políticas do Império Múria (400-300 a.C) e Moghul (séc X d.C), cujos modelos de unificação serviriam de exemplo para os políticos modernos, e que reforçariam a tentativa de criação de uma identidade cultural.

Por fim, o período de colonização britânica contribuiu com a dimensão geopolítica, uma vez que o Império desenvolvia estratégias de defesa para sua principal colônia. Principados faziam o papel de “Estados tampões”, para a defesa terrestre. A Marinha assegurava a negação do uso do mar a estrangeiros. Todas essas ações foram, progressivamente, sendo absorvidas pelos oficiais indianos. Como analisado por Tanham (1992, p. 6):

Enquanto os britânicos construía[m] e sustentavam seu Império na Índia, eles também desenvolveram uma estratégia de defesa para a Índia. Na terra e no mar, os britânicos buscaram negar, a outras potências, acesso fácil ao subcontinente. (Tradução própria).<sup>41</sup>

Com a retirada britânica e começando a abandonar a mentalidade restrita à sua região, a Índia independente já não se reduzia a preocupar-se, apenas, com o cenário regional; como passou a reconhecer o perigo que representava a ameaça externa. A herança do planejamento

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> No original: “As the British built and nurtured their empire in India, they also evolved a strategy for India’s defense. On land and sea, the British sought to deny other powers easy access to the subcontinent”.



de defesa britânico, a Partição do subcontinente – com a criação do Paquistão, do Nepal e outros países do Sul da Ásia –, a rivalidade sino-indiana que emergiu durante os anos de 1950, e a bipolaridade do sistema internacional confirmaram a necessidade de abandonar o isolacionismo e a ideia inicial de “entidade territorial única” do subcontinente.

Ao longo das primeiras décadas pós-independência, e, principalmente, após a Guerra Sino-Indiana (1962), a Índia buscou elaborar modelos estratégicos informais para lidar com as questões mencionadas no parágrafo anterior. As soluções idealizadas pela classe política para mitigar tais litígios podem ser resumidas em seis tópicos, a saber: 1) Prevenir que países vizinhos buscassem apoio internacional para questões que envolvessem, diretamente, os interesses da Índia no Sul da Ásia; 2) Estimular o desenvolvimento de capacidades<sup>42</sup> estratégicas para conter as ações do Paquistão que desafiassem a preponderância da Índia no subcontinente; 3) Conseguir recursos que possibilitassem: a) o engajamento em um possível conflito em duas frentes, de modo a limitar ameaças chinesas na Baía de Bengala, e b) alcançar poder militar equivalente ao da China; 4) Fortalecer laços com a ex-URSS para ajudar a conter a China e o Paquistão; 5) Desenvolver capacidades navais que: a) impedissem potências extra-regionais de dominarem ou estabelecerem forte poder naval no Oceano Índico, e b) dessem à Índia, por consequência, a superioridade naval no Índico; e, por fim, 6) Atingir o status e o reconhecimento internacional enquanto grande potência, por meio do desenvolvimento de armamentos nucleares, do programa de mísseis, da marinha de águas azuis, e de um complexo industrial militar nacional.

Estes pontos mencionados foram o ponto de partida para a elaboração do que viriam a ser os documentos formais das Estratégias e Doutrinas militares da Índia, elaboradas no início dos anos 2000, dentre elas, a Marítima, que será discutida no próximo capítulo. Ainda hoje, são temas que estão inseridos com prioridade na agenda de Defesa e de Política Externa do país. A vizinhança regional conturbada, a presença chinesa no Oceano Índico, e a dependência comercial externa indiana, particularmente de petróleo e gás, permanecem estimulando a busca por uma *Pax Indica* (TANHAM, 1992, p. 43).

## 2.2 Pensamento estratégico naval indiano: As quatro tradições

---

<sup>42</sup> Capacidade, aqui, refere-se à tradução da palavra “Capabilities”.

Após a análise do histórico de pensamento e cultura estratégica indiana, torna-se importante ressaltar alguns pontos referentes, especificamente, ao pensamento estratégico naval indiano. Conforme exposto na seção anterior, os desafios fronteiriços da Índia pós-independência passaram a direcionar a agenda internacional do país. Seja pelo surgimento do Paquistão (1947) ou da Guerra Sino-Indiana (1962), questões continentais urgentes empurraram a ambição pela Marinha de “Águas Azuis” para segundo plano.

Neste sentido, o estudo das principais correntes do pensamento estratégico naval indiano auxiliará na compreensão dos documentos formais da Estratégia Marítima e do contexto da Marinha da Índia no pós-Guerra Fria, no próximo capítulo. Segundo Rehman (2012, p. 56), as quatro tradições são: A Escola Continentalista Indiana; A Escola *Raj* Pan-Oceânica; A Escola Soviética; e, por fim, a Escola Monrovia.

A Escola Continentalista Indiana, à primeira leitura, pode soar contraditória, enquanto modelo de pensamento naval. Todavia, entende-se que esta Escola tenha influência direta no tipo de política externa e, conseqüentemente, da Marinha de Guerra do país. Isto porque, apesar da história marítima rica e de sua localização central e privilegiada no Oceano Índico, a Índia foi, segundo Kaplan (2010, p. 14) “uma nação continental e moldada contra o mar aberto”. Há duas explicações básicas para este comportamento: a questão da consolidação territorial interna e a barreira mental do Himalaya (REHMAN, 2012, p 68).

A questão da consolidação territorial interna perdurou durante a maior parte da história do subcontinente indiano – seja no auge dos grandes impérios pré-*Raj* ou no pós-independência. De fato, este é um aspecto em pauta até os dias atuais<sup>43</sup>. Regiões com atividades separatistas e divisões étnicas e linguísticas permanecem como obstáculos para a segurança do Estado indiano. O caso da barreira mental do Himalaya, por sua vez, pode ser justificado pelo histórico de litígios da Índia com a China e o Paquistão. Nesse sentido, o Exército passou a ser o serviço armado nacional preponderante durante o período da Guerra Fria. Os contenciosos envolvendo a Caxemira e as regiões de Aksai-Chin, Arunachal Pradesh e, de certa forma, o Tibete, passaram a nortear políticas e estratégias continentais e limitadas à atuação regional<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Durante o período antigo (ou pré-*Raj*, como se denomina a época que antecedeu a dominação britânica), a divisão do que, hoje, constitui a Índia era, basicamente, entre o Norte e o Sul. Durante o período sob a administração britânica, apesar da centralidade de poder da Coroa, os Estados Principados gozavam de certa autonomia administrativa e, normalmente, constituíam núcleos socioculturais diferentes entre si e do resto da Índia. Já após a independência, surgem grupos separatistas dentro da Índia, como os naxalistas-maoístas, os punjabis e as insurgências da Caxemira. Estes grupos, embora em escalas distintas de atuação e tamanho, permanecem até os dias atuais.

<sup>44</sup> Idem, p. 70.

Como discutido na primeira seção deste capítulo, a cultura estratégica de um país é determinada por sua repetição de comportamentos e ações diante de questões referentes à segurança nacional. Considerando as sucessivas crises envolvendo territórios em disputa no subcontinente, a economia ainda pouco desenvolvida durante a Guerra Fria e a política voltada a questões regionais e domésticas, verifica-se que a Grande Estratégia deste período é baseada na Escola “Continentalista”. O impacto direto na Marinha é se ver relegada ao segundo plano e a necessidade de seus oficiais em justificar, governo após governo, a necessidade de pensar o mar como mais uma ferramenta de política externa e de apoio a operações no continente. Alguns episódios contribuíram para esta demanda, como o ataque à cidade indiana de Dwarka, durante a Segunda Guerra Caxemira (1965)<sup>45</sup>; e a Operação *Trident*, de 1971, durante a Guerra de Independência de Bangladesh<sup>46</sup>. Apesar de serem considerados marcos importantes para a história naval indiana, os dois fatos não tiraram o foco das questões continentais e do programa de desenvolvimento de armas nucleares da Índia, que, à época, estavam em consolidação com elevada prioridade.

A Escola “Raj-Pan-Oceânica”, como o nome sugere, engloba teorias indianas influenciadas pelo pensamento naval britânico e o período imperial. Em 1783, com a retirada francesa da Baía de Bengala, o Oceano Índico foi unificado em um espaço estratégico com poder centralizado – ou, nas palavras de Iskander Rehman (2012, p. 71), “um lago britânico, onde nenhuma potência estrangeira teria capacidade de estabelecer presença militar considerável, sem atrair a imediata atenção da *Royal Navy*, cuja presença no Oceano Índico era protetora e assertiva” (Tradução da autora)<sup>47</sup>. Por mais de 200 anos, a Índia serviu de entreposto para a Marinha britânica, seja enquanto ponto a partir do qual a metrópole poderia se projetar para o Pacífico; ou para patrulhar as águas do Golfo e proteger as linhas de comunicação marítimas do tráfico de escravos e de piratas da região. Apenas em 1942, o

<sup>45</sup> A Operação Dwarka é conhecida por ser a primeira operação naval em uma guerra entre Índia e Paquistão. Em setembro de 1965, cinco fragatas e uma flotilha do Paquistão abriram fogo contra a cidade Dwarka, visando destruir um radar que detectava movimentações navais no Mar da Arábia. Os desdobramentos são controversos, uma vez que as versões contadas pelos países divergem. Para o Paquistão, a operação foi um sucesso. Já a Índia alega que não havia, sequer, um radar na cidade. Fonte: <<http://www.dailyo.in/politics/indian-navy-operation-dwarka-1965-war-ins-talwar-india-pakistan-war-iaf-operation-grand-slam/story/1/6116.html>>. Acesso em 10/01/2017.

<sup>46</sup> Após a Partição de 1947, o território do Paquistão englobava, também, o que hoje é chamado de Bangladesh. Em 1970-1971, o lado oriental, em discordância com o governo autoritário, entrou em conflito para pedir sua independência. A Índia, no primeiro momento, não interviu, embora estivesse localizada no meio dos dois. Em dezembro de 1971, o movimento separatista bengali pediu apoio militar à Índia, que interviu e ajudou o lado oriental a vencer a guerra – este lado viria a ser Bangladesh (DIXIT, 1999).

<sup>47</sup>Do original: “(...)A British lake, where no foreign Power could afford to stage a sizeable military presence without attracting the immediate attention of the Royal Navy, whose attitude in the Indian Ocean was both proprietorial and assertive.” A palavra “*proprietorial*”, que não tem tradução literal para a língua portuguesa, foi adaptada para o termo que mais se aproximava do sentido da frase.

domínio britânico sobre o Índico se viu ameaçado, com a invasão japonesa à Cingapura, e os bombardeios à Calcutá. Este evento marcou o fim do Império Britânico no Sudeste Asiático e “pareceu um evento tão extraordinário e sem precedentes, que o pânico se espalhou na população civil (na Índia)<sup>48</sup>” (BAYLY *apud.* REHMAN, 2005, p. 192). A intrusão japonesa no Índico, e o consequente cessar do controle absoluto do Império Britânico sobre aquele oceano marcaram, também, o esquecimento da visão *Raj*-Pan-Oceânica nos temas relacionados ao poder marítimo, pelo menos até o fim da Guerra Fria.

A partir da década de 1990, esta escola ascendeu, novamente, ao cerne do debate estratégico, combinada à teoria de Mahan sobre poder marítimo, comentada no capítulo anterior. A combinação da teoria *Raj*-Pan-Oceânica com os conceitos de Mahan têm, como premissa básica, no contexto, a necessidade primária de tornar o Oceano Índico um espaço de controle indiano, aos moldes do que era feito à época do *Raj*. O ápice do ressurgimento desta Escola de pensamento é um artigo publicado pelo teórico C. Raja Mohan, em 2010, três anos após a primeira Estratégia Marítima da Índia, intitulado “*The Return of the Raj*”<sup>49</sup>.

O referido artigo é de importância significativa para o entendimento da nova fase da política externa e do pensamento naval indiano a partir do início do século XXI, bem como para as mudanças geopolíticas que ocorreram entre as Estratégias Marítimas de 2007 e 2015, que serão analisadas no próximo capítulo. Nele, o autor defende a tese de que o Império britânico deixou legados a níveis político e militar que precisam ser reavaliados e colocados em prática, em prol de uma Grande Estratégia condizente com o interesse nacional indiano em ser uma grande potência do sistema internacional.

A Grande Estratégia desenhada por Raja Mohan perpassa o conceito de uma suposta “Doutrina Monroe” da Índia para o subcontinente, combinada a conceitos de Alfred Mahan referentes à segurança das linhas de comunicação marítimas. Esta consistiria, segundo o autor, em ter uma zona de influência forte da Índia no Sul da Ásia e no Oceano Índico, somada à projeção de poder em sua vizinhança estendida (MOHAN, 2010). O conceito “vizinhança estendida” de Raja Mohan, por sua vez, contempla regiões por onde passam as principais linhas de comunicação marítima da Índia, conforme a figura abaixo:

---

<sup>48</sup> Do original: “(...)Seemed an event so extraordinary and unprecedented that panic spread through the civilian population (in India)”

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.the-american-interest.com/2010/05/01/the-return-of-the-raj/>>. Acesso em 31/01/2017.

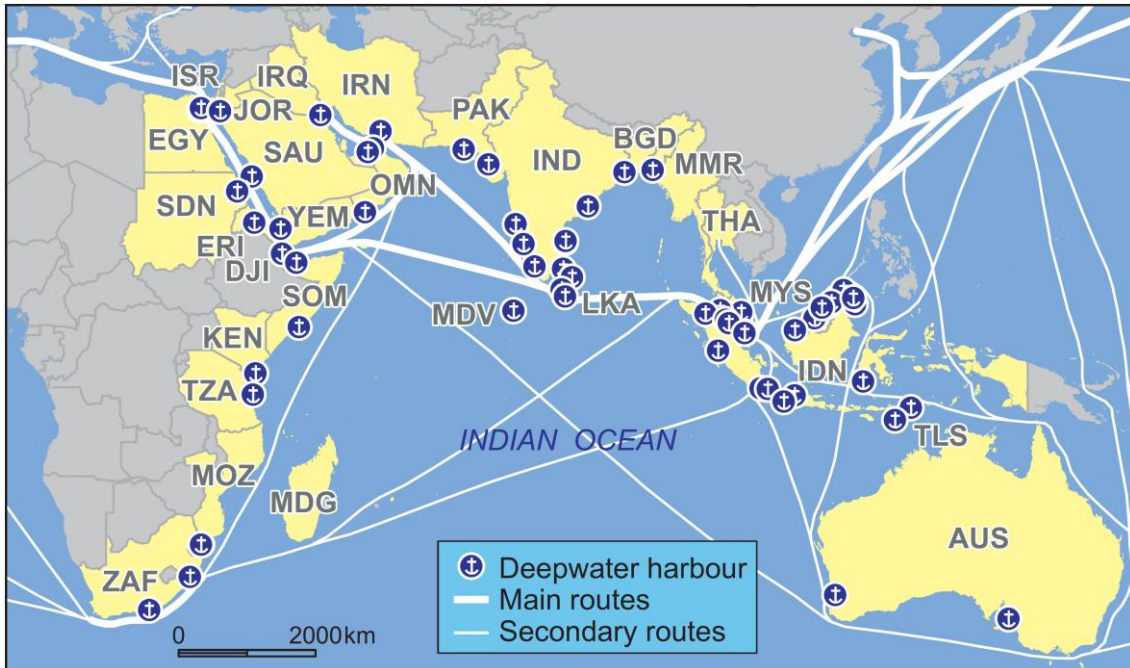


Figura 2: Linhas de comunicação marítimas da Índia. As linhas em negrito representam as mais estratégicas; enquanto as mais finas, as rotas da vizinhança estendida. Retirado de: <<https://humansatsea.com/wp-content/uploads/2016/11/map.jpg>>. Acesso em 02/02/2017.

A terceira vertente do pensamento estratégico naval indiano é a Escola “Soviética”. Em uma explicação sintética sobre esse item, pode-se afirmar que as premissas dessa corrente complementam as britânicas no pensamento estratégico naval indiano. Segundo Thomas P.M. Barnett (2001):

Ao passo que os oficiais da chamada ‘Escola Britânica’ estavam focados na construção de coalizão internacional e na proteção das linhas de comunicação marítimas, os membros da Escola Soviética intencionavam reforçar uma estratégia baseada na dissuasão e negação do uso do mar<sup>50</sup>. (BARNETT *apud* REHMAN, 2005, p; 73. Tradução da autora).

Durante mais de duas décadas, as influência britânica e soviética eram vistas de modo separado, inclusive geograficamente, pela comunidade estratégica da Índia. Enquanto a Esquadra da costa ocidental, centrada em Mumbai, na base INS Vajrabahu, tinha como quase exclusiva função a proteção das linhas de comunicação marítimas do Golfo; a costa oriental, centrada na base INS Virbahu, em Visakhpatnam, era reconhecida como única base de submarinos do país, principal meio de negação do uso do mar (BARNETT, 2001, p. 42). A partir do fim da Guerra Fria, com as mudanças do pensamento estratégico e da política

<sup>50</sup> Do original: “Whereas the officers in the so-called ‘British school’ were focused on international coalition-building and the protection of sea lines of communication, the members of the Soviet School were more intent on enforcing a strategy based on deterrence and sea denial.”

externa, percebeu-se que não fazia mais sentido pensar a disposição das bases e de suas funções e influências pelo prisma da bipolaridade do sistema internacional, e que ambas as escolas são complementares. Atualmente, Visakhpatnam ainda possui a maior parte das estruturas relacionadas aos programas de submarino, todavia, outras cidades – entre elas, Mumbai – também receberam esses meios, tradicionalmente associados com a negação do uso do mar.

O pensamento naval soviético, descoberto pelos indianos na década de 1960, possui influência limitada na Estratégia Marítima, em comparação, por exemplo, com o britânico. Todavia, a questão da complementaridade entre ambos não pode ser negligenciada, uma vez que a negação do uso do mar e a seguranças das rotas comerciais são evidenciadas por todas as três versões da Doutrina Marítima da Índia (2004, 2009, 2015) como funções primordiais da Marinha daquele país, onde o submarino é citado como um dos meios mais eficientes para proteção de *choke points*.

Por fim, tem-se a Escola Monroviana, que parte do conceito de “destino manifesto” e que, segundo analistas como James R. Holmes, é um dos imperativos do atual pensamento naval indiano. A correlação entre a Doutrina Monroe e o pensamento político da Índia, normalmente, é atrelado à figura de Nehru. Em 1961, à época da Libertação de Goa do domínio português, o primeiro-ministro indiano mencionou que não poderia tolerar a interferência política estrangeira na Índia (ÍNDIA, 1961, p. 114).

Rehman (2005, p. 78) argumenta que, na verdade, a Escola Monroviana não representa uma vertente de pensamento inédita, uma vez que grandes potências, ao longo da história, já tinham políticas de controle e comando de áreas marítimas que fossem consideradas partes de seu espaço vital, como, por exemplo, o conceito de *mare nostrum*, da Roma Antiga. O uso de conceitos específicos já conhecidos – neste caso, “Doutrina Monroe” e “destino manifesto” – constitui um recurso discursivo, a fim de elucidar, para o resto da comunidade internacional, a visão de mundo da Índia, no que tange à sua Grande Estratégia idealizada. O uso do termo “destino manifesto” (ÍNDIA, 2009, Prefácio) serve para demonstrar que há um fundo histórico para a primazia da Índia no Oceano Índico.

Nesse sentido, acredita-se que a Escola Monroviana poderia ser entendida como uma ramificação da Escola Raj-Pan-Oceânica. A diferença reside na consequência esperada ou almejada em um possível cenário de maior assertividade indiana no Índico. No caso da Escola Raj-Pan-Oceânica, o Oceano Índico constitui uma região que, sob domínio indiano, seria

pacífico e integrado. Já a Escola Monroviaiana prevê que, independente da primazia indiana, sempre haverá ameaça externa, para a qual o país deverá estar preparado.

### 2.3 Paradigmas da Política Externa Indiana: Da Partição à Contemporaneidade

No primeiro capítulo, foi argumentado que a Estratégia Marítima e o pensamento estratégico naval indiano do pós-Guerra Fria são resultados de um processo de construção histórica, a partir dos distintos contextos de política externa e segurança enfrentados pela Índia, particularmente, após sua Independência (1947). As seções anteriores, por sua vez, apresentaram a importância do conhecimento da historiografia para a análise tanto da cultura estratégica quanto da Grande Estratégia. Assim, torna-se imprescindível a apresentação dos paradigmas de política externa da Índia pós-Independência, a fim de estabelecer o *process-tracing* que levou, em última instância, ao reconhecimento da necessidade de formalização da Estratégia Marítima. Além disso, o estudo da política externa da Índia ajuda a compreender as ameaças e oportunidades que influenciaram o conteúdo dos documentos oficiais da Marinha, que serão abordados no próximo capítulo. A primeira subseção será dedicada à apresentação dos paradigmas indianos de relações internacionais. Já na segunda, a história das relações internacionais da Índia será dividida em quatro momentos, de acordo com os paradigmas vigentes, para que possam ser identificadas as correlações do processo evolutivo do pensamento estratégico naval da Índia.

#### 2.3.1 Paradigmas de Relações Internacionais da Índia

Na última década, a academia indiana tem se esforçado para publicar artigos e livros, no âmbito das relações internacionais, com o propósito de contribuir com visões não-ocidentais acerca dos grandes debates e das escolas de pensamento tradicionais – como o liberalismo e o realismo. Em algumas obras, essas teorias são chamadas de Pensamento da Grande Estratégia (*Grand Strategic Thought*). Basicamente, há três paradigmas: o Nehruviano, o Neoliberal e o Hiperrealismo (BAJPAI, 2014, p. 116). Apesar da frequente ênfase dada, na literatura consultada, à primazia ou originalidade de autores indianos nestas teorias, todos os três conceitos são, em alguma medida, influenciados por pensadores

tradicionais da academia ocidental. Os aspectos comuns às literaturas das três vertentes são: o contexto internacional; a natureza do adversário; e o papel da violência/força.

Sobre o sistema internacional, os três paradigmas são uníssonos quanto à sua natureza anárquica e na centralidade do papel do Estado na manutenção da segurança nacional. Esta instituição buscará manter sua existência e autonomia, ao reconhecer que os três atributos que direcionam as relações internacionais são o Poder, os interesses nacionais e a violência. Os Estados não podem deixar de buscar maximizar seu próprio poder, e, ao mesmo tempo, ter conhecimento sobre o poder que outros Estados possuem – em outras palavras, a Inteligência, uma vez que o conflito e a guerra são vistos como eventos inevitáveis do sistema internacional. Nesta discussão inicial, percebe-se a influência que a teoria de Morgenthau, conforme exposto no capítulo anterior, tem sobre as premissas básicas dos três paradigmas. A diferença entre os mesmos concentra-se na identificação das causas dos conflitos e nos meios que os Estados dispõem de tentar controlar esses choques<sup>51</sup>. O Poder, considerando a definição apresentada no capítulo anterior, compreende para os três casos uma combinação entre força militar e econômica. A diferença, neste caso, reside na proporção de cada tipo de Poder, em cada paradigma.

O Paradigma Nehruviano, baseado no pensamento do ex-primeiro ministro indiano, Jawaharlal Nehru<sup>52</sup>, tem como tese central a crença na superação da anarquia internacional e, conseqüentemente, da ameaça permanente de guerra entre Estados. Isto seria possível, segundo esta corrente, através do Direito e de Instituições Internacionais, da livre circulação de pessoas, do desarmamento e de um possível compromisso internacional em prol do bem-estar da humanidade. A centralidade da balança de poder e da violência, enquanto aspecto inerente ao Estado é, do ponto de vista nehruviano, inútil. Isto porque a ênfase na necessidade de força militar robusta gera custos materiais e humanos fúteis e a balança de poder é um aspecto frágil, que colabora para a inevitabilidade dos conflitos. Como resume o próprio Nehru:

As velhas divisões e a busca pela política de poder têm pouco significado hoje e não se adequam ao nosso ambiente, mas elas continuam. Os interesses e atividades dos Estados transbordam suas fronteiras e são globais. Nenhuma nação pode se isolar ou ser indiferente ao destino político e econômico de

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>52</sup> Nehru foi o primeiro chefe de Estado da Índia após a Independência e ocupou o cargo entre 1947 e 1964. Suas teorias sobre diplomacia, normalmente, são estudadas a partir de sua obra, *The Discovery of India* (1946).



outras nações. Se não há cooperação, haverá fricção, com seus resultados inevitáveis<sup>53</sup>. (NEHRU, 1981, p. 540. Tradução da autora).

Apesar da grande importância que Nehru teve, institucionalmente, para a Índia, o paradigma nehruviano é considerado influente apenas para fins de retórica, particularmente no pleito da Índia pela reforma do Conselho de Segurança baseada em um discurso “pró-países emergentes”; ou para apoio dos países do Sudeste Asiático envolvidos no conflito do Mar do Sul da China, utilizando-se do Direito Internacional como argumento para intervir em uma área de interesse própria, considerada vital para o comércio indiano, e onde operam petroleiras indianas. Um exemplo do uso de conceitos nehruvianos, quando convenientes ao interesse nacional e à tentativa de contenção da China, está apresentado em artigo de Mohan Malik (2016), na revista *The American Interest*. De modo mais amplo, o ideal do desarmamento e do pacifismo já não configuram bases da política externa da Índia desde o conflito Sino-Indiano (1962), que será abordado posteriormente.

O paradigma neoliberal, como já mencionado, também aceita a premissa da anarquia internacional e da necessidade de poder de coerção por parte dos Estados. Todavia, a interdependência econômica<sup>54</sup> entre os países acaba sendo um meio mais eficaz de projetar-se internacionalmente. A busca pelo poder militar, segundo a linha neoliberal, não pode ser desassociada do aspecto econômico, uma vez que os Estados precisam de capital para continuar financiando suas respectivas forças armadas. Em outras palavras, uma economia forte é a base para um poder militar assertivo (BAJPAI, 2014, p. 119). A dominação econômica de um país pelo outro é um meio de complementar a dominação pela coerção e, neste contexto de interdependência, o puro poder militar, sem o aspecto econômico, é vazio e ineficaz. A questão da interdependência entre Estados, na teoria neoliberal indiana de relações internacionais, guarda alguma semelhança àquela defendida por Robert Keohane. A diferença é que, contrariamente ao argumento institucionalista de Keohane, o neoliberalismo indiano rejeita as instituições multilaterais como foros eficientes de discussão de litígios<sup>55</sup>. Assim, temos que:

---

<sup>53</sup> Do original: “The old divisions and the quest for Power politics have little meaning today and do not fit in with our environment, yet they continue. The interests and activities of states overflow their boundaries and are worldwide. No nation can isolate itself or be indifferent to the political or economic fate of other nations.”

<sup>54</sup> O conceito de Interdependência Complexa foi desenvolvido pelos autores Robert Keohane e Joseph Nye, no fim da década de 1970. Ao contrário da tradicional escola realista vigente naquele contexto, tinha seu foco voltado à atuação de instituições transnacionais frente ao Estado. Segundo essa teoria, questões normativas e econômicas substituiriam o poder militar, e a ênfase na segurança nacional daria lugar à busca pelo bem-estar social. Uma vez que as economias dos países estão intimamente conectadas, a guerra se torna um evento desnecessário para os que adotam esta agenda liberal, segundo os autores (RANA, 2015, p. 290).

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 120.

Performance econômica e capacidade [*capability*] certamente constituem a base da segurança nacional e do Poder para um país em desenvolvimento, como a Índia. A Índia tem capacidade militar para defender sua integridade territorial e segurança; mas, terá que sustentar taxas maiores de crescimento econômico para ser capaz de alterar a balança estratégica da Ásia, e globalmente, para beneficiar seu desenvolvimento<sup>56</sup>. (BARU, 2012, introdução. Tradução da autora).

Neste sentido, enquanto o paradigma Nehruviano aponta a comunicação, o contato entre as pessoas, o direito internacional e os tratados multilaterais como meios para mitigar a anarquia internacional; os Neoliberais defendem o comércio, o livre mercado e o interesse nacional particular de cada Estado (BAJPAI, 2014, p. 120).

Uma das importâncias do Neoliberalismo para a política externa da Índia diz respeito à noção de competição com a China nos âmbitos militar e econômico. Raja C. Mohan, por exemplo, defende que, para além de uma competição de armamentos, a Índia deveria seguir o exemplo chinês em adotar uma postura assertiva no comércio internacional. Uma reforma na direção de um mercado mais aberto é a chave, segundo o autor, para maximizar o Poder indiano no sistema internacional, além de garantia de mais dinheiro disponível para investir no setor militar. Para Raja Mohan (2001),

É razoável para a Índia consolidar sua primazia no subcontinente, ao deixar as forças do comércio e da globalização trabalharem a seu favor. (...) A experiência chinesa mostra que o comércio pode ser um instrumento poderoso para promover prosperidade nacional, influência regional e firmeza internacional<sup>57</sup> (Tradução da autora).

A importância dos indicadores de crescimento econômico, por sua vez, também é citada e reconhecida nos documentos oficiais da Marinha da Índia, em afirmações que indicam que os bons índices da economia do país, principalmente a partir do início do século XXI, foram responsáveis pelo aumento do orçamento da Marinha e da expansão do setor de construção naval. Este tópico será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

---

<sup>56</sup> Do original: Economic performance and capability constitute the foundation of nation security and Power for a developing nation like India. India has the military capability to defend her territorial integrity and security; however, it Will have to sustain higher rates of economic growth to be able to alter the strategic balance in Asia, and globally, to her developmental advantage.

<sup>57</sup> Do original: “It makes eminent sense for India to similarly consolidate its primacy in the subcontinent by letting the forces of trade and globalisation work to its advantage. (...) China’s experience shows trade can be a powerful instrument in promoting national prosperity, regional clout and international standing.” O artigo em questão encontra-se disponível no site oficial do Ministério das Relações Exteriores da Índia, em: <<http://mea.gov.in/articles-in-indian-media.htm?dtl/18532/Trade+as+strategy+Chinese+lessons.>> Acesso em 09/02/2017.

Por fim, apresenta-se o paradigma Hiperrealista. Nesse caso, não se acredita em superação ou mitigação da anarquia internacional e do eterno estágio de conflito em que se apresentam as relações interestatais. O Hiperrealismo baseia sua retórica em função de ameaça *versus* contra-ameaça. Isso, por sua vez, implica no ceticismo quanto a foros multilaterais ou na cooperação mútua. As alianças firmadas entre Estados são temporárias, e, normalmente, objetivam neutralizar ameaças de inimigos em comum. Considerando todas estas premissas, tem-se que, para teóricos do paradigma Hiperrealista, o único modo de garantir paz, a segurança nacional, e o Poder no cenário internacional é com a acumulação de poder militar (BAJPAI, 2014, p. 120). Enquanto Neoliberais argumentam que o poder econômico é o propulsor do desenvolvimento e do poderio militar, o Hiperrealismo inverte tal lógica, colocando a força e a coerção no centro do debate. Como colocado pelo autor Brahma Chellaney:

A Índia precisa entender que um Estado precisa colocar seu desejo de amizade com vizinhos e grandes potências visível ao público, enquanto continua a aprimorar sua capacidade de deter agressão. O maior fracasso da Índia é que ela sempre quis ser um Estado admirado, não um Estado respeitado<sup>58</sup> (CHELLANEY, 1999, p. 18. Tradução da autora).

Deste excerto, extrai-se que a cooperação amistosa entre Estados deve servir como recurso meramente discursivo no cenário internacional. O autor continua, logo em seguida, afirmando que “a força traz respeito internacional, e sem o estadismo munido de preceitos realistas e centrados em objetivos nacionais, nenhuma Nação atinge a diplomacia”<sup>59</sup>.

Este paradigma influencia a política externa indiana, no que tange ao ceticismo em relação à solução de litígios com a China e o Paquistão, vistos como rivais estratégicos, cujas posturas ameaçadoras contra a Índia não mudarão, apesar dos discursos de cooperação (SINGH, 1999, p. 2). Considerando o ambiente marítimo, as Estratégias Marítimas da Índia colocam a necessidade de prontidão para eventuais conflitos militares, no mesmo esquema de ameaça e contra-ameaça apresentado pelo Hiperrealismo.

Conforme mencionado anteriormente, outra problemática inserida no debate dos três paradigmas é como estes descrevem a natureza do adversário. No próximo capítulo, serão discutidas as presenças externas no Oceano Índico. Desta forma, analisar como nehruvianos, neoliberais e hiperrealistas enxergam o ambiente internacional é importante para entender os

---

<sup>58</sup> Do original: “India needs to understand that a state should put its desire for friendship with neighbours and major powers on public display while continuing to sharpen its capacity to deter aggression. India’s main failing has been that it has always wanted to be liked, not a state that is respected”.

<sup>59</sup> Ibidem.

diferentes posicionamentos indianos frente à presença de outros Estados em seu entorno marítimo e suas razões de ser.

Para os Nehruvianos, a guerra não é um elemento inerente às relações humanas. Como já apresentado, segundo tal visão, é possível superar a anarquia internacional – ou, pelo menos, limitá-la, pela da livre circulação de pessoas. O adversário surge, por sua vez, quando não há conhecimento entre Estados. Rivalidades estatais, enquanto fruto de falta de comunicação, são alimentadas pelos estadistas e arraigadas na opinião pública pela ignorância criada pela propaganda negativa. Dessa forma, promover a amizade entre os povos é a chave para o bom entendimento entre as partes e o cessar de animosidades interestatais. Muchkund Dubey (1999, p. 24) afirma, seguindo esta linha, que os litígios da Índia com os países vizinhos são consequências das atitudes regionais do país, que geram incompreensão e, por sua vez, receio nos demais Estados quanto a suas intenções.

Os neoliberais aproximam-se, em certa medida, dos nehruvianos, ao concordar que incompreensões e erros de cálculos podem gerar animosidades e rivais. Todavia, esta abordagem assume posicionamento mais pragmático, uma vez que o neoliberalismo assume a inevitabilidade do conflito nas relações internacionais. Neste paradigma, afirma-se que a falta de entendimento entre as partes congela acordos de comércio, que, por sua vez, seriam benéficos para ambas as partes. O adversário é, em suma, uma oportunidade de ganhos econômicos que está sendo desperdiçada em razão de questões geopolíticas consideradas de menor importância (BARU *apud* BAJPAI, 2014, p. 122).

Já no paradigma Hiperrealista, qualquer Estado é um potencial adversário. Considerando que outros países podem incrementar seus armamentos sem denunciar tais feitos para a comunidade internacional, a Índia, também, deveria buscar aumentar seu poderio militar e estar sempre pronta para eventuais conflitos. Este paradigma argumenta, ainda, que vizinhos regionais são os mais prováveis adversários, seja pela questão de territórios ou disputa de recursos<sup>60</sup>.

O terceiro e último aspecto que perpassa as discussões dos três paradigmas é o uso da força e sua efetividade para a diplomacia do país. Em primeiro lugar, o Nehruvianismo defende que o uso da força prolonga os litígios entre os Estados, sendo, portanto, uma via contraprodutiva enquanto ferramenta de relações internacionais. Nesse caso, a Índia não

---

<sup>60</sup> *op.cit*, 2014, p. 124

deixaria de investir em seus meios coercitivos, apenas os colocaria como última opção, quando todas as outras vias pacíficas forem esgotadas <sup>61</sup>.

A questão suprema de hoje no mundo é como podemos evitar uma guerra mundial. Algumas pessoas parecem pensar que é inevitável e, portanto, preparam-se para isso não apenas no sentido militar, mas [também] no sentido psicológico e, com isso, aproximam a guerra. (...) É claro que nenhum país deve subestimar o contexto e não se preparar para possíveis contingências. Nós, na Índia, precisamos estar preparados para todo perigo possível à nossa liberdade e à nossa existência<sup>62</sup>. (NEHRU *apud* DIXIT, 1999, pp.33-34. Tradução da autora).

Como mostra este trecho de um discurso proferido por Nehru em 1949, a própria questão psicológica envolvida em acreditar na inevitabilidade do conflito tem o efeito reverso de aproximá-lo da realidade e forçar o uso da força. O Neoliberalismo compartilha da mesma cautela quanto ao papel da coerção, substituindo os argumentos morais pelos econômicos. Isto porque, neste caso, a economia é vista como a principal força de um Estado, ao passo que o poder militar é apenas um complemento de menor importância (BAJPAI, 2014, p. 124).

Já o Hiperrealismo considera idealista a política de Estado que não inclui o elemento da força como um de seus principais componentes. A defesa do interesse nacional demanda capacidade de responder a possíveis agressões e a disposição para o uso da violência para controlar ou obter controle de uma região de interesse, particularmente quando outros Estados também vislumbram o mesmo espaço estratégico<sup>63</sup>.

É importante notar que, apesar das divergências e contrariedades entre as premissas dos três paradigmas, o âmago permanece o mesmo em todos os casos. A anarquia internacional, o Poder e a centralidade da figura do Estado mostram que a influência do realismo tradicional de Morgenthau tem forte influência nos três. Outro aspecto importante é que, com exceção do período inicial pós-independência (1947-1955), estes paradigmas não foram mutuamente exclusivos na política externa da Índia.

---

<sup>61</sup> Talvez o maior exemplo dessa postura seja a forma como Jawaharlal Nehru conduziu o programa nuclear indiano na década de 1950. A justificativa e o incentivo político inicial para o investimento no mesmo era a produção pacífica de energia, e havia esforço do próprio Nehru em pregar o desarmamento nuclear como forma de tranquilizar a comunidade internacional quanto aos fins do projeto. Todavia, como o contexto regional já era delicado e a via diplomática já não parecia suficiente para a resolução do conflito com o Paquistão, a opção de produzir armamento nuclear não foi descartada. Com a posterior derrota para a China (1962) na Guerra Sino-Indiana, as rédeas morais iniciais foram, então, irreversivelmente cortadas.

<sup>62</sup> Do original: “The supreme question that one has today in the world is how we can avoid a world war. Some people seem to think that it is inevitable and therefore they prepare for it not only in a military sense but [also] in a psychological sense and thereby actually bring the war nearer. (...) Of course, no country dare take things for granted and not prepare for possible contingencies. We in India must be prepared for all possible danger to our freedom and our existence”.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

Ainda nos dias atuais, é possível observar posturas que remetem às teorias apresentadas, dependendo do contexto geográfico e temporal. No caso da Estratégia Marítima em si, entender o Nehruvianismo, o Neoliberalismo e o Hiperrealismo ajuda a explicar os diversos obstáculos políticos enfrentados pela Marinha até a publicação de sua primeira estratégia oficial. É, portanto, a correlação entre a política externa indiana e seus paradigmas que determina o tipo de pensamento estratégico naval – seja ele Continentalista ou baseado em Mahan – e, por consequência, o tipo de Estratégia Marítima almejada pela Índia em um determinado contexto. Diante da relação entre esses quesitos, antes de se iniciar a análise da Estratégia Marítima da Índia a partir do pós-Guerra Fria – quando o país passou a adotar política externa mais proativa, combinando Neoliberalismo e Hiperrealismo com o pensamento estratégico Raj-Pan-Oceânico influenciado, significativamente, por Alfred Mahan – faz-se necessário apresentar o processo que levou a esta combinação, por meio da análise de política externa indiana na contemporaneidade.

#### 2.4 A Índia pós-Guerra Fria: Política Externa e Desafios Estratégicos

A queda do Muro de Berlim (1989) é um marco para a história mundial e para a diplomacia da Índia. O evento representou a aceleração da derrocada da ex-União Soviética, que entraria em colapso dois anos mais tarde. O fim da Guerra Fria levantou questões vitais para a Índia: a queda da ex-URSS representava, também, o findar de uma era na política externa indiana, norteada pelo alinhamento aos soviéticos e pela segurança estratégica proporcionada por tal amizade (GANGULY, 2015, pp. 92-93). A redefinição das bases de política externa e de defesa da Índia perpassaram, basicamente, seis aspectos, que serão melhor abordados posteriormente: a aproximação com Israel; o fim do apoio à causa palestina; a reaproximação lenta com os norte-americanos; a reafirmação da posição indiana quanto à questão nuclear; a manutenção da relação com a Rússia baseada na transferência de armamentos; e a reaproximação com o Sudeste Asiático (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 43).

Durante os últimos anos da década de 1980, o contexto regional do Sul da Ásia foi marcado por dificuldades para o projeto de poder global da Índia e empurrou o pensamento estratégico do país para o continentalismo e para um tipo de política externa nehruviana, com alguns traços de realismo. O não-alinhamento continuava sendo uma bandeira do governo em

discurso internacionais, e vários litígios territoriais regionais limitaram a diplomacia do então primeiro-ministro, V.P Singh ao subcontinente.

Em Caxemira e Jammu, surgia um novo tipo de militância composta por jovens com menos de trinta anos, aparentemente sem vínculos religiosos, treinados e apoiados pelo Exército paquistanês. Esta insurgência foi abafada, à época, ressurgindo apenas em 2016. O Paquistão, por sua vez, parecia estar cada vez mais perto de obter armamento nuclear, com apoio chinês. O governo russo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) também parecia se distanciar da Índia e buscava melhorar suas relações com o Ocidente. Bangladesh abandonava o Estado laico e passava a usar o islamismo como base para política (KAPUR, 2009, p.254). Para piorar a situação da Índia, o governo bengali dava sinais de aproximação com a China – que, posteriormente, passaria a ter preferência no projeto do Porto de Chittagong, na Baía de Bengala. A relação sino-indiana, embora parecesse evoluir para uma situação de quase paz e de diálogo, no discurso; permanecia tensa, na prática, com os chineses iniciando diálogos para estabelecer sua área de influência no subcontinente. Todas estas questões regionais desafiavam o Ministério das Relações Exteriores da Índia, que parecia ter uma agenda incompatível com o contexto no qual o país estava inserido.

Duas crises merecem menção, haja vista a importância geopolítica dos atores envolvidos, principalmente no que se refere à Estratégia Marítima Indiana e sua concepção de entorno estratégico: a crise do Sri Lanka (1983) e a Crise do Golfo (1990).

A Guerra Civil do Sri Lanka (1983-2009), embora antecedente ao fim da Guerra Fria, teve consequências de longo prazo que influenciaram significativamente a segurança da Índia. Em verdade, até os dias atuais a diplomacia entre os dois países não é das mais amistosas. O conflito teve início em 1983, com a insurgência do grupo Tigres de Tamil (*Liberation Tigers of Tamil Eelan*, ou LTTE), concentrado no norte cingalês, que reivindicava sua independência. O grupo separatista logo ganhou simpatia e apoio dos tâmil indianos, que pressionavam pelo posicionamento de Nova Délhi frente ao conflito. O então primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi (1984-1989), viu-se em uma situação delicada: precisava equilibrar a diplomacia com os tâmil indianos, o LTTE e o governo central do Sri Lanka. Com a fuga de aproximadamente 100 mil tâmil cingaleses para o Sul da Índia e a impossibilidade de diálogo interno entre Colombo e os insurgentes, o governo cingalês apelou para a solução militar (KAPUR, 2009, p. 234).

Em 1987, Índia e Sri Lanka assinaram um acordo, que não foi reconhecido pelos separatistas, pois previa a indivisibilidade do território e a rendição de armas dos rebeldes.

Paralelamente, a Índia se comprometeu a enviar uma força de operação de paz para o país vizinho, com o objetivo de ajudar a controlar a guerra. A operação de paz no Sri Lanka é um marco importante, pois seu fracasso em atingir as finalidades supracitadas evidenciou a falta de preparo e estrutura da Marinha de Guerra da Índia – quadro agravado ao se considerar a proximidade geográfica entre os dois países –, e porque demonstrava que a Índia ainda não estava em boa posição de projetar poder em seu entorno estratégico mais imediato e importante<sup>64</sup>. A Índia retirou, unilateralmente, a Operação de Paz do Sri Lanka (1989), após a eleição de V.P. Singh (1989-1990), apesar do apelo do governo cingalês e, em 1991, Rajiv Gandhi foi assassinado por uma mulher-bomba membro do LLTE.

Já a Crise do Golfo de 1990<sup>65</sup> recebe destaque pela importância geopolítica da região para a Índia. O posicionamento adotado por Délhi com a invasão do Kuwait pelo Iraque gerou controvérsias por destoar do discurso adotado pela comunidade internacional, especialmente com os países do Oriente Médio, região estratégica para a segurança energética da Índia. O Kuwait, naquele momento, contava com aproximadamente duzentos mil indianos expatriados<sup>66</sup>. Um dos grandes desafios era garantir a evacuação e repatriação segura desses trabalhadores. O esperado era que a Índia endossasse o repúdio internacional, mas, ao invés disso, o então ministro das relações exteriores I.K. Gujral, enviado a Bagdá para negociar a liberação dos trabalhadores indianos, tirou uma foto para a imprensa abraçando o ex-líder iraquiano, Saddam Hussein. A foto, divulgada mundialmente, gerou mal-estar diplomático tanto com a comunidade internacional, quanto com os outros países do Golfo e os expatriados indianos que lá residiam (GANGULY, 2015, p. 95).

A tentativa de reparar esta gafe ocorreu em 1991, quando o sucessor de V.P Singh, Chandra Shekhar (1990-1991), trocou a neutralidade ambígua pela postura mais firme, ao rechaçar as atitudes iraquianas em relação ao seu país vizinho, além de facilidades oferecidas ao governo norte-americano para reabastecimento em solo indiano (DIXIT, 1999, p 217). Contudo, pode-se afirmar que a imagem da Índia perante a região do Golfo só começou a melhorar com as visitas, a alguns dos países da região, do atual primeiro-ministro, Narendra

---

<sup>64</sup> Idem, p. 253.

<sup>65</sup> A crise do Golfo começou com a recusa de Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos em cancelar a dívida de 37 bilhões de dólares do Iraque, resultado da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). A justificativa iraquiana era baseada na premissa de que os empréstimos dados pelos países mencionados foram pagamentos que serviram para reestabelecer a paz na Península Arábica. A não aceitação do perdão da dívida fez com que o Iraque usasse um litígio antigo com o Kuwait sobre algumas ilhas. Em agosto de 1990, uma tropa com cem mil soldados iraquianos invadiu o Kuwait, ocasionando sanções e uma série de ofensivas militares lideradas pelos Estados Unidos. Fonte: *Office of the Historian*, Departamento de Estado dos EUA. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1989-1992/gulf-war>>. Acesso em 10/02/2017.

<sup>66</sup> Dado retirado de Sumit Ganguly, 2015, p. 94



Modi<sup>67</sup>, aos países da Península Arábica. Considerando que mais de 70% do petróleo da Índia é importado daquela região (KAPLAN, 2008), o hiato de projeção de poder durante todo este tempo é significativo.

Estes dois problemas em regiões de interesse imediato da Índia, somados à questão tradicional da Caxemira, acompanharam a política externa da Índia durante a transição para o novo mundo que surgia com o fim da Guerra Fria e a década de 1990. Além destas questões, uma grave crise financeira também atingiu a Índia. Quando P.V. Narasimha Rao assumiu a função de primeiro-ministro (1991-1996), o país estava à beira do colapso econômico (KAPUR, 2009, p. 297). A crise era resultado de três principais fatores: primeiro, a repatriação de mais de 200 mil indianos evacuados do Kuwait mostrou-se custosa; em segundo lugar, a retirada de expatriados tinha como desdobramento a diminuição do valor das remessas enviadas à Índia, que giravam em torno de 600 milhões de dólares por ano. Por fim, a compra de petróleo dos países do Golfo, na expectativa do início da guerra esgotaram as reservas externas da Índia. Complementando estes três fatores, o pagamento da dívida externa junto às instituições financeiras atrasou (GANGULY, 2015, pp. 96-97).

Todo este cenário de conflitos regionais, crise fiscal, animosidade com países estratégicos e o colapso da União Soviética colocaram em dúvida o tipo de política externa que a Índia deveria perseguir, a fim de atingir o status de grande potência em conformidade com a nova configuração “unipolar” que se apresentava no sistema internacional. A única coisa que parecia clara para a elite política era que o não-alinhamento chegou ao seu ponto final, permanecendo apenas na retórica a partir de 1991 (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 35).

Harish Kapur (2009, pp. 298-316) afirma que o governo de Narasimha Rao introduziu cinco mudanças cruciais na política externa indiana. A primeira delas, e mais urgente, aceitar a liberalização e a globalização da economia, cujo marco é a criação da primeira bolsa de valores, em Mumbai (1993). O governo entendia que, para enfrentar a grave crise fiscal mencionada anteriormente, precisava implementar um modelo de economia liberal, com algum grau de regulação do Estado, e buscar outros mercados, com atenção especial aos países do Sudeste Asiático, os Estados Unidos e outras partes do Ocidente (Europa). O resultado das reformas econômicas e das liberalizações tarifárias foi significativo. Um dos desdobramentos foi a desvalorização cambial da moeda indiana, a rúpia, tornando a exportação de produtos indianos competitiva. A exportação de produtos indianos dobrou entre

---

<sup>67</sup> O primeiro ministro Narendra Modi realizou visita aos Emirados Árabes Unidos (2015), à Arábia Saudita (2016) e ao Qatar (2016).

1991 e 1999, repetindo o mesmo resultado positivo no início dos anos 2000 (GANGULY; MUKHERJI, 2014 p. 90). Internamente, houve maior abertura aos investimentos estrangeiros, embora os empresários indianos não fossem totalmente favoráveis a este fato.

A segunda mudança foi a substituição da lógica de bipolaridade na política externa, o que significava maior pragmatismo na condução da mesma. O primeiro passo nessa direção foi a aproximação com os norte-americanos. Como sinais de boa vontade para o diálogo, a Índia tomou algumas medidas, como: cancelar o teste do míssil *Prithvi*; ceder à pressão estadunidense quanto a não realizar outro teste nuclear; recusar o pleito iraquiano quanto à suspensão das sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU; cessar o apoio à causa palestina; e a abertura ao diálogo com Israel e Taiwan. Apesar dos esforços, o então governo Clinton (1993-2001), nos EUA, não se mostrou entusiasmado para reestabelecer plenamente o diálogo (KAPUR, 2009, p. 301). A relação política entre ambos os países só iniciou sua total normalização com o governo de George Bush (2001-2009).

A terceira mudança foi a aproximação com a Europa e o Sudeste Asiático, com foco para o último, sob a lógica, nestes casos, do paradigma de relações internacionais neoliberal – ou seja, usando a economia como instrumento principal do interesse nacional: a Diplomacia Econômica. Este conceito pode ser entendido como “*a busca por segurança econômica em um contexto de sistema internacional anárquico*” (DONNA; HOCKING, 2010, p.6). A partir da diplomacia econômica, a Índia buscou utilizar o comércio com alguns países como meio para obter capital que seria, posteriormente, realocado como investimento em infraestrutura e indústrias, incluindo a militar. Embora alguns avanços sejam notáveis em relação à diplomacia com a Europa, estes não foram vultosos ou marcantes, sobretudo devido à persistente dificuldade dos indianos no diálogo com os Estados Unidos.

O Sudeste Asiático, por sua vez, foi considerado o maior avanço da política externa da Índia do início da década de 1990. Gozando de crescimento econômico pujante, os países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) configuravam oportunidades para a Índia. Todavia, a influência e presença chinesa na região já representavam a competição entre ambos em nova dimensão – além das problemáticas territoriais no Sul da Ásia, Índia e China começariam a competir em outras regiões (KAPUR, 2009, p. 308). Não coincidentemente, a maior iniciativa de política externa do governo Narasimha Rao e de praticamente toda a década de 1990 é o *Look East Policy* – a política de expandir a projeção de poder da Índia para o Oriente.

A dimensão oriental da política externa denotava cautela, posto que os países do Sudeste Asiático foram, durante toda a Guerra Fria, negligenciados e mal vistos pela elite política da Índia, à exceção do Vietnã<sup>68</sup>. O interesse na região tinha dois imperativos centrais. O primeiro, já comentado anteriormente, refere-se à oportunidade que aqueles países representavam em termos comerciais e econômicos. O segundo, que pode ser visto como desdobramento direto do primeiro, foi o uso do *Look East Policy* como incentivador da expansão naval indiana. Considerando que ao longo dos anos da Guerra Fria, a Marinha da Índia mal era capaz de operar além da Baía de Bengala e do Mar Árábico, a proteção das linhas de comunicação no novo mercado estabelecido com o Sudeste Asiático tornava-se uma questão imperativa (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 109).

A preocupação com a competição chinesa, que viria a se instalar no Oceano Índico, a partir do século XXI, teve seus primórdios nesse período. O exemplo claro é que Myanmar foi escolhido como primeiro país da ASEAN a ser visitado pelo então primeiro-ministro Narasimha Rao. A lógica era que o país serviria de ponte para a Índia projetar poder no Pacífico. Além disso, Myanmar localiza-se em posição geográfica importante, com litoral para a Baía de Bengala, por onde passam as linhas de comunicação marítimas indianas em direção ao Estreito de Málaca (KAPUR, 2009, p. 308). Com estas ações, Délhi demonstrava preocupações com a crescente presença chinesa naquele país, especialmente após a construção de uma rodovia que, atualmente, liga a China à cidade birmanesa de Mandalay – principal polo de comércio do país – e o aprimoramento das facilidades navais chinesas nas Ilhas Coco, na Baía de Bengala.

A quarta mudança relevante diz respeito ao revés internacional quanto ao programa nuclear indiano. Durante o governo de Narasimha Rao, a Índia optou por assumir uma política de não-confrontação em temas que perpassavam o desarmamento e as armas nucleares, equilibrando a postura mais diplomática em relação à Guerra Fria com a continuidade de seu posicionamento contrário à assinatura do Tratado de Não-Proliferação (TNP). Em 1992, a Índia participou da elaboração de um projeto, junto com os EUA, para a formulação do Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares (TICTN). Embora contrária à medida, era uma forma de tentar melhorar a relação com os Estados Unidos. Não obstante, quando os norte-americanos conseguiram levar o pré-projeto para a Organização das Nações Unidas (ONU), para ser discutido em uma Assembleia Geral, a Índia se absteve de assinar (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 65). A justificativa dada para a recusa era o caráter

---

<sup>68</sup> A exceção do Vietnã deve-se ao apoio da Índia ao movimento anticolonialista vietnamita, ao alinhamento de ambos à ex-URSS e à desconfiança quanto às intenções chinesas na Ásia (GANGULY, 2014, p. 108) .

discriminatório do TNP e a vulnerabilidade à qual a Índia estaria exposta, regionalmente, caso abandonasse a opção militarizada do programa nuclear.

Algumas literaturas observam que a pressão ocidental sobre o programa nuclear indiano se baseava na certeza de um segundo teste nuclear, a ser realizado em questão de tempo. Esta certeza, segundo Harish Kapur (2009, p. 313) fazia sentido: o primeiro-ministro Narasimha Rao já preparava outra explosão pacífica, mas o evento foi descoberto por fotos de satélites norte-americanos. O chefe de Estado indiano respondeu de forma ambígua, declarando publicamente o abandono dos preparativos, embora estes prosseguissem:

Enquanto o Governo Indiano abandonou o projeto, a decisão interna de manter tudo pronto para conduzir um teste foi, não obstante, sustentado. Rao informou ao seu sucessor, Vajpayee, em 1996 a respeito disso. Ele revelou, após a morte de Rao, que quando do encontro para ser empossado como primeiro-ministro, ele lhe deu um pequeno pedaço de papel no qual havia escrito que “a bomba está pronta, você pode prosseguir”<sup>69</sup> (KAPUR, 2009, p. 313. Tradução da autora).

O anseio de Rao foi atendido e, em 1998, a Índia realizou as cinco explosões pacíficas do teste *Pokhran-II*, apesar das pressões internacionais e das reações adversas – que, diferente do teste *Smiling Buddha* (1974), foram efêmeras, limitadas e com poucos impactos práticos para a Índia.

A quinta mudança substancial é representada pela alteração de política externa em relação à Israel. Esta problemática é importante, pois marca os primórdios da prática do paradigma Hiperrealista<sup>70</sup> e do pensamento estratégico *Raj-Pan-Oceânico* da Índia. Em 1992, a elite política do país resolveu inclinar-se a favor de Israel nos litígios relacionados à Palestina, depois de décadas de solidariedade com a causa árabe sob a égide do anticolonialismo e do não-alinhamento.

Há dois motivos centrais para tal mudança de rumo: em primeiro lugar, o cálculo feito por Nova Délhi considerava que a aproximação com Israel facilitaria o entendimento entre Índia e Estados Unidos. Em parte, esta premissa provou-se correta, a longo prazo, uma vez que o componente israelense foi importante para a Índia no auge de sua aproximação com Washington, já no governo de Narendra Modi e de sua contraparte, o ex-presidente Barack Obama, a partir de 2014. Em segundo lugar, o sucesso da política para Israel simbolizava o

<sup>69</sup> Do original: “While the Indian Government abandoned the project, the internal decision to keep everything ready for conducting a test was nonetheless sustained. Rao informed his successor, Vajpayee, in 1996 to this effect. For, he revealed, after Rao’s death, that when he met him to take over the prime ministership, the latter gave him a small piece of paper in which he had written that ‘the bomb is ready, you can go ahead with it’”.

<sup>70</sup> Combinado com o paradigma neoliberal, uma vez que a diplomacia econômica continuou sendo pauta de destaque na agenda indiana.

ponto inicial da projeção de poder indiana sobre o mundo árabe, o Mar Mediterrâneo e o Canal de Suez (GANGULY e MUKHERJI, 2014, pp. 43-44). Posteriormente, com a ascensão do partido conservador BJP à cena política da Índia, já no fim da década de 1990, o terrorismo complementou a pauta com os israelenses, bem como a cooperação na área de Defesa (DIXIT, 1999, p. 218). Este último fator passou a ter destaque na agenda bilateral. Atualmente, Israel é o terceiro maior exportador de armamento para a Índia, atrás apenas da Rússia e dos EUA<sup>71</sup>.

Estas cinco mudanças representavam a transição gradual pela qual passava a Índia na década de 1990. Iniciadas pelo governo Narasimha Rao, foram continuadas pelos seus sucessores, sem muitas nuances, à exceção do governo Narendra Modi (2014-atual). Para este trabalho, valem também alguns comentários sobre a relação da Índia, década de 1990, com seus dois rivais estratégicos: China e Paquistão.

Nos primeiros anos do pós-Guerra Fria, as relações sino-indianas são caracterizadas pela tentativa de diálogo entre ambas as partes sobre os litígios territoriais. Apesar da manutenção da amizade com o Paquistão, a China mostrava-se apreensiva pelo crescimento de movimentos terroristas apoiados pelo Estado paquistanês. O receio surgiu com as suspeitas de que os insurgentes paquistaneses tivessem contatado grupos separatistas da província chinesa de Xinjiang (KAPUR, 2009 p. 302). O marco para a tentativa de reestabelecer a diplomacia foi a visita do primeiro-ministro Li Peng (1987-1998) à Nova Délhi, em 1991, 31 anos depois da última visita de um chefe de Estado chinês à Índia. Alguns acordos foram assinados, à ocasião, mas o mais importante foi a declaração de Narasimha Rao sobre o Tibete ser uma região autônoma da China. Este discurso teve peso, uma vez que uma das causas para a Guerra Sino-Indiana de 1962 foi, justamente, a posição antichinesa no pleito tibetano, que culminou com a fuga do Dalai Lama para a Índia, na década de 1950 (DIXIT, 1999, p.).

É válido ressaltar que, a despeito dos esforços consideráveis feitos e dos discursos amistosos, a China continuava a constar como rival estratégico para a comunidade política e estratégica indiana. Isto porque, na prática, ambos os países já começavam a competir por áreas de influência no Sul da Ásia, no Sudeste Asiático e no Oriente Médio, regiões nas quais os interesses sino-indianos se sobrepõem. A diferença era que o tom mais ameno, em comparação com a posição adotada durante a Guerra Fria, tornava esta disputa menos aparente e agressiva.

---

<sup>71</sup> Segundo dados publicados em fevereiro de 2017 pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). O relatório completo está disponível em: <<https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/international-arms-transfers>>. Acesso em 19/02/2017.

A mudança deste cenário ocorre com a eleição de Atal Behari Vajpayee<sup>72</sup> (1998-2004). O governo Vajpayee apresentou-se como outro catalisador de mudanças abruptas na política externa, baseadas no realismo e na ênfase maior dada à necessidade de desenvolvimento das capacidades de dissuasão da Índia. Para o primeiro-ministro, a postura da Índia não era compatível com a de uma grande potência (KAPUR, 2009, p. 368). As convicções deste período sobre a China e o Paquistão também mudaram, gerando aumento de tensões.

O primeiro fator relevante é a série de testes conduzidos em maio de 1998, chamados *Pokhran-II*. Os preparativos para o teste foram tão minuciosamente encobertos que, ao contrário do que ocorrera com Narasimha Rao, nenhum país foi capaz de antecipar as explosões<sup>73</sup>. O evento foi um golpe importante aos avanços feitos na relação com a China, especialmente após Vajpayee escrever ao presidente norte-americano, Bill Clinton, que os testes eram justificados pela existência de “uma clara ameaça, em nossas fronteiras, de um Estado que já cometera agressão armada contra a Índia em 1962” (GANGULY; MUKHERJI, p. 56).

A resposta ocidental, resumida na reação norte-americana aos testes, foi de pouca surpresa, embora Clinton tenha se irritado pessoalmente com o fato. Os EUA estabeleceram uma série de sanções econômicas e políticas. Contudo, o Congresso norte-americano e o empresariado, entendendo a ineficácia destas respostas – uma vez que o teste estava consumado e a Índia já havia se estabelecido irreversivelmente como potência nuclear – não levaram adiante a proposta de sanções (KAPUR, 2009, p. 371)<sup>74</sup>. Outro motivo para o afrouxamento das pressões foram os testes paquistaneses (*Chagai-I*), conduzidos apenas algumas semanas após *Pokhran-II*. Basicamente, foi como se eles tivessem corroborado com a justificativa indiana sobre a necessidade de obter este tipo de artefato. O que se seguiu a este fato foi a elaboração da doutrina nuclear da Índia, que previa o desenvolvimento das capacidades [*capability*] de dissuasão aérea, terrestre e marítima. O documento, além de representar a institucionalização da política nuclear, abriu o precedente para que as Forças Armadas da Índia também fossem incentivadas a elaborar documentos formais, a fim de atingir a meta do governo Vajpayee de transformar a Índia em uma potência mundial em vinte anos (PANT, 2012, Introdução).

---

<sup>72</sup> Vajpayee já havia ocupado o cargo anteriormente, em 1996. Este primeiro mandato não foi considerado, pois só durou 13 dias (16 de maio-28 de maio de 1993).

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> Segundo Sumit Ganguly (2015, p. 114), o governo Clinton ainda insistiu, mesmo após o fim das sanções, pela limitação do programa nuclear indiano, mas seus pedidos encontraram resistência irreduzível por parte da Índia.

A pergunta mais imediata para a política externa assertiva do Vajpayee, particularmente no que se refere ao programa nuclear, foi por que a Índia viu necessidade em realizar um segundo teste nuclear e abandonar a ambiguidade sobre suas intenções. J.N. Dixit (1999, p. 428) aponta que a resposta está na geografia, com referência ao arco estratégico que engloba o Paquistão, as ilhas de Diego Garcia, ao sul do Oceano Índico, e a região do Golfo. Este arco, localizado em pontos de importância para a Índia, conta com a presença maciça de países nuclearizados: Paquistão, China e Estados Unidos<sup>75</sup>, o que justifica a afirmação da Índia como potência nuclear, após postergações políticas.

A relação com a Rússia, tradicional aliada, estava em um dos seus pontos mais baixos na virada do século. Sob a liderança de Boris Yeltsin (1991-1999), Moscou criticava as posturas rígidas da Índia frente à Caxemira e ao desarmamento nuclear. Neste sentido, o governo Vajpayee esforçou-se para manter uma relação mínima com os russos, dados os criticismos e as divergências. O primeiro-ministro chegou, inclusive, a cogitar que as posições assumidas pela Rússia foram oriundas de pressão por parte de Bill Clinton (KAPUR, 2009, p. 373). A reaproximação veio com a ascensão de Vladimir Putin ao poder e os acordos oriundos desse período que reafirmavam o compromisso estratégico bilateral e o combate ao terrorismo.

Já a tensão com o Paquistão aumentou, com seu primeiro ápice na Guerra de Kargil (1999). Embora o conflito indo-paquistanês não seja inédito, a expectativa da comunidade internacional era que os testes nucleares de ambos os países surtiram o efeito de diminuir o embate na região da Caxemira. O efeito foi oposto: a aquisição da capacidade nuclear incentivou a incursão paquistanesa em Kargil, localizada no lado da fronteira administrada pela Índia. A intenção principal era receber atenção internacional e apoio da comunidade internacional. Todavia, o Paquistão foi repreendido e derrotado pelo país vizinho. Embora inúmeros esforços tenham sido feitos para reparar a relação entre ambos os países, o conflito é visto, até os dias atuais, como sem solução (GANGULY; MUKHERJI, 2014, p. 52). Em 2001, haveria outro ponto de inflexão, com o atentado terrorista ao Parlamento da Índia que matou 12 pessoas<sup>76</sup>, perpetrado por membros dos grupos talibãs *Laishkar-e-Taiba* (LeT) e *Jaish-e-Mohammed* (JeM), cujas ligações com o Estado paquistanês é conhecida.

O governo Manmohan Singh (2004-2014) teve a responsabilidade de acalmar as tensões regionais e de levar em frente a política externa realista e o projeto de poder da Índia

<sup>75</sup> Em 1999, quando foi publicado o livro em questão, a relação entre Índia e Estados Unidos ainda guardava animosidades, que se refletem nessa equiparação de ameaça junto à China e o Paquistão.

<sup>76</sup> "12 die in Indian parliament attack", <https://www.theguardian.com/world/2001/dec/14/kashmir.india>. Acesso em 13/02/2017.

de forma menos agressiva que seu antecessor. A relação com a Rússia voltava ao seu padrão normal. Os dois países assinaram um acordo estabelecendo o status de parceria estratégica, e prolongaram a cooperação em defesa por mais dez anos (KAPUR, 2009, pp. 389-391). Durante seu mandato, foi instituído o BRICS, no qual o Brasil está incluído, arranjo que refletia o otimismo internacional quanto aos rumos da política externa e econômica da Índia (GANGULY, MUKHERJI, 2014, p. 61).

A conquista mais interessante, e talvez a mais relevante, para este período no século XXI, contudo, é o Acordo Nuclear assinado com os Estados Unidos, em 2005. Embora, em certa medida, tenha sido proporcionado pela personalidade aberta de Singh, é notável que a troca de presidente dos EUA influenciou consideravelmente na decisão por um documento formal. O governo de George Bush é caracterizado por ser menos rígido em relação ao cumprimento de normas internacionais e, de forma mais direta e prática, dividiu o mundo entre países possivelmente aliados ou hostis. Ao reconhecer que a Índia estava inclinada para o primeiro grupo, Bush optou por não condenar seu programa nuclear, uma vez que este não era pensado para ser uma ameaça aos EUA. Por outro lado, a ascensão acelerada da China dava a Washington a dimensão da necessidade de contrabalançá-la. Neste caso, era esperado que a Índia seria favorável a uma coalizão (idem, p. 62). Um terceiro aspecto é que após os atentados do 11 de setembro ao *World Trade Center*<sup>77</sup>, Índia e EUA começaram a cooperar de forma mais intensa em assuntos militares.

Durante o período ocorreu, também, o atentado a Mumbai (2008), mais uma vez cometido pelo *Laishkar-e-Taiba* (LeT). Diferente de todos os outros ataques sofridos pela Índia, desta vez, os terroristas alcançaram o território indiano por via marítima, devido à alta vigilância da fronteira terrestre (GANGULY, 2015, p. 124). As forças de segurança da Índia, incluindo a Marinha, foram pegas de surpresa e despreparadas para tal fato<sup>78</sup>. Embora Manmohan Singh tenha optado por não retaliar incisivamente o Paquistão, este atentado gerou profundas mudanças na comunidade estratégica da Índia. Ficou evidente a falha nos procedimentos da inteligência e da vigilância costeira do país. A guarda costeira do país, na época, tinha menos de 100 embarcações para a segurança de mais de 8 mil quilômetros de litoral (RABASA, BLACKWILL, CHALK *et al*, 2009, p. 9). O receio de novos tipos de ataques e a confrontação com a realidade vulnerável das forças navais indianas impulsionaram apelos por mais investimentos na área, bem como a aceleração da elaboração

---

<sup>77</sup> A história dos atentados está explicada no site oficial do *9/11 Memorial & Museum*. Disponível em: <<https://www.911memorial.org/world-trade-center-history>>. Acesso em 13/02/2017.

<sup>78</sup> Os terroristas envolvidos sequestraram uma embarcação pesqueira da Índia, de modo que puderam ter livre passagem pelas águas do país sem levantar suspeitas.



de uma nova doutrina militar da Índia e de estratégias para lidar com tais obstáculos, apenas um ano após a publicação da primeira Estratégia Marítima (2007).

A relação com a China, por outro lado, teve ligeira melhora neste período. O comércio sino-indiano experimentou crescimento significativo. Embora seja uma contribuição para a diplomacia bilateral, o déficit indiano na balança comercial com a China, conforme mostra a figura abaixo, incomoda Délhi.

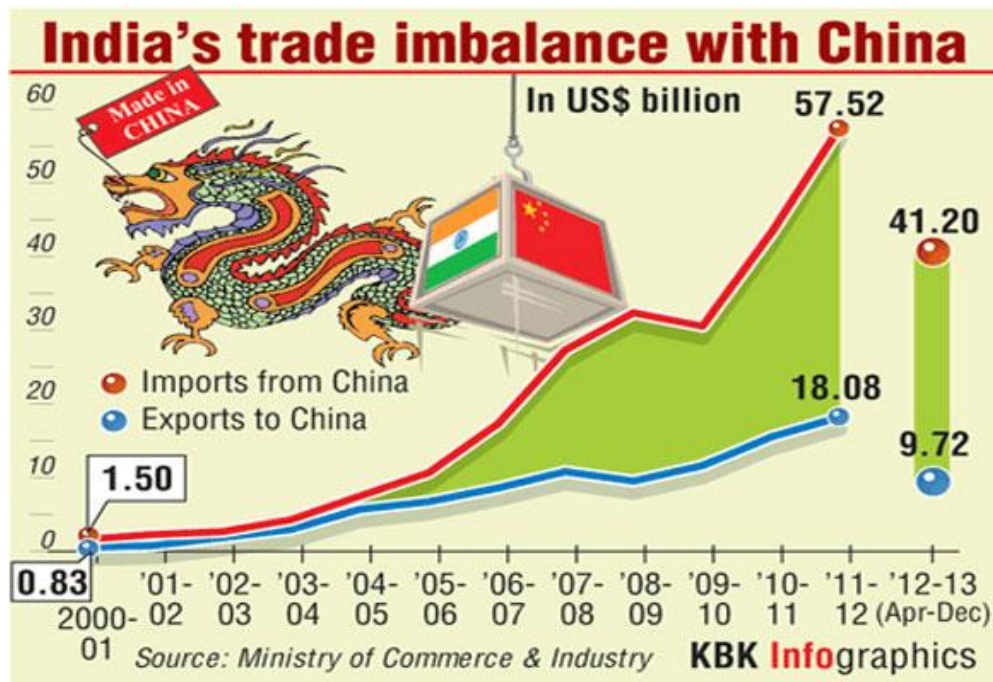


Figura 3: Comércio entre China e Índia durante os primeiros 13 anos do século XXI, englobando boa parte do período Manmohan Singh. O espaço em verde representa o déficit da balança comercial indiana no comércio com os chineses. Fonte: <<http://im.rediff.com/money/2013/may/20kbbk.jpg>>. Acesso em 13/02/2017.

No âmbito estratégico, contudo, as tensões fronteiriças resistiam. Outras regiões ricas em hidrocarbonetos, importantes para o crescimento econômico pujante que a Índia passou a apresentar no período estudado, passaram a ser disputadas, como Angola e Cazaquistão. Estes dois casos evidenciam que a projeção de poder no continente africano e na Ásia Central adicionou dimensões novas para as preocupações de segurança da Índia (GANGULY, MUKHERJI, 2014, p. 56).

O sucessor de Manmohan Singh deu continuidade ao processo de maior abertura da Índia para o mundo, com novas nuances. Narendra Modi (2014-atual) ainda não terminou seu mandato, mas diante das várias reformas implementadas em quase três anos de ofício, dentre as quais a nova Estratégia Marítima da Índia (2015), cabem menções ao que foi feito até 2016.

A ascensão de Modi gerou profundas mudanças e reformulações das políticas doméstica e externa da Índia em pouco tempo. Logo no início de seu mandato, o primeiro-ministro demonstrou que, na sua concepção, economia e poder militar são complementares. A diplomacia econômica da Índia atingiu mercados até então receosos ou considerados secundários – como o europeu e o africano – e as Forças Armadas foram intimadas a reavaliar suas doutrinas e estratégias para acompanhar o novo momento. Os aspectos diferenciados do atual mandato já possuem, inclusive, um conceito para englobá-los: a chamada Doutrina Modi. Este termo denota a tentativa do atual governo em imbuir a política externa com características menos volúveis e de longo prazo, embora não estáticas (CHAULIA, 2016, Introdução).

Alguns conceitos básicos já discutidos anteriormente foram repaginados nesta nova fase. O não-alinhamento, por exemplo, já não serve mais, nem mesmo como recurso discursivo para aproximar a Índia de países periféricos. Ao invés disso, a Doutrina Modi assume o multialinhamento (NARAYANAN, 2016)<sup>79</sup>, que presume a aproximação com o maior número de países possíveis e a diversificação de mercados e parceiros comerciais. Isto significou um rompimento definitivo com o Nehruvianismo e seus resquícios na política externa indiana, uma vez que a diplomacia norteada pela solidariedade com o chamado Sul Global foi descartada.

O que passa a importar, a partir de 2014, é o cálculo de poder e os ganhos práticos com as bilateralidades. Outras rupturas dizem respeito à postura menos aberta ao diálogo sobre desarmamento e à constrição do uso da força em relação ao Paquistão e a China (GANGULY, 2016, p. 359). O *Look East Policy*, inaugurado no governo Rao, foi rebatizado para *Act East*. Surge, também, uma nova política para complementá-lo: o *Look West Policy* (2014), que denota a tentativa de penetrar, efetivamente, no Ocidente.

É possível identificar três imperativos para o novo momento pelo qual passa a Índia. O primeiro deles é a aproximação com os países mais industrializados, em busca de investimentos para ao país. O segundo abarca o aperfeiçoamento de estratégias para contenção da China. O terceiro envolve a boa relação com os países lindeiros ao Oceano Índico, não só para contrabalancear a projeção chinesa em outros continentes, como também garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas e contribuir para a projeção dos interesses indianos em outras regiões.

---

<sup>79</sup> Artigo publicado no *The Hindu* em janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/opinion/lead/Non-alignment-to-multi-alignment/article13982580.ece>>. Acesso em 15/02/2017.

Neste sentido, é inédita a adição da diáspora enquanto componente estratégico crucial para a agenda internacional da Índia<sup>80</sup>. Para Narendra Modi, os expatriados indianos são oportunidades para aumentar a remessa de dinheiro para o país natal, além de possíveis organismos políticos que podem colaborar para a defesa de interesses indianos em outros países. A Índia tem a segunda maior diáspora do mundo, atrás apenas da China, com aproximadamente 30 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes<sup>81</sup>. Alguns casos são emblemáticos, como os indianos não-residentes nos EUA e no Reino Unido, onde estes se organizaram em grupos que já começam a influenciar a política destes países. O interesse do atual governo é que este padrão seja emulado pelos indianos que moram na região do Golfo, dada a relevância estratégica daquela região para o crescimento econômico do país sul-asiático (CHAULIA, 2016, p. 169).

Na esfera regional, iniciativas para a melhoria das relações com os outros países do Sul da Ásia foram notadamente fomentadas, em comparação com os governos anteriores. Há duas motivações para tal: a primeira, mais imediata, é a contenção da influência chinesa, que estabeleceu sua presença sob a forma de comércio e da operação de portos em lugares como Paquistão, Sri Lanka, Myanmar e Bangladesh<sup>82</sup>. Em segundo lugar, há receio do transbordamento de conflitos destes países para a Índia, dada a fragilidade institucional pela qual passam a maioria deles e as fronteiras porosas. Todos os sete países que compõem o subcontinente indiano<sup>83</sup> estão indicados como focos de atenção ou alerta para fragilidades políticas, de acordo com o *Fragile State Index 2016*, do *Fund for Peace*, devido aos conflitos étnico-religiosos e políticos que perduram nestes locais.

---

<sup>80</sup> Rama Lakshmi, em artigo de março de 2015 para o jornal inglês *The Guardian*: “Narendra Modi urges the Indian diaspora to become an extension of foreign policy”. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/02/narendra-modi-india-overseas-diaspora-united-states>>. Acesso em 14/02/2017.

<sup>81</sup> Os dados são oriundos do levantamento do Ministério das Relações Exteriores da Índia, atualizado em dezembro de 2016. É possível consultá-lo pelo site: <<https://www.mea.gov.in/overseas-indian-affairs.htm>>. Acesso em 14/02/2017.

<sup>82</sup> No início do mandato de Narendra Modi, havia o planejamento bengali de ceder aos chineses a licença para construir um porto em Sonadia, Bangladesh. Todavia, em 2015, o governo bengali cancelou o planejamento chinês, substituindo pelo projeto do Japão.

<sup>83</sup> Índia, Paquistão, Sri Lanka, Maldivas, Butão, Nepal e Bangladesh.

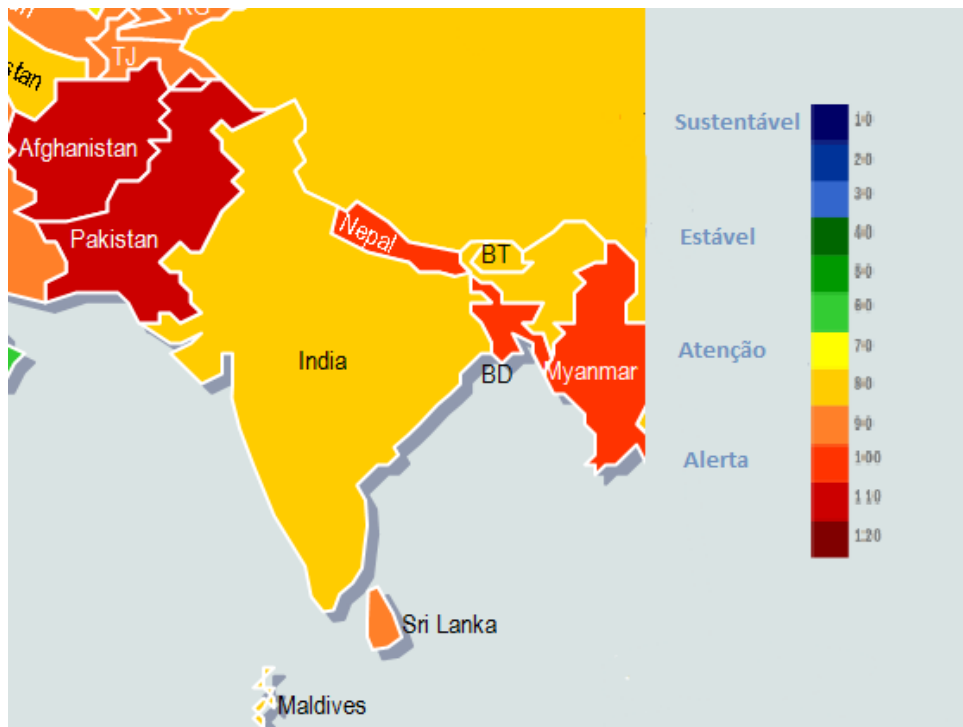


Figura 4: Instabilidade no Sul da Ásia, de acordo com o *Fragile State Index*. O mapa foi editado e traduzido para facilitar a visualização dos países e dos indicadores. Mapa original disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2016>>. Acesso em 15/02/2017.

A exceção aos esforços diplomáticos é o Paquistão. Como já em curso desde os governos anteriores, Narendra Modi endureceu o tom em relação ao país vizinho e aos grupos separatistas incentivados pelo mesmo na região da Caxemira. É importante notar que a assertividade com a qual o governo da Índia lida com o país vizinho não foi abrupta. Em 25 de dezembro de 2015, Modi realizou uma visita surpresa ao Paquistão, a primeira de um chefe de Estado indiano em 12 anos<sup>84</sup>. O gesto foi bem recebido pela comunidade internacional, que criou expectativas sobre uma possível atenuação no embate indo-paquistanês. A boa vontade não durou muito. Em meados de 2016, a insurgência kashmiri, abafada no fim da década de 1980, retornou com apoio do exército paquistanês<sup>85</sup>. A situação segue sem solução.

Outras ações importantes foram as visitas de Estado a países da África e o Oriente Médio, no período entre 2014 e 2015. No primeiro caso, tratava-se de região esquecida pela elite política indiana, desde meados da Guerra Fria. Após o apoio político dado por Nehru à descolonização da África, poucas iniciativas foram levadas à frente a partir de então. No atual governo, o continente africano representa oportunidades inquestionáveis para a segurança

<sup>84</sup> “*Indian Prime Minister makes surprise visit, meets with Pakistani counterpart*”, CNN. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/12/25/asia/india-pm-visits-pakistan/>>. Acesso em 14/02/2017.

<sup>85</sup> “*Another Season of Unrest Brings Darkness for Ordinary Kashmiris*”, Time. Disponível em: <<http://time.com/4423531/kashmir-india-conflict-srinagar/>>. Acesso em 14/02/2017.

energética, alimentar e marítima. O uso do termo “economia azul” em discursos de Modi, por sua vez, foi de extrema importância no realinhamento das áreas prioritárias da Marinha da Índia<sup>86</sup>, assunto do próximo capítulo.

A política para o Oriente Médio foi a última a deslanchar. Algumas visitas foram realizadas em 2014 por Narendra Modi, a fim de estreitar laços com os países da região que responde por aproximadamente 59% do petróleo consumido pela Índia<sup>87</sup>. Todavia, alguns percalços parecem permanecer. Uma das justificativas sugeridas por Sumit Ganguly (2016, p.568) é a ideologia conservadora nacionalista hindu do partido do primeiro-ministro, o BJP, que, por vezes, assumiu posições polêmicas sobre o islamismo. A política de aproximação com Israel continua em vigência, principalmente no âmbito da indústria de defesa<sup>88</sup>.

O maior avanço feito, até o momento, pode ser entendido pelo fim de animosidades remanescentes da Guerra Fria com os Estados Unidos. Sob os auspícios do governo Barack Obama, a Índia garantiu mais um país aliado no comércio e no acesso à tecnologia de ponta produzida no Ocidente. A mudança foi vista em diversos momentos: do apoio norte-americano ao pleito indiano ao assento no Conselho de Segurança da ONU à entrada da Índia em instituições como o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR, na sigla em inglês) e o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG, na sigla em inglês). Isto não foi accidental. O *shift* para a o Indo-Pacífico feito pelo governo estadunidense incluía a Índia em sua estratégia de contenção chinesa. Na área de defesa, destaca-se a possibilidade de cooperação na construção do próximo porta-aviões da Índia, o INS Vishal.

## 2.5 Considerações acerca da Política Externa Indiana Pós-Guerra Fria

Na seção referente à política externa, foram expostos diversos pontos das relações internacionais da Índia no pós-Guerra Fria, especificamente dos tópicos mais relevantes para este trabalho. Segundo Mahan (1987, p. 26), o caráter do governo influencia diretamente no Poder Marítimo do país, tornando relevante a análise das principais medidas de política

<sup>86</sup> “*Modi’s Africa Visit: The ‘Blue-Economy’ imperative*”, Observer Research Foundation, 2016. <http://www.orfonline.org/expert-speaks/modis-africa-visit-the-blue-economy-imperative/>. Acesso em 14/02/2017.

<sup>87</sup> “*India’s oil imports from Middle East rises to 59%*”, The Economic Times, 2016. Disponível em: ><http://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/indias-oil-import-from-middle-east-rises-to-59/articleshow/51979614.cms>>. Acesso em 14/02/2017.

<sup>88</sup> “*Recalibrating India’s Middle East Policy*”, Carnegie India, 2016. Disponível em: <<http://carnegieindia.org/2016/04/15/recalibrating-india-s-middle-east-policy-pub-63344>>. Acesso em 14/02/2017.

externas levadas à frente pelos primeiros-ministros do período. Ressalta-se que nem todos os chefes de Estado da Índia durante a década de 1990 foram contemplados pelo capítulo, devido aos vários “mandatos-tampões” do período, fruto de instabilidade institucional interna.

Baseada nas questões de pensamento estratégico e dos paradigmas de relações internacionais, buscou-se identificar neste trabalho as questões principais da agenda indiana e sua resposta aos desafios. O estudo da política externa indiana abre o horizonte para a análise da Estratégia Marítima Indiana e do projeto de Marinha de “Águas Azuis”, uma vez que a inserção naval da Índia no Oceano Índico e em outras regiões são diretamente interligadas com o tipo de política externa em vigência, em determinado contexto.

O início da década de 1990, com todos os seus obstáculos internos e regionais, o fim da ex-URSS e a liberalização de economias em países de terceiro mundo, limitaram o anseio pela Marinha de “Águas Azuis”, forçando o paradigma continentalista e predominantemente neoliberal. Ao longo dos anos, porém, ficou claro que era necessário expandir a influência indiana para além do Sul da Ásia, a fim de perseguir o status de grande potência já idealizado por Nehru, na década de 1940. Com a expansão gradual da diplomacia indiana e da diplomacia econômica, cresce, também, a demanda pela segurança em regiões consideradas importantes, principalmente aquelas cruciais para a sustentação dos dados econômicos positivos.

O paradigma continentalista dá espaço à mentalidade *Raj*-Pan-Oceânica, com forte influência de Mahan, e o Hiperrealismo ressurge no trato ao Paquistão e à China. Este realismo, dentre os apresentados, é o mais fiel aos escritos de Morgenthau, sendo considerado, por alguns autores, uma exacerbação da teoria tradicional. O Poder, o Estado, o interesse nacional e a força são imperativos – com algum nível de “indianização”, haja vista o contexto específico do subcontinente. Com a combinação entre Hiperrealismo e Neoliberalismo, a Índia passa a incrementar sua força militar – entre as quais, a Marinha –, para empregá-la em regiões de interesse e expandir sua presença para outras regiões, a fim de maximizar seu Poder. Ao mesmo tempo, a busca por laços comerciais com países considerados possíveis aliados continuou sendo um imperativo. Em boa medida, o fortalecimento militar da Índia pode ser explicado a partir do crescimento econômico acelerado, particularmente na transição do século XX para o XXI, que resultou, por sua vez, na maior alocação de receita para os projetos estratégicos e para a aquisição de meios que protegem as linhas de comunicação, do modo concebido por Alfred Mahan.

Com o poderio militar em ascensão e a incorporação de novos meios, fez-se necessário atualizar o arcabouço teórico para a instrução e o ensino do emprego destes nas mais diversas situações, bem como justificar sua aquisição para o público em geral, a partir da elucidação de aspectos geopolíticos e das ameaças que podem causar vulnerabilidade para o projeto de Poder da Índia. Em suma, uma Estratégia. No próximo capítulo, o foco será voltado para outro componente do processo em curso de transição para a Política Imperialista: o processo de elaboração da Estratégia Marítima frente aos momentos de política externa da Índia e aos desafios da região do Oceano Índico, no mesmo recorte temporal e geográfico.

### 3. Capítulo III – Segurança e Estratégia Marítima da Índia

#### 3.1 Características gerais da região do Oceano Índico

O Índico é o terceiro maior oceano do mundo. Em sua região, vive aproximadamente um terço da população mundial. É responsável pelas principais linhas de comunicação marítimas e pelo tráfego de 80% do petróleo e 50% dos contêineres mundiais. 75% do suprimento de energia da Índia passam por esta região (MULLEN; POPLIN, 2015)<sup>89</sup>, com estimativas que apontam que esta parcela subirá para 90% em 2020. A peculiaridade do Oceano Índico é vista em diversos aspectos: diferente do Pacífico e do Atlântico, que são mares abertos, o Índico é semi-fechado. Dos oito *choke point*<sup>90</sup>s marítimos críticos, quatro estão localizadas neste espaço: o Cabo da Boa Esperança, o Estreito de Bab-el-Mandeb, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Málaca.

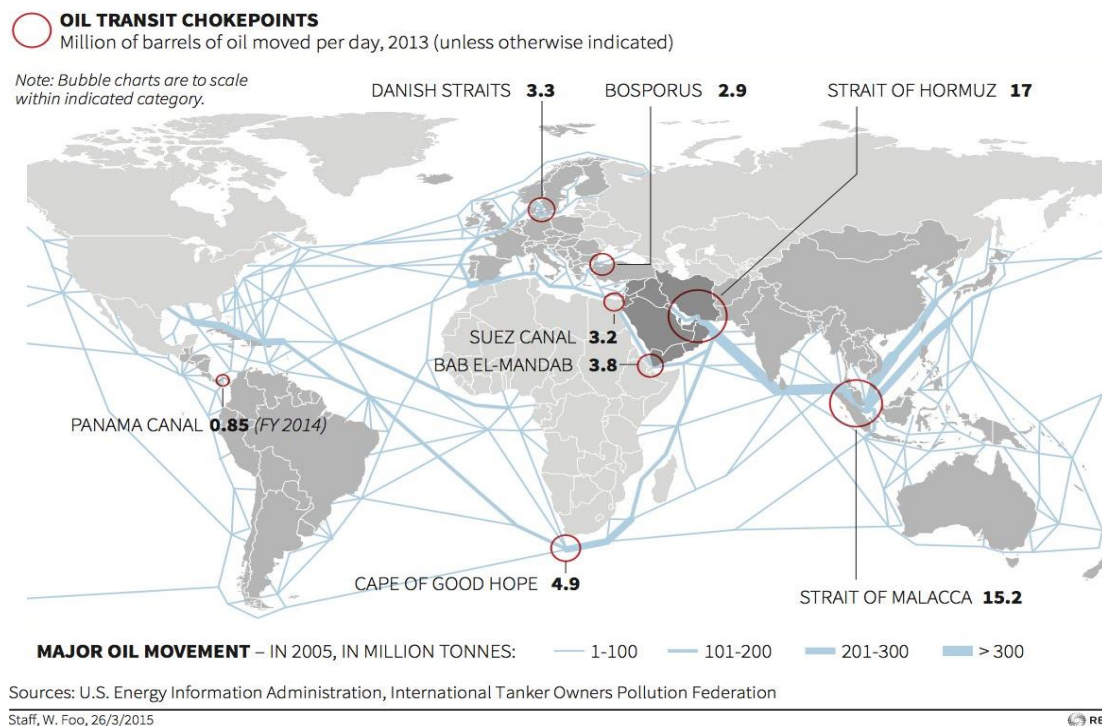


Figura 5: *Choke points* globais do tráfego de petróleo. Fonte: <<http://www.businessinsider.com/worlds-eight-oil-chokepoints-2015-4>>. Acesso em 19/02/2017.

<sup>89</sup> “*The New Great Game: A Battle for Access and Influence in the Indo-Pacific*”, Foreign Affairs, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-09-29/new-great-game>>. Acesso em 16/02/2017.

<sup>90</sup> *Choke points* são passagens estreitas com grandes fluxos de comércio marítimo em localizações consideradas estratégicas.



Com todos estes atributos, o Oceano Índico tornou-se palco de disputas entre países em crescimento econômico e potências consolidadas, dependentes do comércio marítimo e das linhas de comunicação marítimas que suportam a demanda energética – além da recente exploração de mineração em águas profundas (nódulos polimetálicos)<sup>91</sup>. Os aspectos geoeconômicos supracitados contribuem para o fato da região do Oceano Índico ter registrado o maior número de conflitos do pós-Guerra Fria no mundo (REDDY, 2013, p. 16).

### 3.2 A presença de potências extrarregionais

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o Oceano Índico passou a receber atenção significativa das duas potências, Estados Unidos e da então URSS. Apesar do colapso desta última, em 1991, o espaço marítimo do Índico continuou relevante para as potências tradicionais, além de outros países extrarregionais em expansão econômica e industrial, devido às características estratégicas mencionadas na seção anterior. Os principais países extrarregionais que estabeleceram ou mantiveram presença considerável no espaço em questão são: os Estados Unidos, a França, a China e o Japão. A escolha por estes, em específico, deve-se ao fato de que cada um possui importância estratégica ímpar para os cálculos de poder da Índia para a região, seja como aliado ou ameaça.

#### 3.2.1 Os Estados Unidos

Os Estados Unidos da América estabeleceram-se fixamente no Oceano Índico a partir da Segunda Guerra Mundial, sob a lógica de proteção das linhas de comunicação que transportavam petróleo do Golfo Pérsico para os EUA e seus aliados. A Marinha estadunidense ocupou o lugar do Reino Unido, que se retirou do Índico na década de 1960. Na década de 1970, foi construída a base de Diego Garcia (HIRANANDANI, 2009, pp. 8-9). Este ponto logístico foi importante para as campanhas norte-americanas contra a invasão

---

<sup>91</sup> “*India joins the deep sea mining race*”, The Guardian, 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2012/aug/30/india-mining>>. Acesso em 16/02/2017.

soviética do Afeganistão (1979), a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e a Guerra do Golfo (1990-1991). Posteriormente, em 1995, foi criada a Quinta Esquadra, com sede no Bahrain.

Atualmente, a força marítima combinada que compõe a Quinta Esquadra é dividida em três grupos de força-tarefa: segurança marítima e contraterrorismo; contenção de pirataria; e segurança e cooperação no Golfo Árabe<sup>92</sup>. Esta partição denota as três considerações que chamam a atenção dos EUA para a região: primeiro, a manutenção de posição geoestratégica frente à expansão chinesa. A reivindicação da China quanto à sua soberania no Mar do Sul da China e o Mar da China Oriental, além de sua crescente presença no Índico, representa ameaça ao poderio dos EUA e seus aliados na região (MALIK, 2014, p. 8). Em segundo lugar, após décadas de investimentos, a projeção de poder norte-americano no Golfo precisa ser mantida e reforçada, apesar da diminuição de suas importações de petróleo da região. Por último, com a emergência de problemas relacionados à pirataria no Índico e suas proximidades, especialmente na costa da Somália<sup>93</sup>, e ao terrorismo, a Marinha dos EUA utilizou de suas facilidades logísticas neste espaço para estrangular o acesso destes grupos criminosos a armamentos e executar medidas para mitigar os possíveis atos criminosos.

Em um documento de 2015 intitulado *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, a *U.S Navy* expôs sua intenção de aumentar a presença na região do Indo-Pacífico, com 60% dos navios e da aviação do país baseados na região até 2020. Reforçou, também, a importância geopolítica da região para os interesses estadunidenses:

Nossa presença naval avançada no Indo-Pacífico aumentará nossas vantagens de combate in loco, enquanto provém a base para fortalecimento de alianças pela interoperabilidade aprimorada, mais operações integradas e exercícios cada vez mais complexos. [...] O Oriente Médio permanece estrategicamente vital para os Estados Unidos e seus aliados. Vamos aumentar a presença na região dos atuais 30 navios para cerca de 40 em 2020, para manter poder de combate crível no Oriente Médio para dissuadir conflitos, reafirmar aliados e parceiros e responder às crises<sup>94</sup> (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2015, pp. 11-13. Tradução da autora).

<sup>92</sup> *Combined Maritime Forces*, U.S. Naval Forces Central Command. Disponível em: <<http://www.cusnc.navy.mil/Combined-Maritime-Forces/>>. Acesso em 16/02/2017.

<sup>93</sup> A pirataria na Somália experimentou seu declínio a partir de 2012, graças às iniciativas multinacionais como a *Combined Task Force 150*. No início de 2016, um artigo do jornal britânico *The Telegraph* apontou que os antigos piratas haviam entrado para ramo do serviço de escolta armada para embarcações pesqueiras consideradas ilegais. No fim do mesmo ano, outro artigo do *Business Insider* alertou para o risco da volta de atividade pirata intensa, devido às instabilidades institucionais da Somália, ao deslocamento de parte das forças navais atuantes para regiões com problemas migratórios e às pressões das empresas mercantes para navegação mais próxima ao litoral.

<sup>94</sup> Do original: “Our expanded forward naval presence in the Indo-Asia-Pacific will enhance our warfighting advantages in-theater, while providing a foundation for strengthening alliances through improved interoperability, more integrated operations, and increasingly complex exercises and training. (...)The Middle East remains strategically vital for the United States and our allies. We will increase presence in the region from 30 ships today to about 40 in 2020 to maintain credible combat power in the Middle East to deter conflict, reassure allies and partners, and respond to crises”.

Durante toda a Guerra Fria e boa parte do pós-1991, a Índia se colocou em oposição à presença de grandes potências no Índico, mesmo quando o Sri Lanka, na década de 1970, propôs estabelecer uma zona de paz neste oceano. Após séculos de colonização, o temor indiano era que aqueles países gerassem instabilidade e atrapalhassem a presença da Índia no Oceano Índico. Os EUA se inseria nessa lógica, com o agravante de ser, até então, aliado aos dois rivais estratégicos de Nova Délhi: China e Paquistão (KUMAR, 2013, p. 75).

Em 2010, com a normalização das relações entre Índia e Estados Unidos, no contexto antecedente ao Acordo Nuclear (discutido no capítulo anterior) do governo Bush, a região do Índico passou a ser vista como interesse comum. Naquele momento, com a expansão acelerada da presença indiana em outros continentes, ambos os países concordaram em cooperar para manter a paz e estabilidade na região, bem como contrabalançar a China. A Índia passou a ser encorajada pelos EUA a incrementar sua presença naval e recebeu propostas para aprimorar suas bases navais. Em 2011, a Índia foi convidada pelos Estados Unidos a participar do exercício naval Malabar, no Mar Arábico, com o intuito de estabelecer a cooperação política e militar entre ambos os países. A agenda do contraterrorismo também é um aspecto de convergência e aproximação. Atualmente, Délhi conduz mais exercícios navais com Washington do que com qualquer outro país, o que demonstra o atual comprometimento bilateral e a evolução diplomática entre os dois países<sup>95</sup>.

Em resumo, para a segurança marítima da Índia, os EUA passaram de ameaça à oportunidade de cooperação na estratégia de contenção à China, a partir dos anos 2000, particularmente no ramo das tecnologias aplicadas à indústria naval. Em 2016, aproveitando os bons ventos da reaproximação Índia-EUA, foi assinado o Acordo de Troca de Informações (IEA, em inglês)<sup>96</sup>, que visa à cooperação técnica para a construção do próximo porta-aviões indiano INS Vishal, que será nuclear. Este acordo é um desdobramento direto da iniciativa de política externa entre os chefes de Estado Barack Obama e Narendra Modi, cujo ponto alto, no campo da Defesa, é a criação, em 2015, do mecanismo *Defense Technology and Trade Initiative* (DTTI), que visa facilitar o diálogo dos setores de defesa de ambos os países.

### 3.2.2 França

---

<sup>95</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>96</sup> *India-US to conclude pact on aircraft carrier cooperation*, The Hindu, 2016. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/india-us-to-conclude-pact-on-aircraft-carrier-cooperation/article8483827.ece>>. Acesso em 19/02/2017.

A França, por sua vez, possui territórios ultramarinos nas ilhas de La Reunion e Mayotte, mas próximas a Madagascar, além de presença militar estabelecida no Djibouti e nos Emirados Árabes Unidos. O esforço francês em manter-se presente no Oceano Índico é parte do projeto de se firmar como potência média de alcance global (SAINT-MÉZARD, 2015, p.3). Tradicionalmente, o foco do país concentra-se na porção ocidental do Índico, embora, nos últimos anos, tenha procurado fortalecer relações com países ao Oriente.

Os interesses da França apresentam-se sob a forma de dois pontos principais de atenção neste espaço: o Sudoeste do Índico e o Golfo Pérsico-Arábico<sup>97</sup> (idem). A presença francesa objetiva proteger as linhas de comunicação marítimas francesas e projetar poder em uma região na qual possui ex-colônias e, em situações de crise, atuar como agente mediador entre países (HIRANANDANI, 2009, p. 9). Para a Índia, o país representa uma oportunidade, principalmente devido ao apoio francês às operações de contraterrorismo após os atentados de Mumbai, em 2008. A relação com a França no âmbito das aquisições de defesa também é um ponto alto da agenda bilateral (SAINT-MÉZARD, 2015, p.7). A partir dos anos 2000, a Índia passou pelo momento de maior abertura a parcerias com países europeus, e a França mostrou-se disposta a dialogar. Em 2005, foi assinado o acordo para a transferência de seis submarinos convencionais Scorpène para a Marinha Indiana. A classe Kalvari de submarinos – construída com o design do modelo francês mencionado – já está em fase de testes<sup>98</sup>, e o primeiro deve ser induzido pela Marinha da Índia em 2017. Em setembro de 2016, outro acordo significativo foi assinado, que prevê a compra de 36 caças Rafale, após anos de negociação acerca dos custos e das cláusulas de transferência de tecnologia. A iniciativa, pensada primeiramente para atender às demandas da Força Aérea, pode ter desdobramentos para a Aviação Naval da Índia em futuro próximo. Com os planos em curso de aquisição de aeronaves para reconhecimento marítimo, a Dassault, fabricante do Rafale, lançou o Falcon como candidato para concorrer com modelos da Espanha, do projeto franco-italiano ATR e da Embraer<sup>99</sup>. Atualmente, a Defesa é um dos aspectos mais importantes na relação bilateral entre Índia e França.

<sup>97</sup> O uso das nomenclaturas Golfo Pérsico, Arábico e Pérsico-Arábico são oriundas das formas que esta região é denominada pela literatura de diversos países. Todas denotam o mesmo espaço geográfico.

<sup>98</sup> “*India’s Second Scorpene Submarine: Projecting Naval Power in Indian Ocean*”, Eurasia Review. <<http://www.eurasiareview.com/12022017-indias-second-scorpene-submarine-projecting-naval-power-in-indian-ocean-analysis/>>. Acesso em 19/02/2017. Em 2016, uma polêmica surgiu a respeito do vazamento de dados secretos sobre os submarinos Scorpène, como detalhes do sistema de lançamento de torpedos, velocidade e condições para uso do periscópio. Apesar do constrangimento, o projeto não foi afetado.

<sup>99</sup> Indian Navy Maritime Reconnaissance. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/india/naval-air-mr.htm>>. Acesso em 27/03/2017. O planejamento de adquirir aeronaves de reconhecimento começou em 2009-2010. Em 2016, foi divulgada a lista final dos nove concorrentes que serão autorizados a enviar as especificações para o Ministério da Defesa da Índia.

### 3.2.3 Japão

O Japão, quarto maior importador de petróleo do mundo<sup>100</sup>, insere-se em lógica similar à França. Quatro dos seus cinco maiores fornecedores do produto estão localizados no Golfo Pérsico, além de três dos nove maiores provedores de gás natural (ABDULLAH; TAMIMI, 2015)<sup>101</sup>. O diferencial em comparação com as outras potências extrarregionais presentes no Índico é sua política de segurança pós Segunda Guerra Mundial, que pressupõe a impossibilidade de obter armas nucleares; limitação de força militar; a não participação em arranjos de segurança coletiva; e a dependência dos Estados Unidos para segurança de suas linhas de comunicação a partir do Estreito de Málaca até o Golfo de Ormuz. O quadro da dependência japonesa em relação à importação de recursos energéticos foi agravado pelo acidente nuclear de Fukushima, em 2011. Antes do evento, cerca de um terço da energia do Japão era proveniente de usinas nucleares.

Após 2011, 90% da demanda de energia japonesa passou a ser suprida por combustíveis fósseis. Apesar das estimativas apontarem uma leve alteração deste quadro, com a volta do uso de energia nuclear, a região do Golfo permanecerá relevante para a segurança energética de Tóquio<sup>102</sup>. O peso estratégico da região e o anseio em diversificar fornecedores na África fizeram com que o governo japonês estabelecesse sua primeira base militar do pós-Segunda Guerra, no Djibouti

Tal como o caso dos Estados Unidos e da França, a presença do Japão no Oceano Índico é vista como a conveniência de mais um aliado na contenção da influência chinesa. Especificamente no caso japonês, o contrabalanço da expansão naval de Pequim é a principal pauta da agenda bilateral, uma vez que Tóquio e Délhi dividem o mesmo receio histórico quanto às intenções expansionistas da China. Desde 2000, Índia e Japão realizam exercícios conjuntos de guarda costeira focados em pirataria e busca e salvamento (SAR), e conduzem outro tipo de exercício naval trilateral, com participação dos Estados Unidos, para aprimorar a segurança das linhas de comunicação (MALIK, 2014, 19).

---

<sup>100</sup> Segundo dados da *CIA World Factbook* 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ja.html>>. Acesso em 19/02/2017.

<sup>101</sup> Relatório “*Japanese-Gulf relations: What’s next after Energy*”. Disponível em <<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2015/11/20151113125543544667.html>>. Acesso em 19/02/2017.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

### 3.2.4 República Popular da China

Por fim, a China e sua estratégia do Colar de Pérolas representa o principal desafio, tanto para os países supracitados, quanto para a Índia, foco deste trabalho. O conceito foi criado em 2005 pela consultoria de assuntos de defesa Booz Allen Hamilton, em relatório intitulado *Energy Futures in Asia*. A premissa é de que a China estava estabelecendo presença crescente do Oceano Índico até o Mar do Sul da China, por meio de portos e facilidades logísticas, para proteger as linhas de comunicação marítimas e para fins estratégicos ofensivos e defensivos<sup>103</sup>. O incremento de instalações chinesas no Índico indica sua transformação de país continental para potência marítima com interesses extrarregionais<sup>104</sup>.

O imperativo para a construção de portos em países liminhos ao Índico é a diversificação de rotas, uma vez que Pequim leva em consideração o possível bloqueio do Estreito de Málaca, pelo qual passa 80% de suas importações de petróleo, em caso de conflito. A preocupação com o ambiente no Pacífico, que impulsiona a presença chinesa no Índico via países do entorno indiano sul asiático, está exposta em seu *White Paper* de 2015:

Nas questões que concernem à soberania territorial da China e os interesses e direitos marítimos, alguns de nossos vizinhos agem de forma provocativa e reforçam suas presenças militares nos recifes chineses e ilhas que ocuparam ilegalmente. Alguns países de fora da região também estão ocupados em intrometer-se nas questões do Mar do Sul da China [...]. É uma tarefa permanente para a China salvaguardar seus interesses e direitos marítimos<sup>105</sup> (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015. Tradução da autora).

Diante destas problemáticas apresentadas, a China passou a investir fortemente na construção e operacionalização de portos localizados na Baía de Bengala e no Mar Arábico. O exemplo mais emblemático é o porto de águas profundas em Gwadar, no Paquistão, país aliado de Pequim desde a Guerra Fria, cuja construção foi iniciada em 2006. Há uma distância de 400 km do Estreito de Ormuz, além da importância econômica e energética, acredita-se na possibilidade deste ponto também servir para monitoramento (inteligência) das

<sup>103</sup> *China build up strategic sea lanes*, 2005. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/>>. Acesso em 19/02/2017.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>105</sup> Do original: “On the issues concerning China’s territorial sovereignty and maritime rights and interests, some of its offshore neighbors take provocative actions and reinforce their military presence on China’s reefs and islands that they have illegally occupied. Some external countries are also busy meddling in South China Sea affairs [...]. It is thus a long-standing task for China to safeguard its maritime rights and interests”. Disponível em: <<https://news.usni.org/2015/05/26/document-chinas-military-strategy#NSS>>. Acesso em 19/02/2017.

movimentações norte-americanas e indianas no Mar Árábico (PANT, 2010)<sup>106</sup>. O porto de Gwadar integra o plano do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), que visa a facilitar o escoamento e a chegada de matéria-prima e bens à China, sem precisar passar por Málaca, por meio da integração do transporte marítimo com ferrovias e estradas que cortam o território Paquistanês.



Figura 6: O projeto do Corredor Econômico China-Paquistão. Fonte: *Indian Defence Review*. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/wp-content/uploads/2016/08/pak-china-railway-CPEC.jpg>>. Acesso em 19/02/2017.

O segundo ponto de presença chinesa é o Porto de Hambantota, no Sri Lanka. Sua construção foi iniciada em 2008<sup>107</sup>, com apoio do governo chinês. Conforme comentado no capítulo anterior, a aproximação sino-cingalesa data da década de 1980, após o fracasso da operação de paz indiana em conter a guerra civil que assolava o país. A irritação do governo do Sri Lanka com a postura indiana e a necessidade de obter apoio internacional fizeram com que o país se voltasse para os chineses. O plano de construção do porto de águas profundas faz parte da iniciativa cingalesa em criar uma zona econômica exclusiva em seu país, na qual os chineses estão em vantagem. Após a conclusão de sua obra, estimativas apontam que Hambantota será o maior porto do Sul da Ásia, o que oferece mais uma vantagem estratégica para a China (JASH, 2014, p. 8). Apesar das alegações de que o porto será usado meramente

<sup>106</sup> “China’s Naval Expansion in the Indian Ocean and India-China Rivalry”, *The Asia Pacific Journal*. Disponível em: <<http://apjff.org/-Harsh-V.-Pant/3353/article.html>>. Acesso em 19/02/2017.

<sup>107</sup> A primeira fase de construção foi entregue em 2010. A segunda fase estava prevista para ser finalizada em 2014, mas ainda está em curso.

para fins civis, a partir de 2013 observa-se presença esporádica de submarinos chineses que atacam neste local, causando preocupações à Índia quanto ao uso militar das “pérolas chinesas”<sup>108</sup>.

No início de 2016, mais uma nova empreitada chinesa de acesso ao Índico foi divulgada: o porto de Kyaukpyu, em Myanmar, situado na Baía de Bengala. O projeto iniciado em 2009, que ainda entrará em construção, inclui também a construção de oleodutos e gasodutos para exploração de petróleo e gás próximo ao litoral birmanês. Quanto à questão comercial, o trajeto feito pela opção de Kyaukpyu com integração ferroviária, também de investimento chinês, economiza cinco mil quilômetros em distância, em relação ao trajeto feito pelo Estreito de Málaca<sup>109</sup>. Outra questão pertinente é que este empreendimento é próximo às Ilhas Coco, onde os chineses possuem uma estação de inteligência desde 1992, para monitorar atividades indianas nas Ilhas de Andamão e Nicobar<sup>110</sup>, cuja utilidade para a Marinha Indiana será abordada posteriormente.

Por fim, o potencial para desenvolvimento de outro(s) porto(s) em Bangladesh permanece em disputa, com os movimentos pendulares invariavelmente mais inclinados à Índia ou à China, dependendo da situação política interna bengali. Até início de 2016, Pequim estava à frente de mais um projeto para construção do porto de Sonadia. A premissa do governo bengali era transformar o país num importante *hub* para países sem acesso ao mar, como o Nepal e o Butão, além da província chinesa de Yunnan.

O interessante no caso de Bangladesh é perceber como a geopolítica da região, associada à fragilidade estatal, é volátil às ações das potências regionais e extrarregionais. Fontes afirmam que houve pressão da Índia, dos Estados Unidos e do Japão para o cancelamento da iniciativa chinesa (RAMACHANDRAM, 2016)<sup>111</sup>. O desdobramento é que o governo bengali substituiu o projeto mencionado por outra proposta japonesa em meados do ano passado. Apesar do fracasso da tentativa chinesa, Pequim ainda possui acesso privilegiado ao Porto de Chittagong, também em Bangladesh.

A primeira base militar da China no Oceano Índico foi construída em 2011, nas Ilhas Seychelles, sob o convite do governo local, com o intuito de procurar e assegurar recursos na

---

<sup>108</sup> “Chinese submarine docks in Sri Lanka despite Indian concerns”, Reuters, 2014. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/sri-lanka-china-submarine-idINKBN0IM0LU20141102>>. Acesso em 20/02/2017.

<sup>109</sup> “Chinese Company Wins Contract for Deep Sea Port in Myanmar”, The Diplomat. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/01/chinese-company-wins-contract-for-deep-sea-port-in-myanmar/>>. Acesso em 20/02/2017.

<sup>110</sup> “Coco Islands”, Global Security Org. <<http://www.globalsecurity.org/intell/world/china/coco.htm>>. Acesso em 20/02/2017.

<sup>111</sup> “China’s sinking port plans in Bangladesh”, China Brief. <<https://jamestown.org/program/chinas-sinking-port-plans-in-bangladesh/>>. Acesso em 20/02/2017.



região, além de colaborar no combate à pirataria (YATANOOR, 2013, pp. 100-101). A iniciativa ocorreu no mesmo ano em que a China conseguiu permissão da *International Seabed Authority* para explorar, durante 15 anos, nódulos polimetálicos no Oceano Índico em área internacional (idem).

A partir de 2016, foi a vez do Djibouti entrar para a lista de países africanos com projeto de instalações militares chinesas, que devem ficar prontas em 2026. Isto porque, além da presença robusta no entorno primário indiano – o Sul da Ásia –, a China também passou a projetar poder no continente africano, área de interesse secundária da Índia. Pequim é, atualmente, a maior parceira comercial e maior investidor estrangeiro na África. O fluxo de capitais é direcionado, sobretudo, aos países ricos em recursos naturais, principalmente petróleo, com a finalidade de exercer controle sobre tais reservas. Outro aspecto motivador é a busca por mercado consumidor para produtos chineses (CHERU; OBI, 2010, p. 111).

A Índia, por sua vez, também procurou diversificar sua fonte de matéria-prima e petróleo na África. Alguns analistas passaram a indicar que haveria uma competição por poder no continente. Para diferenciar-se da China, o governo indiano passou a adotar alguns aspectos do discurso nehruviano, como a solidariedade com ex-colônias e com as comunidades de indianos residentes na África que descendem dos escravos levados pelos britânicos. Além disso, o discurso da Índia tende a acentuar a lógica meramente extrativa e exploradora que costuma ser aferida às empresas chinesas que operam na África (KUO, 2015)<sup>112</sup>. Apesar dos textos que apontam pela competição, as comparações mostram desigualdade significativa quanto ao comércio dos dois países com o continente: em 2014, o comércio da África com a Índia atingiu US\$ 70 bilhões de dólares. Já no caso da China, a balança comercial com o continente africano chegou a US\$ 200 bilhões, demonstrando a disparidade atual de inserção que cada país apresenta naquela região (CISSÉ, 2015)<sup>113</sup>. As visitas anuais feitas pelo atual governo de Narendra Modi demonstram, todavia, a disposição indiana em alterar este dado.

### 3.3 A Índia e o Oceano Índico

<sup>112</sup> *In the race for Africa, India and China aren't all that different*, Quartz, 2015. Disponível em: <<https://qz.com/533049/in-the-race-for-africa-india-and-china-arent-all-that-different/>>. Acesso em 21/02/2017.

<sup>113</sup> *China and India in Africa*, The Diplomat, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/11/china-and-india-in-africa/>>. Acesso em 21/02/2017.

Quando o ex-primeiro ministro indiano Narasimha Rao inaugurou os conceitos de vizinhança estendida e de *Look East*, debatidos no capítulo 2, a política externa indiana passava por momento de transição importante. De país isolacionista, mergulhado em suas próprias problemáticas e em ambiente regional controverso, para a abertura ao mundo e a novas possibilidades diplomáticas. No mesmo contexto, a cultura estratégica, os valores, e os cálculos de poder também sofreram mudanças que impactariam a inserção da Índia no mundo (RAO, 2013, p. 1).

Acompanhando as mudanças nas bases teóricas da política externa, surgiu o imperativo de destacar-se como principal potência da Região do Oceano Índico (IOR) e além dele. A estratégia da Índia, assim, é vista como dual: ao mesmo tempo em que houve aumento nos gastos em defesa, Délhi buscou cultivar laços amistosos com os países, a começar pela Ásia. A Marinha da Índia, por sua vez, passou a ser vista como instrumento crucial da política externa do Estado<sup>114</sup>. Não obstante, mesmo com esforços do governo Rao, foi apenas no século XXI que a Índia conseguiu elaborar seu primeiro documento institucional para informar, ao público e outros países, suas intenções e objetivos no âmbito da segurança marítima, colocando efetivamente em prática o paradigma *Raj-Pan-Oceânico* com influência de Alfred Mahan em seu pensamento naval.

Assim, a Estratégia Marítima da Índia de 2007 e a Doutrina Marítima da Índia de 2004 são marcos importantes, pois formalizam o fim do continentalismo absoluto na elite política da Índia. A divulgação da publicação, alinhada ao tipo de diplomacia exercida pelo país, demonstrou a aspiração de Délhi em substituir a cultura estratégica de falta de planejamento, comentada no capítulo anterior, pela preparação de longo prazo. É provável que a elaboração destes documentos não tenha sido possível na década anterior, uma vez que a Índia passou por um longo momento de alternância de poder, com a cifra de nove chefes de Estado desde 1990, dos quais apenas dois, até os dias atuais, concluíram seus mandatos.

A mudança de primeiros-ministros, que por vezes divergiam quanto à intensidade de aproximação com o Ocidente, refletia-se na incapacidade de pensar outros aspectos, como a diplomacia naval e a modernização da marinha para o futuro não tão próximo. O outro item que influencia no aspecto mencionado é que apenas a partir da expansão econômica vertiginosa da Índia, em meados da década de 1990, conforme as figuras a seguir, manifestasse a necessidade de procurar fontes de energia, matéria-prima e mercado consumidor em outras partes do mundo, impulsionando a expansão naval do país.

---

<sup>114</sup> Ibidem.

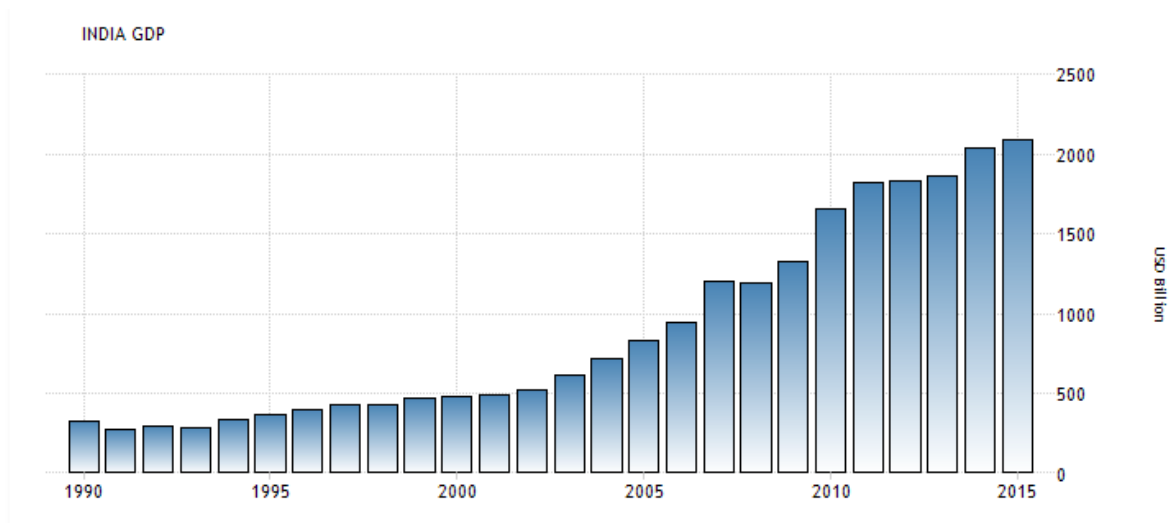


Figura 7: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Índia entre 1990 e 2015. Fonte: *Trading Economics*. Disponível em: < <http://www.tradingeconomics.com/india/gdp>>. Acesso em 21/02/2017.

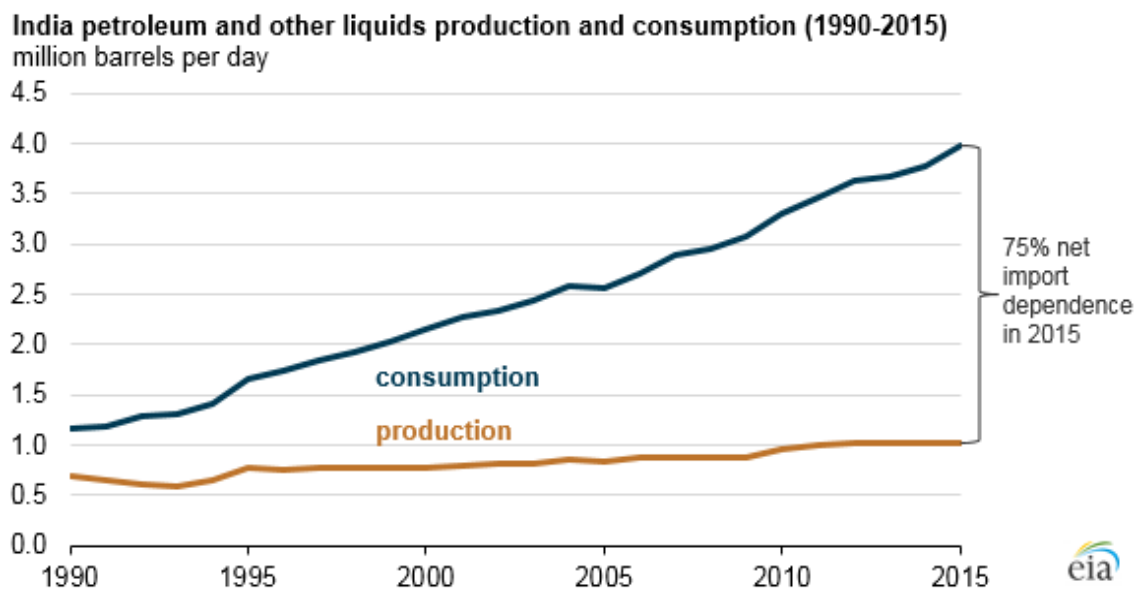


Figura 7.1: A relação entre produção e demanda por petróleo e derivados na Índia, para fins energéticos, demonstrando o aumento da dependência externa (net import dependence) a partir de meados da década de 1990. Fonte: *U.S Energy Information Administration*. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=27132>> . Acesso em 21/02/2017.

### 3.3.1 A busca pela Marinha de “Águas Azuis”: Considerações iniciais

A Estratégia Marítima da Índia de 2007 é o documento principal que baseia a segurança nacional e o delineamento das funções da Marinha, acompanhando o contexto da política externa. Como o documento descreve, o objetivo é assegurar, no âmbito marítimo, a liberdade dos mares para interesse nacional, tanto em tempos de paz quanto de guerra (ÍNDIA, 2007, Prefácio).

Conforme apresentado no capítulo anterior, a agenda internacional da Índia tem finalidade clara, desde sua independência, que é reforçada pelas mudanças do pós-Guerra Fria: atingir o status de grande potência do sistema internacional. Um dos meios para tal é reforçar a presença naval em áreas de interesse estratégico. É neste contexto que o documento é divulgado: a Índia em direção à política em que maximiza seu poder, buscando reverter sua relativa inferioridade frente a outras potências no Oceano Índico. Ou, como define Morgenthau (1974, p. 34), uma política imperialista, limitada geograficamente pelas suas áreas de interesse primário, secundário e terciário. O que define estas divisões são, basicamente, dois fatores: o alcance da política externa indiana em determinado período, e o interesse geoeconômico.

Para tal, os três métodos de imperialismo descritos pelo autor supracitado são utilizados em combinação e constituem aspectos relevantes para o uso da Marinha como um dos meios de ação da política externa: o militar, o econômico e o cultural. Os métodos supracitados combinam-se com a chamada Política de Prestígio, que visa ao fortalecimento da diplomacia indiana internacionalmente, de modo a maximizar o Poder a nível psicológico para sustentar seu Imperialismo<sup>115</sup>. Isto é possível por dois meios: o cerimonial diplomático e a demonstração de força. Ambos podem ser exemplificados pela disposição indiana, presente na Estratégia Marítima, em aumentar o número de exercícios navais com países considerados amigos e na ajuda a forças de coalizão com outros países, como no caso do combate à pirataria na costa da Somália.

O mecanismo militar está contido, nos documentos oficiais da Marinha da Índia, na seção referente à Estratégia para Uso da Força Naval em Tempos de Conflito Armado; e na lista de meios necessárias para garantir, conforme o mesmo, ambiente favorável de combate para a Índia. Já o método econômico se faz presente no conceito desenvolvido pela Estratégia de 2007 de “segurança da energia” e complementado, posteriormente, no documento atualizado de 2015 de “segurança energética associada à segurança da energia”<sup>116</sup>. Por fim, o

---

<sup>115</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>116</sup> Segundo a Estratégia Marítima de 2015, “Segurança Energética” se refere à manutenção do suprimento de energia necessária para manter o desenvolvimento econômico da Índia. Já “Segurança da Energia” é o conceito

método cultural diz respeito ao diálogo com a diáspora e à estratégia para oferecer suporte a este grupo em situações de risco.

Todavia, o componente imperialista da Estratégia Marítima da Índia não é uma constante. O primeiro documento oficial (2007) discorre que o objetivo do planejamento militar da Marinha serve para garantir que o Oceano Índico permaneça ambiente livre de conflitos armados (ÍNDIA, 2007, Prefácio). Apesar do componente imperialista presente no contexto, as mudanças da política externa do governo Manmohan Singh não tiveram o tempo suficiente para que o processo de transição de uma política de *status quo* para a imperialista fosse completada, seja no âmbito da projeção de poder em outros continentes, seja pelos meios navais ainda limitados.

A Política de *Status Quo* visa à manutenção da distribuição de poder vigente em contexto histórico e espaço geográfico particular (MORGENTHAU, 1974, p. 22). Normalmente, países que optam por tal preservação são os que detêm o poder indiscutível sobre uma região, ou os que, pela inferioridade militar, política e econômica, não dispõem de meios para reverter tal lógica. A Índia, até então, encaixava-se no segundo caso. No que tange ao poder naval, a Índia dispunha de 10 submarinos convencionais de origem soviética/russa (Classe Sindhughosh), dos quais seis tinham mais de 18 anos de uso em 2007; e 4 de origem alemã (Classe Shishumar) com pelo menos 13 anos de uso. Um porta-aviões convencional de origem britânica (INS Viraat) adquirido na década de 1980, outro de origem russa ainda em fase de testes (INS Vikramaditya). A indústria de construção naval ainda estava em fase de ressurgimento, enquanto os chineses já dispunham de submarinos nucleares, desenvolviam sua marinha de modo mais acelerado e estabeleciam-se no Índico, como comentado na seção anterior. Desse modo, fazia pouco sentido para a Índia adotar postura afrontosa.

A Estratégia Marítima de 2015, por sua vez, reverbera o desdobramento de maior abertura comercial, expansão da presença indiana em outros continentes e investimentos na Marinha de Guerra, iniciada pelo governo Manmoham Singh e levada à frente pelo atual governo de Narendra Modi. Diante das mudanças substanciais da inserção internacional da Índia, mudam-se não apenas os alcances dos entornos estratégicos primário e secundário, como também a premissa da Estratégia em si: agora, ao invés da manutenção da distribuição de poder, a Marinha passa a ter função de projeção e maximização do Poder do Estado. Ao invés de liberdade de navegação, como denotava o título do documento de 2007 (*Freedom to*

---

que abarca a proteção, por meios navais, das linhas de comunicação marítimas. Desse modo, “Segurança Energética associada à Segurança da Energia” indica a necessidade de fortalecer a segurança das linhas de comunicação marítimas para garantir, em tempos de paz e conflito, o suprimento de petróleo e gás para a Índia.

*Use the Seas*”), o propósito passa a ser controlar o Índico de modo mais militarizado para a garantia do interesse nacional e da segurança do Estado (“*Ensure Secure Seas*”). A política imperialista, anteriormente analisada, entra efetivamente em vigor. O processo de transição entre paradigmas será analisado nas próximas seções.

### 3.3.2 A Estratégia Marítima Indiana de 2007: O Prelúdio para a Política Imperialista

No capítulo II e na seção anterior, foram mencionadas as diversas mudanças ocorridas na política externa da Índia, no que tange à aproximação com os EUA e o Ocidente de modo mais geral, além da crescente inserção da Índia na África e na Europa. Tais alterações vinham em curso desde 1990, quando o mundo inteiro passou pela reordenação da balança de poder mundial com o colapso da ex-União Soviética. O novo sistema internacional passava a ter uma superpotência – os Estados Unidos da América. O século XXI, todavia, é marcado pelo revisionismo de Estados em ascensão econômica e militar, entre os quais a Índia e a China, que buscam sua área de influência de modo a assegurar seus interesses e manter o crescimento pujante. A Grande Estratégia indiana, conseqüentemente, foi reformulada para acompanhar a dinâmica dos assuntos internacionais (ÍNDIA, 2007, p. 3).

A Estratégia Marítima da Índia de 2007 é centrada em três pontos: o uso dos meios navais em tempos de paz, em tempos de guerra e o fortalecimento da Marinha de Guerra por meio da construção naval doméstica e da aquisição de meios mais modernos. Como apontou Mahan (1987, p. 13), “a estratégia naval tem como fim basear, dar suporte e aumentar, tanto na paz quanto na guerra, o poder marítimo de um país”<sup>117</sup>. Idealizada para entrar em vigor durante 15 anos, o documento explicita que a Índia ainda estava em processo de obter seu potencial total enquanto força naval, com ambição de se tornar uma força marítima de peso em uma década, quando as tecnologias em estágio inicial, à época, estiverem efetivamente incorporadas e em funcionamento<sup>118</sup>. Segundo o mesmo documento, um dos objetivos da Estratégia, além de servir como norte para a conquista da “Marinha de Águas Azuis”, é

<sup>117</sup> Do original: “Naval strategy has indeed for its end to found, support and increase, as well as in peace as in war, the sea power of a country”.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 7

desenvolver o potencial de dissuasão, que, por sua vez, demanda o estágio permanente de preparação para eventual conflito armado.

Os fatores determinantes para o tipo de estratégia delineada em 2007 eram variados. Em primeiro lugar, o estágio de “paz violenta” instaurado, com diversos conflitos emergindo na Região do Oceano Índico (IOR, na sigla em inglês). A proliferação de armas de destruição em massa e a posse de armamento nuclear por parte de países vizinhos afetam significativamente os cálculos de poder e o tipo de ameaça enfrentada pela Índia (ibidem, p. 10). Em segundo lugar, o desempenho econômico próspero da Índia ocasionou maior dependência do comércio marítimo. A expansão da atividade comercial marítima demanda uma força naval à altura, para proteger as linhas de comunicação mais cruciais para o Estado (MAHAN, 1987, pp. 25-26; ÍNDIA, 2007, p. 10). Em terceiro lugar, a Marinha da Índia passara a ser reconhecida como extensão formal da política externa do Estado, responsável por desenvolver parcerias com outras Marinhas, particularmente àquelas lindeiras à IOR (RAO, 2013, pp. 1-2). Em quarto lugar, o desempenho econômico significava maior alocação de recursos para a construção e indução de meios navais, com prioridade para o desenvolvimento da indústria nacional de construção naval – a chamada “indianização” (ÍNDIA, 2007, pp. 12-13). Isto era crucial, pois durante toda a história contemporânea da Índia, a Marinha foi responsável pela menor fatia do orçamento de Defesa.

Para a Índia, a região do Oceano Índico representa área de influência natural do país. Conforme apresentado no capítulo II, uma das várias interpretações teóricas presente no pensamento estratégico naval indiano é uma versão própria da teoria da Doutrina Monroe. Para garantir este “destino manifesto”, a geopolítica da região e os diversos fatores relevantes à mesma são mencionados pela Estratégia de 2007, segundo a qual:

O Poder Marítimo de uma Nação é resultado de inúmeras condições principais. Mahan os enunciou como: posição geográfica, tamanho da população, conformação física e caráter do governo. Hoje, amarramos estes sob um conceito-chave: geopolítica. Estes fatores são merecedores de atenção cuidadosa, ao mesmo tempo em que dão o pano de fundo da estratégia marítima na região do Oceano Índico<sup>119</sup> (ÍNDIA, 2007, p. 28. Tradução da autora).

Em posição geográfica privilegiada e central na IOR, as ameaças e oportunidades ao projeto de poder indiano são explicitamente listadas. As oportunidades referem-se às regiões com as quais o governo indiano já buscava estreitar laços e onde estavam concentrados os

<sup>119</sup> Do original: “The sea Power of a nation is a result of a number of principal conditions. Mahan enunciated these as: Geographical position, size of population, physical conformation and character of the government. Today we string them under one umbrella term: geopolitics. These factors are worthy of close attention while painting the backdrop of a maritime strategy in the Indian Ocean Region”.

esforços econômicos à época: o Sudeste Asiático, o Golfo Pérsico, África, Ásia Central, Europa e Estados Unidos<sup>120</sup>. Nota-se a ausência da menção da América Latina, apesar do documento ser posterior à criação dos BRICS.

Já no âmbito das ameaças, citam-se o terrorismo, a pirataria, o narcotráfico, o tráfico de armas e as migrações (RAO, 2013, p. 3), além dos litígios com os países cujas relações bilaterais com a Índia são historicamente complicadas, como o Paquistão, que é citado por meio da menção ao grupo *Lashkar-e-Taiba* (LeT). No capítulo anterior, foram mencionadas as ações deste grupo contra a Índia, particularmente na Caxemira, e o nível de proximidade com o Exército paquistanês. A China é citada nominalmente, especialmente pelo processo de modernização pela qual passa sua Marinha. A ênfase, no documento oficial, é o programa de porta-aviões daquele país – notadamente, o principal meio naval para projeção de poder – e os projetos de construção de submarinos balísticos nucleares – principais meios para negação do uso do mar, que também servem à função de projeção de poder (ÍNDIA, 2007, pp. 39-41). Estes detalhes já denotavam o receio indiano pela expansão naval chinesa em curso na IOR. Em 2007, China e Paquistão já estavam engajados na primeira fase de construção do porto de Gwadar, no Mar Árábico.

Para preservar os interesses do país frente a possíveis concorrentes ou rivais, no âmbito marítimo, um artifício é excluir ou atenuar a presença de outros Estados em determinada região (MAHAN, 1987, p. 3). A partir desta premissa, a Índia defende a negação do uso do mar como recurso para salvaguardar a Segurança da Energia. Este conceito caracteriza as questões que devem ser levadas em conta para o suprimento da demanda indiana de energia. No âmbito civil, destacam-se os planejamentos e estimativas acerca do consumo de energia e o percentual de dependência externa. Já no militar, o termo compreende a formulação de estratégias que objetivam a obtenção de meios militares para garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas, de modo a impedir possíveis interrupções das mesmas ou de *choke points* (ÍNDIA, 2007, p. 47; RAO, 2013, p. 2).

A demarcação dos entornos de interesses primários e secundários está, como mencionado anteriormente, intimamente interligada à política externa da Índia. Esta, por sua vez, traçava as regiões que mais interessavam economicamente e estrategicamente para o país. No âmbito da Estratégia de 2007, os interesses estavam dispostos em consonância com os locais que mais exportavam petróleo e gás para a Índia.

---

<sup>120</sup> Ibidem, pp. 29-32.



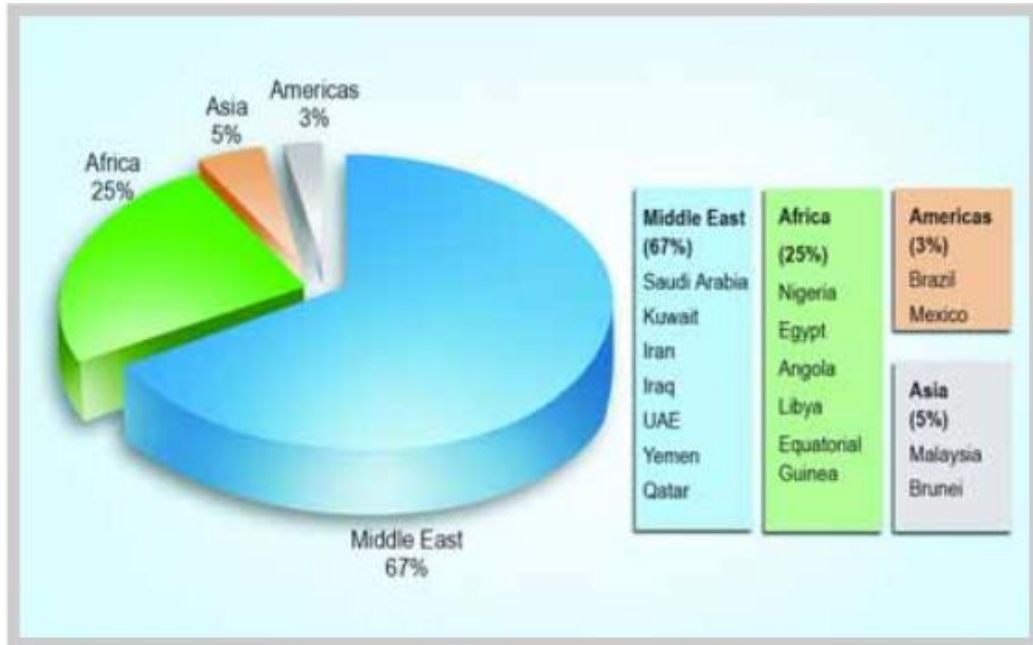


Figura 8: Principais fontes de importação de petróleo da Índia, em 2007. Fonte: ÍNDIA, *Freedom to Use the Seas: India's Maritime Military Strategy*, 2007, p. 50.

Isto significava que a Marinha da Índia deveria se fazer mais presente em todo o espaço que compreende os Estreitos de Málaca e Ormuz, incluindo-se o Mar Arábico, a Baía de Bengala e o Golfo – o entorno primário; o Sul do Oceano Índico, o Mar Vermelho, o Mar do Sul da China estavam incluídos no entorno secundário. Para o contexto, todavia, o documento formal reconhecia que, pela limitação de meios, a Marinha estava focada, de fato, na região de interesse primário (ÍNDIA, 2007, p. 60).

As ações práticas da Marinha da Índia podem ser subdivididas em quatro tipos. A militar prevê a dissuasão nuclear contra outros Estados, a negação do uso do mar a potências extrarregionais que representem ameaça e controle do mar no Mar Arábico, na Baía de Bengala e nos estreitos. A missão diplomática constitui a aproximação e estreitamento de laços com marinhas estrangeiras, de modo a complementar a diplomacia. Tal como Geoffrey Till (2009, p. 228) argumentava e endossado pela Estratégia Marítima de 2007, a mobilidade, a versatilidade e o alcance do poder naval o tornam complementar ao serviço diplomático (ÍNDIA, 2007, p. 71). A missão policial refere-se à vigilância constante do entorno primário e da vizinhança estendida, com foco no aprimoramento da inteligência e da cooperação com a Guarda Costeira. Por fim, a função “benigna” pressupõe prontidão para oferecer assistência humanitária, particularmente aos indianos não-residentes, em caso de conflitos ou desastres naturais; e serviços hidrográficos (RAO, 2013, p. 4).

A dissuasão nuclear recebe destaque enquanto estratégia para tempos de paz. Com o nível de destruição possível com este tipo de armamento, a Marinha da Índia acredita que seu status de país nuclearizado representa um fator de constrangimento frente a outros países, limitando, assim, a possibilidade de ações diretas hostis de outros Estados. A Doutrina Nuclear da Índia é pautada pelo princípio básico do “*No First Use*” quando confrontada com outro país nuclearizado e do não-uso absoluto contra Estados não possuidores de tal tecnologia. A justificativa para tal é a cultura estratégica do país, com fundo inclusive filosófico, de não confrontar ou entrar em conflito direto de forma desproporcional ao adversário (TELLIS, 1999, pp. 262-263). Essa premissa foi usada na Doutrina Nuclear, especificamente, pelo poder de destruição das armas nucleares.

Isto significa que a Índia restringe o emprego do arsenal nuclear apenas para fim retaliatório, em caso de ataque nuclear de outro país. Neste contexto, o braço marítimo da doutrina nuclear é dos mais importantes, pois é a Marinha de Guerra que sustenta, efetivamente, a possibilidade de retaliação e o princípio de *No First Use*. O meio mais efetivo do arsenal de um país para um eventual segundo ataque é o submarino balístico nuclear (ÍNDIA, 2007, p. 76).

Como anteriormente mencionado, a Índia segue um dos ensinamentos de Alfred Mahan quanto à constante preparação para a guerra em tempos de paz. Estes preparativos perpassam certos aspectos pertinentes aos atributos geopolíticos da Região do Oceano Índico, para aprimorar a eficiência de ação da Marinha. Em primeiro lugar, a Estratégia dava importância significativa ao aumento do alcance do poder naval, sob o conceito de Presença Avançada (*Forward Presence*). A política externa da Índia, à época dando início à inserção mais global do país, demandaria esta expansão do alcance físico do poder naval para acompanhá-la. Como em 2007 isto ainda não era possível, devido à limitação dos meios disponíveis e da própria diplomacia do Estado, o item consta como projeção e/ou anseio para o futuro a curto e médio prazo. A Presença Avançada é o desdobramento prático do aperfeiçoamento da inteligência, dos laços com países amigos e da capacidade de operar a longas distâncias.

A dimensão da liderança política é a força motriz, segundo a Estratégia Marítima de 2007, da Presença Avançada, na direção de estabelecer cooperação marítima com outros Estados. Isto porque:

[...] Deve ser apontado que formas particulares de governo com suas instituições acompanhantes, e o caráter dos líderes em um momento ou

outro, exerceram uma influência marcante no desenvolvimento do Poder Marítimo<sup>121</sup> (MAHAN, 1987, p.18. Tradução da autora).

O líder político é importante no estabelecimento de parcerias bilaterais (política externa), mas também na elaboração de estratégias de contenções. Citando indiretamente a China, a Estratégia argumenta que é imprescindível afastar e reverter a influência de potências extrarregionais rivais no Índico. Outras atribuições para a liderança política, no mesmo âmbito, referem-se à função de agente facilitador e negociador de acordos de transferência de tecnologia e o diálogo com a diáspora indiana.

Em suma, o governante é responsável pela Política de Prestígio – que ampara a expansão naval e a Presença Avançada. Esta é uma ferramenta de apoio às políticas de *status quo* e imperialista (MORGENTHAU, 1974, p. 50), e concentra-se nos esforços diplomáticos entre líderes ou pessoas do serviço exterior do Estado, a fim de conseguir reconhecimento internacional para as políticas de determinado país. Há duas faces importantes para a Política de Prestígio, que, por sua vez, estão diluídas na Estratégia Marítima da Índia: a primeira é o cerimonial diplomático; a segunda, a exibição de força.

O cerimonial diplomático apresenta-se como a interação entre os diplomatas. Sendo os mesmos representantes simbólicos do Estado, suas ações devem corresponder puramente aos interesses nacionais e apreender possíveis desafios para o país de origem. Ofensas ou elogios trocados entre diplomatas são, em última instância, ofensas ou elogios direcionados ao Estado<sup>122</sup>. Uma das formas mais comuns de cerimonial é a influência para atrair eventos importantes para o próprio país. O poder de escolher ser sede de reunião internacional é uma forma de prestígio e, em certos casos, reflete a estrutura de poder de determinada região. No caso da Índia, talvez o caso mais emblemático seja a criação do *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS). Criado em 2008, um ano após a divulgação da Estratégia Marítima, o Simpósio reúne, atualmente, 35 membros de países limítrofes ao Índico em dois dias de workshops e palestras com temas oportunos à segurança no Oceano Índico<sup>123</sup>. A criação desta iniciativa, que teve seu primeiro encontro em solo indiano, é exemplo claro de como a Índia pretende ganhar reconhecimento enquanto força marítima e, conseqüentemente, naval, importante para a manutenção da estabilidade na região.

<sup>121</sup> Do Original: “[...] It must be noted that particular forms of government with their accompanying institutions, and the character of the rulers at one time or another, have exercised a very marked influence upon the development of sea Power”.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 52,

<sup>123</sup> Dados retirados do site oficial do *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS). Disponível em: <<http://ions.gov.in/content/indian-ocean-naval-symposium>>. Acesso em 25/02/2017.

A exibição de força é o outro aspecto da Política de Prestígio, uma vez que o poder militar é um dos representativos do Poder do Estado. A principal forma de pôr esta atribuição em prática é por meio de exercícios militares, principalmente quando reúne meios navais. Os navios levam a bandeira de seu país a qualquer lugar do mundo, devido à sua mobilidade, e a exuberância estética dos navios expressa Poder como nenhuma outra força<sup>124</sup>. O componente visual e os treinamentos para possíveis conflitos tornam a exibição de força outra forma de garantir prestígio internacional. A Índia, em 2007, participava de número limitado de exercícios navais, porém de importância significativa para sua política de prestígio em diversas regiões do mundo. Estes exercícios envolviam países como os EUA (Malabar, desde 2002), França (Varuna, desde 2001), Konkan (Reino Unido, desde 2004), Rússia (Indra, desde 2003), e Cingapura (SIMBEX, desde 1999).

Uma análise preliminar da Estratégia Marítima Indiana de 2007 aponta, em primeiro momento, a mudança do paradigma continentalista, vigente por décadas (ÍNDIA, 2007, p. 130), para o *Raj-Pan-Oceânico*. As ambições parecem contidas frente ao projeto de alcançar o status de grande potência e aos avanços políticos feitos pelo governo de Manmohan Singh no âmbito da inserção internacional da Índia. Isto é visível na modesta delimitação do entorno primário – embora a Índia advogue pelo seu “destino manifesto” em todo o Índico<sup>125</sup> – a região que realmente teve atenção foi apenas o norte deste Oceano. Todavia, o documento é realista ao apontar a limitação da Marinha e do alcance da mesma na mesma proporção da diplomacia. Na incapacidade de se colocar como potência capaz de contrabalançar a crescente presença chinesa em seu entorno primário, o resultado é uma política do *status quo*. O intuito do documento era oferecer bases para diminuir a inferioridade estratégica da Índia para, no futuro, alcançar a almejada Marinha de Águas Azuis, convergindo com a também desejada política imperialista.

Um ano após a publicação do documento, ocorreu o atentado a Mumbai, perpetrado por grupo amplamente conhecidos pela inteligência indiana e citado nominalmente na Estratégia Marítima. O diferencial foi que, ao contrário do padrão, os terroristas chegaram pelo mar. Com a falha da integração entre Marinha de Guerra, Guarda Costeira e Agência de Inteligência, outro contexto começava a ser delineado, acelerando o processo da substituição de uma política de *status quo* para a imperialista. A construção naval, que durante toda a década de 1990 teve lento progresso e sofreu com a falta de alocação de recursos e as consequentes postergações de prazos; passou por reviravolta. Em 2008, o setor passou a

---

<sup>124</sup> Idem, p. 54

<sup>125</sup> Op.cit.

trabalhar em ritmo crescente, atingindo o recorde de 38 pedidos, entre os quais o primeiro porta-aviões indiano, seis submarinos, três fragatas, dentre outros. As parcerias para aquisições de meios imediatos também receberam atenção especial frente aos atentados. Os primeiros resultados começaram a surgir em 2009, com o lançamento do submarino balístico nuclear INS Arinhant, o primeiro do tipo construído inteiramente na Índia. Dois anos mais tarde, o país começaria a construir seu primeiro porta-aviões 100% nacional.

A ascensão do governo nacionalista de Narendra Modi (2014), com visão ainda mais assertiva quanto aos litígios da Índia com seus vizinhos e à política externa de modo geral, aproximando-se do Hiperrealismo, foi outro catalisador para tal urgência nas mudanças. Sob o programa *Make In India*, com forte ênfase na Política de Prestígio e na diplomacia econômica, Modi deu continuidade ao crescimento anual pujante e ao incremento do orçamento de defesa iniciado por governos anteriores. O documento de 2007, que deveria ser atualizado apenas em 2022, foi antecipado para 2015, alterando o entendimento de alguns conceitos e adicionando outros, devido ao novo momento de política externa. Estas mudanças serão analisadas e apresentadas na seção a seguir.

### 3.3.3 A Estratégia Marítima de 2015: Consolidação da Política Imperialista e do Projeto de Poder Indiano

Como comentado no capítulo 2, o governo de Narendra Modi representa um período de mudanças expressivas nas políticas externas e de Defesa da Índia. Logo que assumiu o cargo, o primeiro-ministro divulgou sua iniciativa para impulsionar a indústria nacional: o *Make in India*. Como o nome sugere, o objetivo é atrair investimentos estrangeiros para o país. Uma das lógicas básicas é atrair grandes multinacionais para montar seus produtos em solo indiano, de modo que estas empresas tenham condições especiais para investir e, em troca, além da geração de empregos, a mão-de-obra seja treinada e aperfeiçoada. Um dos setores privilegiados pela iniciativa é a Defesa.

Ocorre que a divulgação mundial do *Make in India*, além de ter efetivamente estabelecido novos compromissos de investimento externo na Índia<sup>126</sup>, resultou em mais um componente da Política de Prestígio do governo Modi. A diplomacia econômica aliada à liderança carismática, logo no início de seu mandato, abriram novos mercados e possibilidades para a Índia. O exemplo mais emblemático, já citado, é a normalização das relações com os EUA, além das várias visitas de Estado realizadas a países africanos e do Oriente Médio, muitos dos quais não recebiam um líder indiano em décadas.

Na esfera da segurança internacional, a postura incisiva do primeiro-ministro – particularmente no que tange ao contrabalanço chinês – é o diferencial para a transição para a política Imperialista. Quando Modi assumiu o poder, estava em curso o projeto inicial do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), orçado em aproximadamente US\$ 54 bilhões, que liga a província chinesa de Xinjiang ao Porto de Gwadar, no Mar Arábico, via ferrovias que cortam o território paquistanês. Além da presença privilegiada e permanente na Região do Oceano Índico, o CPEC fortaleceria a China na Ásia Central, que, por sua vez, é visada pela Índia devido aos recursos energéticos. Outro receio, por parte de Délhi é que Pequim estabeleça bases militares em território paquistanês e use o porto de Gwadar para fins não-civis (RAKISITS, 2015)<sup>127</sup>.

Diante deste desafio, a primeira iniciativa foi restaurar o projeto bilateral entre Índia e Irã para o desenvolvimento do Porto de Chabahar, localizado próximo ao Estreito de Ormuz. Em curso desde 2013, a participação do país sul-asiático, até então, havia sido ínfima<sup>128</sup>. Em 2016, ambos os países assinaram o memorando, incluindo o Afeganistão, para agilizar o projeto e aumentar a participação indiana<sup>129</sup>. O dinamismo e a presteza com os quais a política externa indiana lidou com a questão do porto de Chabahar demonstrou que a segurança marítima seria uma das principais pautas do novo governo. O comércio marítimo demanda do Estado a possibilidade de estabelecer facilidades logísticas ao longo das linhas de comunicação marítimas para as atividades econômicas, de modo a complementar a segurança dos navios mercantes (MAHAN, 1987, p. 2). Desse modo, o porto de Chabahar serve de

---

<sup>126</sup> *Modi's Make in India a success: Moody's*. Publicado pelo jornal indiano Times of India, abril de 2016. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/Modis-Make-in-India-a-success-Moodys/articleshow/51736262.cms>>. Acesso em 25/02/2017.

<sup>127</sup> *A Path to the Sea: China's Pakistan Plan*. World Affairs Journal, 2015. Disponível em: <<http://www.worldaffairsjournal.org/article/path-sea-china%E2%80%99s-pakistan-plan>>. Acesso em 25/02/2017.

<sup>128</sup> A falta de interesse da Índia pelo projeto se dava, principalmente, pelas sanções internacionais ao Irã pelo seu programa nuclear e o receio de que a aproximação com o Irã desfizesse os progressos feitos na normalização das relações com o Ocidente.

<sup>129</sup> *Modi in Iran*. Disponível em: <[http://www.narendramodi.in/iran\\_updates](http://www.narendramodi.in/iran_updates)>. Acesso em 25/02/2017.

entreposto indiano tanto para as rotas que transportam o petróleo dos fornecedores do Golfo, quanto da Ásia Central.



Figura 9: Localização do Porto de Chabahar. Fonte: BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-india-36356163>>. Acesso em 26/02/2017.

A segurança das linhas de comunicações marítimas e a premissa do estabelecimento de facilidades logísticas ao longo das mesmas é um dos principais componentes relevantes na escolha dos países até então visitados pelo primeiro-ministro. Foram contemplados, nos dois primeiros anos, países limítrofes ao Índico e potenciais aliados, como a Austrália (2015).

Quando o Estado tem a pretensão de colocar em vigência uma política Imperialista, a intenção é maximizar seu interesse em determinado espaço geográfico e reverter a lógica de poder na qual está inserido, a seu favor. Para atingir tal objetivo, conforme mencionado anteriormente, o país dispõe de, basicamente, três métodos: militar, econômico e cultural (MORGENTHAU, 1974, p. 38). No contexto atual da Índia, é possível afirmar que os dois últimos são os mais evidentes. O aspecto econômico é evidente no estreitamento de laços com países africanos e do Oriente Médio, regiões nas quais a presença chinesa é robusta e cujos recursos naturais são imprescindíveis para o crescimento econômico indiano. Já o item cultural é utilizado como base para o método econômico, em alguns casos. Nos mesmos casos supracitados, boa parte dos discursos de Narendra Modi reforçam os laços colonialistas comuns – um recurso retórico nehruviano aproveitado para outros fins que não a solidariedade

entre povos. Outro exemplo é o reforço do diálogo com a diáspora indiana, que envia bilhões de dólares de remessas ao país natal e que serve, em algumas regiões, como força política para advogar em favor dos interesses indianos.

Uma vez unidos pela geografia, agora nós estamos ligados pelo Oceano Índico. [...] Gerações de indianos e africanos viajaram para a terra um do outro à procura de seu destino ou pela força das circunstâncias. Nós vivemos na longa escuridão do colonialismo. E nós lutamos pela nossa liberdade e da nossa dignidade<sup>130</sup> (MODI, Narendra. Discurso proferido no *India-Africa Summit* de 2015. Tradução da autora).

A Estratégia Marítima de 2015 ressalta a necessidade de expandir laços bilaterais, assinalando que 90% do comércio total da Índia, em volume, são feitos por via marítima, dos quais boa parte responde pela segurança energética e alimentar da Índia. A dependência notável dos meios externos por si só representa vulnerabilidade (MAHAN, 1987, p. 7), agravada pela interseção com os interesses de potências extrarregionais, principalmente a China. Disto resultam as justificativas pela atualização precoce do documento de 2007: em primeiro lugar, a diversificação dos tipos de ameaças ao Estado, em alusão aos atentados de Mumbai (2008). Em segundo lugar, a balança de poder da Região do Oceano Índico, com a presença chinesa, demandava a reformulação de conceitos e perspectivas para assegurar as linhas de comunicação marítimas e as bases na Antártica (ÍNDIA, 2015, p. 3; BARUAH, 2015), que, pela primeira vez, aparece nominalmente na Estratégia Marítima, para reforçar a necessidade de maior presença naval da Índia no sul do Oceano Índico.

Os interesses marítimos da Índia, também foram explicitamente citados no novo documento – o que não ocorreu na publicação de 2007. A apresentação clara dos mesmos aponta para convicções firmes de um projeto de poder mais delineado e transparente. Estes são: proteção do território e da soberania, promover segurança para as embarcações mercantes e pesqueiras, energética e da população; garantir paz e estabilidade em áreas de interesse, e preservar e projetar outros interesses na dimensão marítima (ÍNDIA, 2015, p. 9).

Um dos principais avanços referente ao plano de Marinha de Águas Azuis diz respeito à expansão física dos entornos primário e secundário. Enquanto na versão anterior a Índia se dispunha a ter papel central principalmente na porção norte do Índico, a atual acrescenta

---

<sup>130</sup> Do original: “Once united by geography, we are now linked by the Indian Ocean. [...]Generations of Indians and Africans have travelled to each other's land in search of their destiny or by the force of circumstances. We have lived in the long shadow of colonialism. And, we have fought for our liberty and our dignity”. A transcrição do discurso está disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/india/India-Africa-summit-Read-full-text-of-PM-Narendra-Modis-speech/articleshow/49577890.cms>>. Acesso em 26/02/2017.



outros *choke points* importantes, convergindo com o momento diplomático do país, localizados no Sul deste oceano.

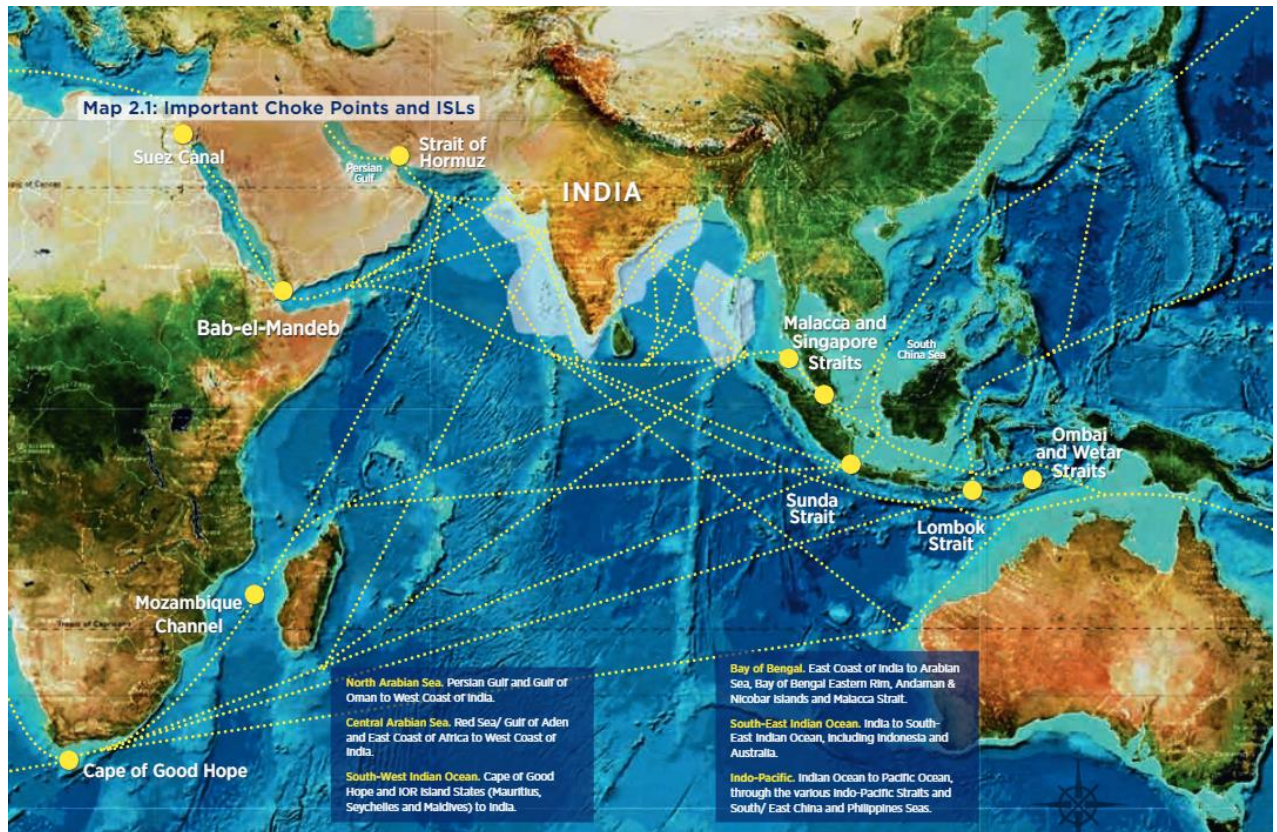


Figura 10: *Choke Points* e linhas de comunicações estratégicos adicionados à Estratégia Marítima de 2015. Fonte: ÍNDIA, 2015, pp. 18-19.

O imperativo da política do *Look East*, comentado anteriormente, focado na intensificação da diplomacia com os países do Extremo Oriente, foi complementado por novo conceito: o *Link West*<sup>131</sup>, cuja ênfase é no Ocidente. Este novo termo abriu precedente para maior interação com países limítrofes ao Índico e para a política de prestígio da Índia no que tange à sua relação com os EUA e a Europa. No contexto regional, os esforços se concentraram nos países que fazem parte do Colar de Pérolas chinês: Myanmar, Bangladesh e Sri Lanka entraram na agenda logo nos primeiros meses de mandato do atual primeiro ministro (SINGH, 2015). Quanto ao Sudeste Asiático, é notável a crescente postura assertiva da Índia, publicamente a favor do pleito dos países da região envolvidos nos litígios contra a China no Mar do Sul da China. A Estratégia Marítima de 2015 evidencia que “alguns Estados não respeitam o regime legal internacional estabelecido ou seus próprios compromissos”

<sup>131</sup> *Let's Look East and Link West*, editorial do Hindustan Times, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.hindustantimes.com/analysis/let-s-look-east-and-link-west/story-gZUh5OfmwLeVSB9asMqIRm.html>>. Acesso em 26/02/2017.

(ÍNDIA, 2015, p. 24), em consonância com o discurso político adotado pelo primeiro ministro, que enfatiza a ilegalidade da construção de ilhas artificiais por parte dos chineses com base em normas internacionais<sup>132</sup>.

Outro fator que contribuiu para a expansão geográfica do alcance dos entornos é a segurança energética. Aproximadamente 80% de todo petróleo consumido na Índia é importado. Quando a última Estratégia foi divulgada, os principais fornecedores deste produto eram do Golfo, conforme mostra a Figura 8. Com a instabilidade regional constante, a Índia passou a procurar outros países ricos neste recurso para diversificar sua pauta e garantir seus suprimentos. O *Link West*, já mencionado anteriormente, foi estimulado, principalmente, por este interesse, e o resultado é visto no gráfico abaixo:

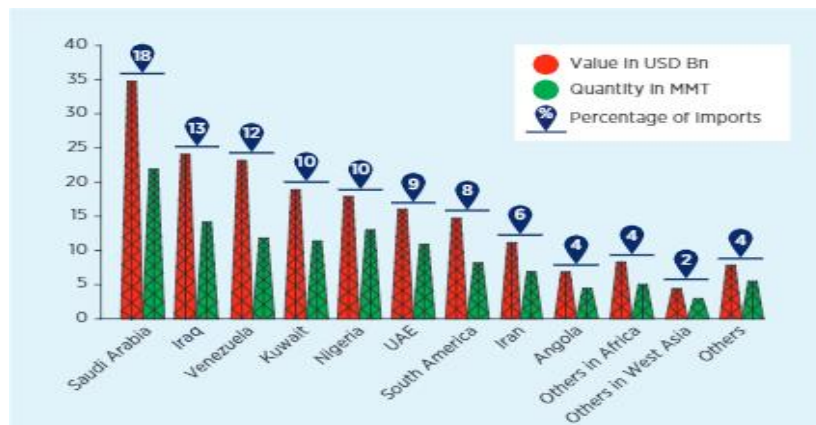


Figura 11: Principais fornecedores de Petróleo da Índia 2014-2015. Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 25<sup>133</sup>.

A partir desta figura, depreende-se que a importação de petróleo de regiões variadas implica na necessidade de fortalecer não só a diplomacia, como também o poder naval para assegurar a manutenção das demandas de energia.

<sup>132</sup> *India, Japan call for peaceful solution to South China Sea.*, NDTV Índia. Disponível em: <<http://www.ndtv.com/world-news/india-japan-call-for-peaceful-solution-to-south-china-sea-1624468>>. Acesso em 26/02/2017.

<sup>133</sup> Obs: *West Asia* refere-se ao Oriente Médio na literatura indiana.

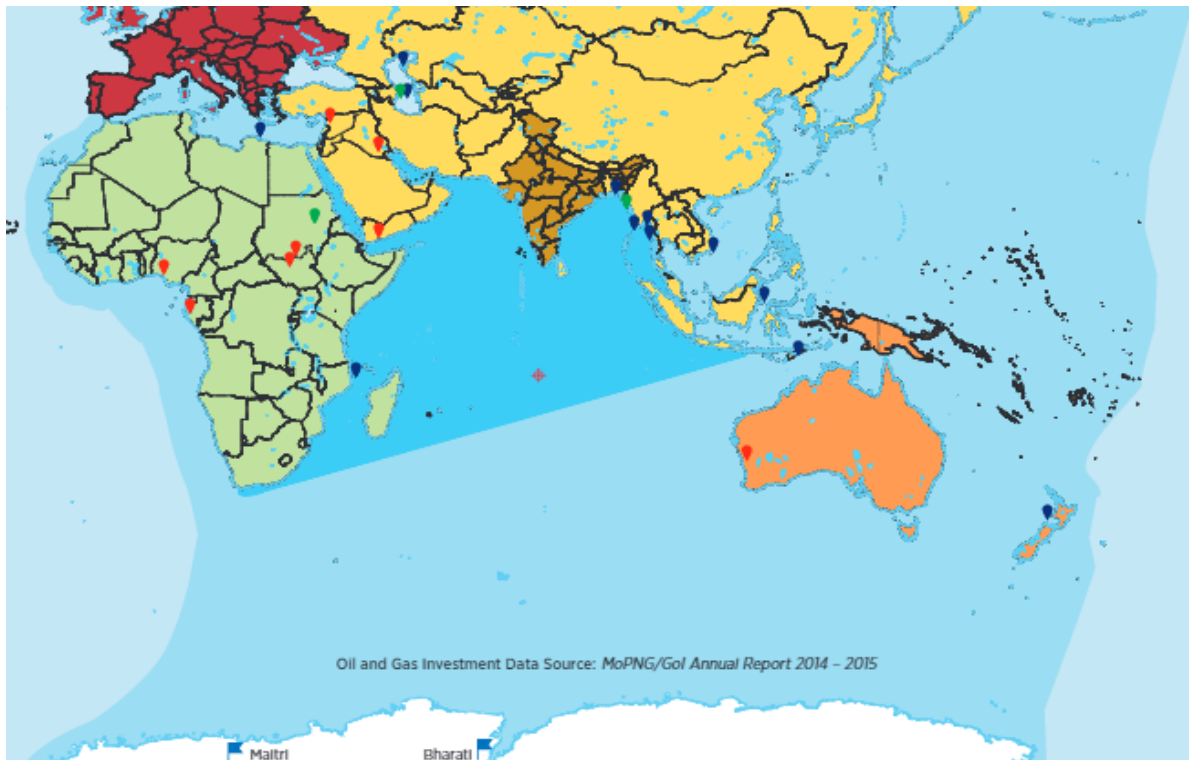


Figura 12: Novos contornos do entorno primário e secundário da Índia. O azul mais escuro compreende a nova área de interesse primário, enquanto o contorno mais claro, a área secundária. Fonte: ÍNDIA, 2015, p. 34.

Nota-se que a região secundária já alcança o Oceano Atlântico, enquanto a Antártica, pela primeira vez, é incluída no mapa do entorno estratégico.

Como a Índia pretende projetar poder e colocar em prática a política de prestígio para lidar com os novos desafios ao seu projeto de Marinha de Águas Azuis? A resposta pode ser dividida, mais uma vez, entre ações diplomáticas e militares que, conforme visto anteriormente, estão previstas na teoria de Hans Morgenthau. A atitude diplomática, no cenário atual, não se restringe às visitas entre chefes de Estado. Além dessas questões tradicionais, o atual governo criou outro conceito que agrega ao cerimonial diplomático: o “*Net security provider*”. Este termo significa que a Marinha da Índia tem a pretensão de atuar como força vigilante no Oceano Índico não apenas para si, mas para outros países limítrofes ao Índico (BARUAH, 2015)<sup>134</sup>. Vários países insulares, por exemplo, não são capazes de prover sua própria segurança – como as Maldivas – e os esforços indianos, de acordo com o conceito, visam evitar que Estados fracos militarmente tornem-se áreas de influência chinesa.

<sup>134</sup>India’s evolving Maritime Strategy, The Diplomat, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/12/indias-evolving-maritime-strategy/>>. Acesso em 26/02/2017.

A cortesia diplomática fica por conta da integração política e dos serviços de inteligência, que criam uma espécie de arranjo regional de segurança sob a égide da Índia (SINGH, 2015)<sup>135</sup>.

Além disso, a diáspora recebe atenção especial do atual governo, enquanto extensão do *Soft Power* e do prestígio indiano no exterior. O diálogo com os indianos não-residentes, particularmente nos países em que já estão plenamente estabelecidos, oferece oportunidade de aumentar o respeito pelo Estado indiano e, por sua vez, facilitar outros tipos de interação entre a Índia e o mundo. Exemplos são os EUA com seus mais de 4 milhões de indianos não-residentes, e os Emirados Árabes Unidos (EAU), com mais de 2 milhões. Em ambos os casos, a opinião favorável ao primeiro-ministro Narendra Modi por parte da diáspora, expressiva naqueles países, cooperou para a relação bilateral (CHAULIA, 2015, p.90). Atualmente, a relação com os Estados Unidos foi normalizada e encontra-se em seu ponto máximo desde 1947. No caso do EAU, que anteriormente era aliado do Paquistão, além de estreitar laços com uma de suas principais fontes de petróleo, a Índia pretende expandir suas vendas de produtos de defesa, e aquele país representa a oportunidade de penetrar nos mercados do Golfo, cujos gastos com esta pauta também estão em ascensão<sup>136</sup>. A dimensão marítima, neste caso, está intrínseca aos movimentos migratórios indianos em direção a outros países: mais de 95% da diáspora indiana reside no litoral. A Estratégia Marítima de 2015, diferentemente da publicação anterior, ressalta a importância de garantir assistência a aos indianos não-residentes em casos de crises políticas ou desastres naturais, baseada na influência que tais grupos exercem em prol de interesses da Índia em outras regiões (ÍNDIA, 2015, p. 30).

As ações militares, mais uma vez, exigem o comprometimento multilateral em exercícios navais. Em relação à última Estratégia, o documento de 2015 adiciona novos parceiros conquistados para tal: o Omã, no exercício Naseem-al-Bahr (desde 2007); o Brasil e África do Sul, no IBSAMAR (desde 2008); o Japão, no JIMEX (desde 2012); a Austrália, no AUSINDEX (desde 2015); e, por fim, a Indonésia (desde 2015) (ÍNDIA, 2015, p. 87).

A iniciativa *Make in India*, comentada no início desta seção, é uma das propulsoras da indústria naval do país. Com o processo de aperfeiçoamento dos estaleiros, particularmente após os atentados de 2008 em Mumbai, a Índia passou a assumir o compromisso de substituir o rótulo de “marinha compradora”, para “marinha construtora”<sup>137</sup>. O investimento na

---

<sup>135</sup> Artigo publicado pelo *Think Thank* IDSA – Nova Délhi. Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-security-strategy\\_asingh\\_211215](http://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-security-strategy_asingh_211215)>. Acesso em 26/02/2017.

<sup>136</sup> *India-UAE set to bolster energy, defence ties*. Publicado no jornal New Indian Express, 2017. Disponível em: <http://www.newindianexpress.com/nation/2017/jan/24/india-uae-set-to-bolster-energy-defence-ties-1563086.html>. Acesso em 26/02/2017.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 130.

produção local visa, a longo prazo, melhorar os dados anuais que apontam a Índia como maior comprador de armas do mundo. Mais do que isso, objetiva-se atrair compradores estrangeiros para os produtos indianos que serão construídos. Por enquanto, a cooperação técnica com outros países permanece crucial para o desenvolvimento da indústria de defesa. O mais relevante, atualmente, é o projeto de construção do próximo porta-aviões indiano, que será nuclear e que, ao que tudo indica, terá apoio dos norte-americanos (GADY, 2016)<sup>138</sup>. Outro projeto importante é a cooperação com a França na construção de seis submarinos Scorpene. O primeiro foi lançado para testes em 2015. A ênfase dada pela Estratégia de 2015 na “indianização” dos meios tem duas justificativas possíveis. A primeira é a posição de poder que o Estado adquire, no âmbito do sistema internacional, ao tornar-se possuidor de tecnologias sensíveis. Em segundo lugar, a produção local promove a padronização dos meios que, por sua vez, representa maior facilidade para manutenção, instrução e treinamento de pessoal. Esta ambição é um contraponto à retidão da Estratégia anterior e pode ser instrumentalizada pela elaboração do *Indian Naval Indigenisation Plan (INIP) 2015-2030*, cuja finalidade é descrever todas as tecnologias a serem desenvolvidas, necessárias para a “indianização” da Marinha da Índia, até 2030 (ÍNDIA, 2015).

Uma comparação entre as Estratégias Marítimas de 2007 e 2015 mostram, notadamente, o desenrolar da mudança de um paradigma para outro. O documento de 2015 demonstra, claramente, os interesses expandidos de uma Índia também em crescimento econômico e demográfico. Sob a égide do governo nacionalista de Narendra Modi, a política externa de seu antecessor foi reafirmada de modo mais incisivo, projetando o país para o resto do mundo, buscando reafirmar laços existentes e a criação de outros.

O resultado deste novo momento é a diversificação de fornecedores de petróleo, principal insumo para a economia crescente da Índia, e o maior diálogo com países do Golfo e da África. Neste último caso, além da riqueza em recursos energéticos e minerais, surge o imperativo da segurança alimentar: a Índia estabeleceu, em 2016, acordo com Moçambique para compra de toneladas de *daal* pelos próximos 10 anos, um tipo de lentilha que é base para a alimentação indiana, no país onde vive um dos maiores números de pessoas famintas no mundo<sup>139</sup>. O mesmo acordo foi firmado com o Quênia, cujos principais produtos de exportação para a Índia são leguminosas e tubérculos. Diante da adição desta problemática da

<sup>138</sup> *Confirmed: India's Next Aircraft Carrier Will Be Nuclear*, The Diplomat, 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/11/confirmed-indias-next-aircraft-carrier-will-be-nuclear/>>. Acesso em 26/02/2017.

<sup>139</sup> Dados retirados do *The Hindu*. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/news/national/india-is-home-to-194-million-hungry-people-un/article7255937.ece>>. Acesso em 26/02/2017.

fome na agenda internacional, surge mais um imperativo para a sobrevivência do Estado e para a segurança interna da Índia. A presença significativa da China, por meio da política do Colar de Pérolas e da nova Rota da Seda; acrescida da problemática da segurança alimentar, obrigam a Índia a romper com o imobilismo do passado no que tange à sua Estratégia Marítima – que pretende ser um dos meios para chegar ao destino almejado: o status de grande potência global.



#### 4. Capítulo IV - Conclusão

Ao longo dos três primeiros capítulos, foram debatidos diversos aspectos pertinentes ao tema proposto por esta dissertação. Através do método do *process-tracing*, o intuito era responder ao questionamento sobre o processo de formação do pensamento estratégico naval indiano, na transição de uma Política Naval de Status Quo para a Imperialista, seguindo as definições dadas por Hans Morgenthau.

Neste sentido, o debate sobre cultura estratégica e Grande Estratégia são os primeiros passos na direção da reposta. A Índia, conforme visto ao longo do trabalho, preza pela sua historicidade, particularmente no que tange aos conflitos e as rivalidades no Sul da Ásia. As experiências históricas, associadas à política, cultura e questões sociais, influenciaram diretamente o tipo de Grande Estratégia idealizada nos mais diversos períodos históricos.

Considerando que o tema refere-se à segurança marítima, outro aspecto de importância é o tipo de pensamento naval vigente em determinado contexto. Como mencionado, apesar de advogar por sua tradição marítima milenar, boa parte da história da Índia pós-Independência é descrita como continentalista. Isto porque, à época, os desafios do litígio com o Paquistão demandavam atenção quase absoluta para questões territoriais. Soma-se a isso a personalidade de Nehru, então primeiro-ministro, pacifista e a favor da bandeira do desarmamento. Posteriormente, em meados da década de 1950, surge outro rival territorial: a China. Quando a Índia passou a dar atenção ao poder naval, já após a Guerra Fria, era possível perceber outras influências no pensamento estratégico indiano: o britânico e o soviético. Enquanto o primeiro preocupava-se com a segurança das linhas de comunicação, o segundo era defensor da estratégia de negação do uso do mar. Por fim, apresenta-se a Escola Monroviana, com sua premissa de destino manifesto.

Cada uma destas escolas de pensamento é diretamente ligada ao paradigma de política externa indiana vigente em determinado período analisado. Como Alfred Mahan afirmava, o caráter do governo influencia diretamente na disposição do Estado em se lançar ao mar. Desta forma, a análise da política externa dos governos a partir da década de 1990 oferecem arcabouço de informações importantes para a análise do tipo de Estratégia Marítima da Índia.

Os paradigmas de política externa indiana sofrem influência notável de Morgenthau. A centralidade do Estado enquanto ator internacional, a balança de poder e o sistema internacional anárquico são conceitos presentes em todas as Escolas de Pensamento analisadas. Considerando que o Estado está constantemente buscando sua sobrevivência e o

Poder, cada teoria tem sua interpretação quanto ao método para garantir os fins últimos do Estado. Dos paradigmas mencionados, o nehruviano é o menos propenso a investir na força militar, devido ao seu inerente pacifismo e na crença que a comunicação entre os povos é o que diminui os conflitos no mundo. Embora tenha sido a base da primeira tradição de política externa da Índia, este paradigma caiu por terra quando a Guerra Sino-Indiana (1962) irrompeu. Posteriormente, o Nehruvianismo passou de paradigma para mero recurso retórico nas relações internacionais.

O Neoliberalismo e o Hiperrealismo, todavia, permaneceram e continuam influenciando substancialmente o processo decisório da Índia. Ambos são utilizados em combinação, dependendo do tipo de relação bilateral que o país sul-asiático apresenta em relação a outro. No caso de países considerados aliados e que representam oportunidades de comércio vantajoso para o interesse nacional da Índia, o neoliberalismo é o paradigma vigente. No caso do Paquistão e da China, o hiperrealismo, com fases de tensão e distensão. Essa mesma complementaridade é ressaltada na Estratégia Marítima: enquanto a região do Golfo, a África, o Sudeste Asiático, a Europa e EUA encaixam-se em lógica de oportunidades estratégicas e econômicas e merecedoras dos esforços diplomáticos; a China e o Paquistão são mencionados como ameaças a serem contidas. No primeiro caso, trata-se de comércio que promove desvantagem para a Índia. No segundo, o quadro de interação econômica ínfima.

Estas diferenciações tornam-se evidentes, inclusive, na análise da política externa dos governos indiano pós-Guerra Fria. Nota-se, a partir do governo de Narasimha Rao, a disposição em abrir a Índia para o mundo, em processo de liberalização econômica e política. Obviamente, havia um componente externo que pesava em tal decisão: o colapso da ex-URSS, ao redor da qual estava centrada a política externa da Índia durante toda a Guerra Fria, e que agora demandava uma completa reformulação.

A primeira iniciativa prática foi a *Look East Policy*, que previa a aproximação com o Sudeste Asiático, particularmente os países membros da ASEAN. Gozando de prosperidade econômica, a região representava a primeira oportunidade prática para a renovação das bases da política externa e da Grande Estratégia da Índia. O impacto positivo desta política foi tamanho, que o conceito continua válido, 25 anos depois de sua criação, sendo repaginado a cada governo, de acordo com o contexto. A relação com o Ocidente, principalmente os EUA, também foram priorizadas e foram gradativamente normalizadas, até atingir o ápice, no atual governo de Narendra Modi.



Embora a Índia tenha avançado nestes aspectos, alguns pontos considerados negativos também pesaram em sua inserção internacional: a posição ambígua na questão da Guerra do Golfo de 1990 e o fracasso recorrente em praticamente toda a década de 1990, na projeção de poder em seu próprio ambiente regional. O primeiro caso gerou mal-estar diplomático e quase afundou o processo de aproximação com o Ocidente. No segundo caso, as crises no Sri Lanka, o afastamento de Bangladesh e o conflito da Caxemira constituíram os principais vetores de conflito no Sul da Ásia.

A importância em analisar tais desdobramentos serve para analisar, por exemplo, como a China teve relativa facilidade em estabelecer projetos de portos no entorno próximo à Índia. Na falta de interesse e na falha dos cálculos de poder, o país perdeu oportunidades que fariam diferença na virada do século. Os fracassos colecionados abriram precedente para o Colar de Pérolas e a Rota da Seda.

Na década de 1990, é possível afirmar que a Marinha de Guerra da Índia ainda não era reconhecida formalmente como extensão da política externa. Primeiro, porque os avanços foram lentos. O *Look East Policy*, por exemplo, só entrou efetivamente em vigor a partir do governo de Manmohan Singh. Segundo porque, durante todo este período, a situação interna da Índia era instável. As trocas de primeiro ministro foram muitas, o que ocasionava desempenho econômico errático e sucessivas rupturas no projeto de poder, além da postergação dos projetos de Defesa. O primeiro chefe de Estado a concluir o mandato foi Vajpayee, eleito em 1998, mas, novamente, litígios territoriais, como a Guerra de Kargil (1999) levavam à insistência da adoção do continentalismo e da ênfase no programa nuclear e seu componente terrestre.

A partir de 2004, com a eleição de Manmohan Singh, o ambiente internacional já estava mais favorável para o início da substituição da política de *status quo*, que, segundo Morgenthau, consiste em conservar o sistema internacional como está pela impossibilidade de alterá-lo. É neste período que surgem arranjos como BRICS, IBAS e o pleito de países emergentes – entre os quais, a Índia – na revisão da ordem internacional vigente e na inclusão de novos atores nas tomadas de decisão. Também é neste período que a economia indiana passa a apresentar crescimento econômico pujante e estável, fruto de reformas começadas nos primórdios da década de 1990. Todo este desenvolvimento acelerado gera outras demandas, a principal delas a segurança energética. A produção interna já não sustentava o ritmo de consumo da Índia. Este foi o primeiro imperativo prático para, finalmente, o Estado se voltar para a modernização da Marinha de Guerra da Índia e substituir o continentalismo pelo

paradigma Raj-Pan-Oceânico. Esta alteração, por sua vez, representa novos contornos para a Grande Estratégia do país.

O controle do mar no Oceano Índico passou a representar questão vital para a segurança nacional. O obstáculo residia, mais uma vez, em seu país vizinho: a China, cujos interesses e necessidades se sobrepõem aos da Índia na região. Movida pelo mesmo imperativo, a China estabeleceu uma série de facilidades logísticas ao longo do Índico, além de investimentos maciços no continente africano. Um dos casos mais emblemáticos é o porto de Gwadar, no Mar Arábico, fruto de parceria com o Paquistão, outro rival estratégico histórico. Com receio de uma possível interrupção das suas linhas de comunicação marítimas e *choke point*, a Índia mudou sua cultura de falta de planejamento para o futuro e publicou a Estratégia Marítima de 2007. O documento estabeleceu as bases para a expansão naval indiana no Oceano Índico, a fim de alcançar a Marinha de “Águas Azuis” necessária para defesa de seus interesses.

Um dos principais aspectos da Estratégia de 2007 é a delimitação do entorno de interesse primário da Índia, que se estendia do Estreito de Málaca ao Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico. Essa extensão geográfica, ao norte do Índico, indicava certa retidão por parte do país sul-asiático, uma vez que o interesse nacional da Índia, desde 1947, é descrito como ser reconhecida, internacionalmente, como grande potência global. As descrições, todavia, eram realistas, uma vez que a Índia ainda não dispunha de meios para afrontar ou contrabalancear a presença chinesa. Apesar das perspectivas moderadas, o documento é marco para o pensamento naval indiano e contribuiu efetivamente para o estabelecimento de parcerias marítimas com as outras potências extrarregionais presentes na região, particularmente os EUA.

Mais importante, na primeira década do século a Marinha de Guerra passa a ser reconhecida como instrumento de política externa. Enquanto a diplomacia civil exercia sua política de prestígio com os encontros entre o chefe de Estado indiano e sua contraparte em diversas regiões, a Marinha passava a acompanhá-la, sob a forma de exercícios militares. Algo que fica claro, neste período, é que o pensamento naval indiano era voltado para a política do *status quo* pelas circunstâncias desfavoráveis, não por acomodação ou falta de vontade da elite política em alterar a lógica de poder frente à China na Região do Oceano Índico.

A partir de 2007, nota-se o processo de amadurecimento gradual do projeto de poder da Índia e o maior investimento no setor de construção naval. A estabilidade econômica e o

fortalecimento do comércio marítimo ocasionaram maior alocação de recursos para a Marinha, a fim de garantir a segurança, primordialmente, dos suprimentos de petróleo. A Índia inseriu-se na África, competindo diretamente com a China após alguns anos. Em suma, notava-se a transição para a política Imperialista.

A política Imperialista tem como finalidade a maximização de poder, para reverter a lógica de poder vigente em determinada região geográfica. Neste sentido, a Índia passou a buscar o contrabalanceamento da China e a paridade de dissuasão convencional e nuclear, além de se estabelecer como a maior potência marítima do Índico. Isto é consequência da visão de mundo do país, que vê no controle do mar deste Oceano seu destino manifesto.

Não obstante, o evento catalisador da aceleração desta transição é o atentado terrorista em Mumbai, de 2008. O grupo terrorista por trás do mesmo é conhecido por sua histórica ligação com o Exército paquistanês e por outras causalidades na Caxemira. A vigilância e a militarização intensa da fronteira terrestre impulsionou este grupo a usar a via marítima para perpetrar danos à Índia. Neste contexto, a elite política se viu diante da falha da interoperabilidade mencionada na Estratégia de 2007. Nem a Marinha, nem a Guarda Costeira ou a agência de inteligência indiana foram capazes de premeditar a ocorrência. Criava-se o precedente para mais uma mudança no pensamento estratégico naval indiano. Desta vez, o Hiperrealismo no trato com a ameaça paquistanesa (e chinesa) pareceu cabível.

É neste contexto que emerge o nacionalista Narendra Modi, em 2014. O novo chefe de Estado aliava diplomacia econômica e Hiperrealismo à Política de Prestígio e ao paradigma Raj-Pan-Oceânico com forte influência de Mahan. A política de prestígio levou a Índia a normalizar a relação com o Ocidente – através da *Link West Policy*; a intensificar o *Look East Policy*, estreitar laços com o Oriente Médio e aumentar o fluxo de investimentos para a África. Neste último caso, além dos países ricos em petróleo e gás e minérios para diversificar fornecedores, a Índia aproxima-se, também, dos maiores produtores de alimentos. A segurança alimentar do país com maior número de famintos no mundo passa a ser outro aspecto importante na agenda internacional e mais um motivador para a Presença Avançada (*Forward Presence*) em outras regiões.

Diante deste pano de fundo, a Estratégia Marítima da Índia de 2015 demonstra a assertividade indiana em garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas. O entorno primário, antes restrito ao norte do Índico, passa a englobar todo o espaço marítimo da costa africana até o Estreito de Lombok, na Indonésia. O entorno secundário chega ao Oceano Atlântico e à Antártica. Toda a região do Mar do Sul da China entra nesta categoria,

em consonância com a nova postura dos países em litígio com a China, para os quais a Índia surge como aliado natural.

O conceito que melhor explicita a transição para o Imperialismo é o de *Net Security Provider*, segundo o qual a Marinha da Índia torna-se vigilante do Oceano Índico. Países sem condições de prover sua própria segurança podem, segundo a Estratégia Marítima de 2015, confiar à Índia esta função. Em resumo, é a tentativa de estabelecimento de uma espécie de arranjo de segurança coletiva regional, sob a égide da Índia. Pela cortesia diplomática e para afastar possíveis interpretações negativas, o país busca cultivar constantemente o engajamento com os países limítrofes ao Índico e incluí-los nos projetos referentes à segurança deste espaço, como o *Ocean Indian Naval Symposium*, criado em 2008 e levado à frente pelo atual governo. A iniciativa indiana, neste sentido, mostra-se pragmática, no sentido de reforçar que todos os membros são importantes. Esta preocupação também tem um componente chinês: Pequim é vista, sob muitas análises, como exploradora das regiões nas quais se instala, no sentido negativo. O discurso da Índia, neste caso, busca colocar o país como alternativa benéfica.

Acompanhando este processo de expansão encontra-se, também, o setor de construção naval, que está vivenciando seu melhor momento desde 1947, pela iniciativa *Make in India*. A ênfase na “indianização” dos meios, de modo a padronizá-los e facilitar manutenção e ensino da técnica, tem o objetivo de ajudar a transformar o quadro de maior importador de armas do mundo. Para o futuro, a Índia coloca sua pretensão em começar a exportar, em maior volume, seus produtos de Defesa. Esta ambição demanda uma política séria de investimentos que precisa estar à altura dos anseios dos setores incluídos, durante vários anos. Mas a inclusão deste aspecto como um dos pontos principais a serem observados pela classe política da Índia demonstra comprometimento maior em relação ao período anterior. Ressalta-se que uma das características das grandes potências são suas respectivas capacidades de desenvolvimento de tecnologias de ponta (sensíveis), sendo este um componente de Poder dos Estados.

A partir do exposto, conclui-se que o pensamento estratégico naval indiano encontra-se em fase de consolidação do projeto Imperialista, e que este processo é fruto de diversos componentes políticos, econômicos e culturais, que influenciam diretamente na execução do projeto de poder da Índia, em convergência com as teorias desenvolvidas por Alfred Mahan e Hans Morgenthau. O sucesso do mesmo dependerá, dentre outros fatores, da estabilidade interna e do desenvolvimento socioeconômico do país para os próximos anos. Os fatores catalisadores para esta transição são a alta dependência de recursos externos – particularmente energia e alimentos – e a presença chinesa na Região no Oceano Índico. Considerando que as

estimativas apontam que o crescimento populacional da Índia permanecerá notável até pelo menos 2030 e o aumento da importação de recursos na mesma crescente, é provável que as forças navais indianas continuem executando seu processo de modernização e a expansão da Marinha de “Águas Azuis”.

Caso as condições políticas domésticas e a conjuntura econômica sejam observadas, o status almejado pela Índia desde 1947 de grande potência global pode estar, então, cada vez mais próximo da realidade, o que ocasionará mudança significativa na balança de poder do Indo-Pacífico. No caso brasileiro, o desdobramento mais importante pode ser exemplificado pela maior presença da Índia no Atlântico e no entorno estratégico brasileiro na costa ocidental da África que, nos dias atuais, já está incluído no mapa das regiões de interesses indianos. Em resumo, o estabelecimento da Política de Poder Imperialista, por parte da Índia, tem possibilidade de extrapolar sua região de interesse imediato no Índico para impactar o sistema internacional como um todo.

## Referências Bibliográficas

BARU, Sanjaya. *Strategic Consequences of India's Economic Performance*. Economic and Political Weekly, vol 37, no. 26, 2002.

BARUAH, Darshana M. *India's Evolving Maritime Strategy*. The Diplomat, 03 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/12/indias-evolving-maritime-strategy/>>. Acesso em 26/02/2017

COLLIER, David. *Understanding Process-Tracing*. PS: Political Science and Politics, Nº 4. 2011.

COCO Islands, Global Security Org.  
<<http://www.globalsecurity.org/intell/world/china/coco.htm>>. Acesso em 20/02/2017.

ABDULLAH; TAMIMI, 2015. *Japanese-Gulf relations: What's next after Energy*. Relatório. Disponível em <<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2015/11/2015113125543544667.html>>. Acesso em 19/02/2017.

ANEEZ, Shihar; SIRILAL, Ranga. *Chinese submarine docks in Sri Lanka despite Indian concerns*. Reuters, Colombo, 02 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/sri-lanka-china-submarine-idINKBNOIM0LU20141102>>. Acesso em 20/02/2017.

BAJPAI, Kanti; BASIT, Saira; KRISHNAPPA, V. *India's Grand Strategic Thought and Practice*. In: India's Grand Strategy. Nova Délhi: Routledge. 2014.

BHONSLE, Rahul K. *Jointness: An Indian Strategic Culture Perspective*. Journal of Defence Studies, vol. 1 no. 1. 2007.

CHAULIA, Sreeram. *Modi Doctrine: The Foreign Policy of India's Prime Minister*. Nova Délhi: Bloomsbury. 2016.

CHELLANEY, Brahma. *Securing India's Future in the New Millenium*. Nova Délhi: Orient Longman. 1999.

CHINA builds up strategic sea lanes. *The Washington Times*, Washington, 17 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/>>. Acesso em 20/02/2017.

CISSÉ, Daouda. *China and India in Africa*. The Diplomat, 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/11/china-and-india-in-africa/>>. Acesso em 25/02/2017.

DIXIT, J. N. *Across Borders: Fifty Years of India's Foreign Policy*. Nova Délhi: Picus Books. 1999.

DONNA, Lee; HOCKING, Brian. *Economic Diplomacy*. In: Robert A. Denemark, ed. *The International Studies Encyclopedia*, Vol. II. 2010.

DUBEY, Muchkund. *India's Foreign Policy: Aims and Strategies*. In: JETLY, Nancy, ed. *India's Foreign Policy: Challenges and Prospect*. Nova Délhi: Vikas. 1999.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *CIA World Factbook*. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ja.html>>. Acesso em 19/02/2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Navy; U.S Coast Guard. *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*. 2015.

FRAGILE States Index, 2016. *The Fund for Peace*, Washington D.C. Disponível em: <<http://fsi.fundforpeace.org/rankings-2016>>.

FRIEDMAN, Norman. *Seapower as Strategy: Navies and National Interests*. Anápolis: Naval Institute Press. 2001.

GADY, Franz-Stefan. *Confirmed: India's Next Aircraft Carrier Will be Nuclear*. *The Diplomat*, 09 de novembro de 2016. Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/11/confirmed-indias-next-aircraft-carrier-will-be-nuclear/>. Acesso em 26/02/2017.

GANGULY, Sumit. *Indian Foreign Policy*. Nova Délhi: Oxford University Press. 2015.  
\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; MUKHERJI, Rahul . *A Índia desde 1980*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2014.

GEORGE, Alexander L; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRAY, Colin S. *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Relatório para o U.S National Institute for Public Policy. 2016.

GUPTA, Neha. *"India's Second Scorpene Submarine: Projecting Naval Power in Indian Ocean"*, *Eurasia Review*. 2017. Disponível em: <<http://www.eurasiareview.com/12022017-indias-second-scorpene-submarine-projecting-naval-power-in-indian-ocean-analysis/>>. Acesso em 19/02/2017.

HIRANANDANI, G. M. *Transition to Guardianship: The Indian Navy 1991-2000*. Nova Délhi: Lancer Publishers, 2009.

HOLMES, James R.; WINNER, Andrew C.; YOSHIHARA, Toshi. *Indian Naval Strategy in the 21st Century*. Nova Iorque: Routledge. 2009.

HUGHES, Lindsay. *Examining the Sino-Indian Maritime Competition: Part 4 – India's Maritime Strategy*. *Future Directions International*, 30 de janeiro de 2014.

ÍNDIA. Ministry of Defence. *Annual Report*. Nova Délhi, 2003.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2004.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2005.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2006.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2008.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2009.  
 \_\_\_\_\_ . *Annual Report*. Nova Délhi, 2012.  
 \_\_\_\_\_ . *Freedom to Use the Seas: India's Maritime Military Strategy*.  
 Nova Délhi, 2007.  
 \_\_\_\_\_ . *Indian Maritime Doctrine*. Nova Délhi, 2009.  
 \_\_\_\_\_ . *Indian Maritime Doctrine*. Nova Délhi, 2015.  
 \_\_\_\_\_ . *Ensuring Secure Seas: India's Maritime Military Strategy*.  
 Nova Délhi, 2015.

INDIA and Iran sign “historic” Chabahar port deal. *BBC*, 23 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-india-36356163>>. Acesso em 26/02/2017.

INDIA, Japan Call for Peaceful Solution to the South China Sea. *NDTV*, 12 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.ndtv.com/world-news/india-japan-call-for-peaceful-solution-to-south-china-sea-1624468>>. Acesso em 26/02/2017.

INDIA-UAE set to bolster energy, defence ties. *The New Indian Express*, 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.newindianexpress.com/nation/2017/jan/24/india-uae-set-to-bolster-energy-defence-ties-1563086.html>. Acesso em 26/02/2017.

INDIA tops world hunger list with 194 million people. *The Hindu*, 28 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.thehindu.com/news/national/india-is-home-to-194-million-hungry-people-un/article7255937.ece>. Acesso em 26/02/2017.

JASH, Amrita. *China in the Indian Ocean: Strategic Interests and Policies*. School of International Studies, Jawaharlal Nehru University. 2014.

KAPLAN, Robert D. *The Revenge of Geography: What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. Nova Iorque: Random House, 2012.

KAPUR, Harish. *Foreign Policies of India's Prime Ministers*. Nova Délhi: Lancer International. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. Revista de Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, pp. 134-146, 1992. Disponível na Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em 13/04/2017.

KUO, Lily. *In the race for Africa, India and China aren't all that different*. Quartz, 27 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://qz.com/533049/in-the-race-for-africa-india-and-china-arent-all-that-different/>>. Acesso em 25/02/2017.



LAKSHMI, Rama. *Narendra Modi urges the Indian Diaspora to become an extension of Foreign Policy*. *The Guardian*, 02 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/02/narendra-modi-india-overseas-diaspora-united-states>>. Acesso em 14/02/2017.

LET'S look East and link West. *Hindustan Times*, 27 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.hindustantimes.com/analysis/let-s-look-east-and-link-west/story-gZUh5OfmwLeVSB9asMqIRM.html>>. Acesso em 26/02/2017.

LIDDEL HART, Sir Basil H. *Strategy*. Nova Iorque: Meridian, 1991.

LUTTWAK, Edward N. *The Grand Strategy of the Byzantine Empire*. Massachusetts: Harvard University Press. 2009.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence Of Seapower upon History*. Nova Iorque: Dover, 1987.

MALIK, Mohan. *Maritime Security in the Indo-Pacific: Perspectives from China, India and the United States*. Londres: Rowman & Littlefield. 2014.

MEARSHEIMER, John J. *China's Unpeaceful Rise*. *Current History*. Abril de 2006.

MODI'S Make in India a success: Moody's. *The times of India*, 08 de abril de 2016. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/Modis-Make-in-India-a-success-Moodys/articleshow/51736262.cms>>. Acesso em 25/02/2017.

MOHAN, Raja C. *The Return of The Raj*. *The American Interest*, vol. 5, no. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.the-american-interest.com/2010/05/01/the-return-of-the-raj/>>. Acesso em: 31/01/2017.

\_\_\_\_\_. Trade as Strategy: Chinese Lessons. *The Hindu*, Agosto de 2011. Disponível em: <<http://mea.gov.in/articles-in-indian-media.htm?dtl/18532/Trade+as+strategy+Chinese+lessons>>. Acesso em 09/02/2017.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: FUNAG, 2003.

MULLEN, Rani D; POPLIN, Cody. *The New Great Game: A Battle for Access and Influence in the Indo-Pacific*, *Foreign Affairs*, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-09-29/new-great-game>>. Acesso em 16/02/2017.

NARAYANAN, M.K. *Non-alignment to Multi-alignment*. *The Hindu*, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/opinion/lead/Non-alignment-to-multi-alignment/article13982580.ece>>. Acesso em 15/02/2017.

NEHRU, Jawaharlal. *The Discovery of India*. Nova Délhi: Oxford University Press. 1981.

PANT, Harsh V. *China's Naval Expansion in the Indian Ocean and India-China Rivalry*", The Asia Pacific Journal, vol. 8, ed. 18. 2010. Disponível em: < <http://apjjf.org/-Harsh-V.-Pant/3353/article.html>>. Acesso em 19/02/2017.

\_\_\_\_\_, ed. *The Rise of the Indian Navy: Internal Vulnerabilities, External Challenges*. Farnham: Ashgate. 2012.

PARK, Paula; PADMA, P.V. *India joins the deep sea mining race*, The Guardian, 30 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2012/aug/30/india-mining>>. Acesso em 16/02/2017.

PARMAR, Sarabjeet Singh. "*Maritime Security in the Indian Ocean: an Indian Perspective.*" *Journal of Defence Studies*, Março de 2014: 8.

\_\_\_\_\_; SALIL, Saloni. "China and India: Maritime Commonalities and Divergences." *Journal of Defence Studies*, Julho de 2011: 7.

RAKISITS, Claude. *A Path to the Sea: China's Pakistan Plan*. World Affairs Journal, outono de 2015. Disponível em: <http://www.worldaffairsjournal.org/article/path-sea-china%E2%80%99s-pakistan-plan>>. Acesso em 25/02/2017.

RAMACHANDRAM, Sudha. *China's sinking port plans in Banglades*", China Brief, vol. 16, ed. 10. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/chinas-sinking-port-plans-in-bangladesh/>>. Acesso em 20/02/2017.

REDDY, G. Ram. *India's Maritime Security and Foreign Policy*. In: PAVITHRAN, K.S, ed. *Foreign Policy and Maritime Security of India*. Nova Délhi: New Century. 2013.

REHMAN, Iskander. *India's Aspirational Naval Doctrine*. In: PANT, Harsh V, ed. *The Rise of the Indian Navy: Internal Vulnerability, External Challenges*. Fareham: Ashgate Publishing. 2012.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *China's Military Strategy 2015*. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-05/26/c\\_134271001.htm](http://news.xinhuanet.com/english/china/2015-05/26/c_134271001.htm)>. Acesso em: 20/02/2017.

SAINT-MÉZARD, Isabelle. *The French Strategy in the Indian Ocean and the Potential for Indo-French Cooperation*. Policy Report. Cingapura, 2015.

SAYLE, Timothy A. *Defining and Teaching Grand Strategy*. The Telegram, Foreign Policy Research Institute, Vol. 4, 2011.

SCOTT, David. *India's Drive for a "Blue Water Navy"*. Journal of Military and Strategic Studies, Vol. 10, Ed.2., 2007.

SINGH, Rear Admiral Satyindra. *Blueprint to Bluewater: Indian Navy 1951-1965*. Nova Délhi: Lancer, 1991.

SINGH, Abhijit. *India's New Maritime Security Strategy: "Brand-building" in an Era of "Gepolitical Discord"*. Institute for Defence Studies and Analyses, 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <[http://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-security-strategy\\_asingh\\_211215](http://www.idsa.in/idsacomments/indias-new-maritime-security-strategy_asingh_211215)>. Acesso em 26/02/2017>. Acesso em 26/02/2017.

TANHAM, George K. *Indian Strategic Thought: An Interpretative Essay*. Relatório para o U.S Under Secretary of Defense for Policy. Califórnia: RAND. 1992.

TELLIS, Ashley J. *India's Emerging Nuclear Posture*. Califórnia: RAND. 2001.

TIEZI, Shannon. *Chinese Company Wins Contract for Deep Sea Port in Myanmar*. The Diplomat, 01 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/01/chinese-company-wins-contract-for-deep-sea-port-in-myanmar/>>. Acesso em 20/02/2017.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A Guide for the Twentieth-First Century*. Nova Iorque: Routledge. 2009.

YATANOOR, Chandrakant. *India's Maritime Interests and the Growing Influence of China in the Indian Ocean*. In: PAVITHRAN, K.C, ed. *Foreign Policy and Maritime Security of India*. Nova Délhi: New Concept. 2013.